

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Desenvolvimento Induzido e Uso do Solo
Estudo de Caso- Serra (ES)

POR

MÁRCIA CASTILHO CORREIA

RIO DE JANEIRO
JANEIRO/2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Desenvolvimento Induzido e Uso do Solo
Estudo de Caso- Serra (ES)

POR

MÁRCIA CASTILHO CORREIA

Monografia apresentada
ao IPPUR como exigência
parcial para obtenção do
Certificado de Especialista em
Planejamento Urbano e Uso do
Solo.

RIO DE JANEIRO
JANEIRO/2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

XI Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo

Orientador: Luciana Corrêa do Lago

Aprovado em ____ / ____ / ____

Conceito _____

RIO DE JANEIRO

Agradecimentos

Ao meu marido pelo apoio

À minha filha pela ajuda e compreensão

“Sic itur ad astra”

Virgílio

Sumário

Introdução	7
Desenvolvimento	11
Formação da Estrutura Fundiária	36
Situação Fundiária Recente	41
Conclusão	44
Bibliografia	52
Fontes de Dados	54
Glossário	55
Apêndices	56
Figuras	
Fotografias	
Tabelas	
Gráficos	

Introdução

O Município da Serra, é um município de porte médio e tem uma conformação natural diversificada que representa toda a tipologia apresentada no Estado do Espírito Santo, onde se situa. Apresenta litoral de praias e mangues, região montanhosa, vales, reservas naturais de mata paludosa e resquícios de Mata Atlântica. Sua Sede está a 120 m de altitude. Situa-se ao norte da capital do Estado, Vitória, e faz parte da sua Região Metropolitana. É o município de maior extensão territorial entre o^o cinco que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), detendo 38,34% do território da RMGV, e é hoje o terceiro em população, abrigando 24,06% do total da RMGV (Ver tabela 1). Sofreu intervenção de vários projetos de grande porte como a instalação da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que alavancaram o desenvolvimento local. Segundo o Atlas do Mercado Brasileiro da Gazeta Mercantil (edição Dez 99), o Município da Serra é o 14º entre os 20 mais dinâmicos do país, sendo que Vitória, a Capital, foi classificada em 12º lugar. O mesmo Atlas reuniu os seguintes dados: População Economicamente Ativa (PEA/98) de 137.960 pessoas, reunindo 600 Indústrias, 1.700 Estabelecimentos Comerciais e 4.000 Empresas de Prestação Serviços em 1998 (Dados da PMS e do IBGE).

Tem como destaque o fato de sediar grande número de indústrias e empresas de prestação de serviços e o de ainda ter potencial turístico. Suas praias são bastante procuradas por mineiros e paulistas. Já Vitória reunia 734 Indústrias, e 14.153 Estabelecimentos Comerciais e Empresas Prestação Serviços na mesma data (Dados PMV e IBGE). A principal expectativa para a região é de um novo ciclo de crescimento apoiado no petróleo.

Esta monografia pretende identificar a transformação ocorrida no Uso do Solo, no período em estudo, de 1940 a 2000 e, identificando possíveis padrões de ocupação do solo, tentar melhor compreender o processo e os conflitos sociais que gravitam em torno do acesso à propriedade do solo urbano.

Segundo Ribeiro (1990) historicamente podemos constatar que a grande maioria dos países que tiveram uma acelerada urbanização não deixaram que o mercado fosse o organizador do espaço urbano. Nestes países o papel de regulador do uso do solo foi exercido pelo Estado - com intervenções para impedir elevação generalizada dos preços da terra e a conseqüente elevação do preço das edificações, super-utilização de alguns terrenos e sub-utilização de outros com o surgimento de vazios urbanos, ou seja, descontinuidades do tecido urbano, trazendo desequilíbrios de densidade da ocupação residencial no espaço urbano.

Também importante para os países em desenvolvimento, envoltos em sérios problemas de desigualdades socio-espaciais, é a promoção da justiça social. Através da distribuição de equipamentos públicos e infra-estrutura urbana o Estado pode favorecer a acumulação dos proprietários imobiliários, tornando os ricos ainda mais ricos, ou favorecer às classes menos privilegiadas, corrigindo ou pelo menos, reduzindo estas distorções. Ribeiro (1990) sugere ainda a tributação dos ganhos imobiliários.

Os problemas urbanos são atribuídos a um excessivo crescimento das cidades ou aos proprietários de terra, que seriam os vilões de todo o processo. Mas estes argumentos são por demais simplistas. Desde a década de 40, pelas mãos de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro tem agido no sentido de promover a propriedade fundiária para os desfavorecidos, legalizando a posse da terra, removendo favelas e construindo conjuntos populares. Os assalariados, classe proletária surgida com o capitalismo brasileiro, durante o processo de industrialização, induzido pela substituição das importações, necessária pela II Guerra Mundial, passaram a ter acesso à propriedade da terra, com uma característica interessante, que se verifica tanto na Região Metropolitana da Grande Vitória quanto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: a incidência de domicílios próprios é maior na

periferia do que na região central, onde predominam os domicílios alugados, de 1950 a 1980. Porém, infelizmente, não se trata de um processo de integração social.

Na verdade, durante a fase monopolista, ao mesmo tempo que surge o proletariado também ocorre uma pauperização, pois os salários são baixos, e a questão habitacional se resolve com uma oferta de terrenos à venda, de baixo custo, na periferia, com altas taxas de acumulação para os proprietários e exclusão social dos compradores, através de uma estrutura espacial segregada. Esses terrenos não são dotados da infra-estrutura básica como abastecimento de água, energia elétrica e transporte coletivo. O sistema financeiro recém criado vai viabilizar e sustentar o novo “modelo econômico concentrador”. Não que o modelo econômico anterior não fosse também concentrador, afinal esta é uma característica da nação brasileira, mas ocorrem modificações no modelo anterior: uma fração do capital local, os pequenos poupadores, deslocam-se para outros setores econômicos, como a poupança e para o consumo de luxo. Outros agentes passam a atuar na produção do espaço construído e surge o “sistema de promoção imobiliária” ou seja, as grandes empresas de incorporação imobiliária. O pequeno especulador, ator social urbano espalhado em todas as camadas sociais, cede lugar, à grande empresa de incorporação imobiliária. Por sua vez, o loteador descapitalizado cede lugar à empresas loteadoras.

No núcleo urbano se concentram os mais ricos e também o acesso aos equipamentos coletivos e infra-estrutura. Já a periferia é a expressão da carência, de renda e de condições de reprodução. Aparente paradoxo, segundo RIBEIRO (1990 - pg. 5), referindo-se à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pois os menos favorecidos têm que arcar com os maiores custos de reprodução, como o do transporte, em função da distância do trabalho e da deficiência do serviço coletivo

“Antes o crescimento das cidades se apoiava na ação dos pequenos investidores, que à falta de outras alternativas de investimentos de suas poupanças, encontravam na terra uma forma de ao menos realizar uma reserva de valor. Esta etapa da produção do espaço urbano brasileiro vai dos anos 40, quando acentua-se nos anos 50, especialmente na sua segunda metade, coincidindo com a mudança do padrão de acumulação via internacionalização da economia até início anos 70, quando se consolida a fase monopolista brasileira. Sua marca principal é o crescimento periférico, ...antigas fazendas...loteamentos realizados pelos

antigos proprietários associados ou não à pequenos investidores, comercializados com financiamento do próprio proprietário, já que não havia investimento realizado no loteamento, e autoconstrução da casa pelos próprios trabalhadores ou a compra dos lotes para reserva de valor.”(RIBEIRO, 1990 pg. 7)

Com efeito o grande volume de capital que passa a circular entre o mercado financeiro e a produção imobiliária será responsável por importantes transformações urbanas.

A partir da Constituição de 88 os governos municipais, estaduais e federal passam a ter um conjunto de instrumentos políticos, tributários e legais que podem ser utilizados para uma política fundiária. Ainda assim, como poderemos ver mais adiante, na prática, uma série de fatores contribuem para que a ação do poder público seja ineficiente. (Legislação Ambiental, Leis sem regulamentação, Legislação Registro Imobiliário)

Desenvolvimento

O Município da Serra, na Grande Vitória, foi elevado à condição de cidade em 1875, através da Lei N.º 6 de 6 de novembro de 1875. Teve seu desenvolvimento marcado pela expansão lenta das atividades agropecuárias no Estado do Espírito Santo, a transformação de pequenas propriedades rurais em latifúndios (áreas para plantio de eucalipto para a Aracruz Celulose S.A.) e a implantação de grandes projetos. Hoje a Grande Vitória abriga indústrias de porte como a Companhia Siderúrgica Tubarão e a Companhia Vale do Rio Doce, ambas situadas em uma área do continente em litígio entre os municípios da Serra e Vitória, e ainda sofre influência da Aracruz Florestal e Aracruz Celulose em função da proximidade entre os municípios da Serra e Aracruz.

Isto tudo teve seu início há muito tempo atrás: durante séculos, bandeirantes e aventureiros subiram o rio Doce, em busca do ouro e das pedras preciosas, escondidos nas longínquas terras das Minas Gerais. Com a primeira Constituição Republicana, já em 1891, foram completamente alteradas as regras para exploração mineral no País. Pela nova carta, os proprietários das terras onde fossem encontradas reservas minerais seriam, também, os proprietários destas jazidas. Além disso, a lei permitia que estas reservas fossem exploradas por empresas estrangeiras. A civilização industrial colocava em cena, novas descobertas da ciência. Com isto, um mineral - até então pouco valorizado - assumia ares de nobreza: o ferro. Através de técnicas recém-inventadas, ele adquiria a têmpera do aço. Geólogos e engenheiros mapeavam agora o subsolo brasileiro em busca também do ferro. Eles descobriram que, sob o chão de Minas Gerais, dormiam três bilhões de toneladas de

minério de ferro, num "quadrilátero" formado pelas cidades de Conselheiro Lafayette, Mariana, Sabará e Itabira.

Estas informações fizeram com que grandes mineradoras da Inglaterra, Estados Unidos, Bélgica e França voltassem a atenção para o Brasil, comprando, a preços irrisórios, boa parte das jazidas conhecidas no País. As minas de Itabira foram adquiridas pela Itabira Iron Ore Company, fundada por engenheiros ingleses. A empresa assumiu ainda o controle acionário da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, uma incipiente ferrovia que, desde 1903, escoava a produção agrícola do vale do rio Doce.

A mudança do padrão de acumulação, de primário exportador para industrial é que gera as condições da transformação, iniciada na década de 20, porém o Censo de 1939 mostra que ainda predomina acentuadamente a população rural no país. As maiores cidades eram o Rio de Janeiro, com 1,5 milhão de habitantes, e São Paulo, com 1,2 milhão, seguidas por Recife, com cerca de 300 mil, demonstrando bem a formação urbana de "ilhas". Na mesma data a Serra possuía 6.415 habitantes.

A cidade é a sede do capital comercial, em 1º lugar, e também uma cidade burocrática. É uma urbanização, como já disse, polarizada. Esta característica marca a urbanização tanto no Brasil Colônia tanto após a independência, com a expansão da agricultura de exportação do café até o final dos anos 20. Até o ciclo do café as cidades são necessárias apenas como entrepostos no seu caminho para o exterior. Como não há troca de mercadorias, não há divisão social do trabalho. Assim como o trabalho escravo negava à cidade sua condição de mercado de trabalho (Camargo, Lamparelli e George, p. 12).

Temos, desde a colônia, poucas mas grandes cidades. Excetuando estas, a rede urbana era bastante pobre até 1930. A mudança do padrão de acumulação, de primário exportador para industrial é que gera as condições da transformação, iniciada entre 1914/19. A industrialização brasileira teve seu início baseada na substituição de importações, impulsionada pelas crises internacionais do mercado do café e pela Primeira Grande Guerra Mundial (1914/19), durante o governo Venceslau Brás, utilizando o excedente gerado pelas atividades agrícolas de exportação do café. Somente no governo Washington Luís, iniciou-se um amplo plano rodoviário (Governar é abrir estradas), numa tentativa de

integrar as regiões do país entre si. Enfrentou o “Crack” da Bolsa americana em 1929, que trouxe desemprego e falências para o Brasil. Foi deposto e o governo acabou sendo entregue a Getúlio Vargas, que em seguida se elegeu por voto indireto. A industrialização, com a modificação da divisão social do trabalho, vai redefinir as cidades brasileiras, porém o Espírito Santo não é muito afetado por esta industrialização. (Ver Tabela 2).

A Era Vargas 1

Nos países centrais o Estado é uma figura-chave para a análise, tanto por ser agente como por ser regulador desse processo geral de urbanização – no que diz respeito à acumulação, à reprodução da força de trabalho e à gestão urbana propriamente dita (Gonçalves, 1989). Em todo o planeta existe uma interação entre o Estado e o urbano – através de mecanismos de criação e de reprodução do urbano (Oliveira, 1982) e nas relações sociais de produção. As intervenções objetivam contrariar a tendência de baixa da taxa de lucro, facilitar a realização do valor e minimizar conflitos sociais. (Camargo, Lamparelli e George, p. 9). O Estado brasileiro, neste período também atua na regulação de relações sociais de produção, e até mesmo cria essas relações, inexistentes antes dos anos 30.

Os primeiros passos de Getúlio Vargas foram a reforma do ensino, leis trabalhistas e a criação dos sindicatos, no início dos anos 30 (Segunda República 1930-1937).

O papel do Estado brasileiro, de caráter corporativista, sob o comando de Getúlio Vargas, incluindo o Estado Novo (ditadura Getúlio Vargas, 1937-1945), tenta mudar o padrão de acumulação, através da adoção das seguintes táticas (Oliveira, 1982):

- Penalização da produção agro-exportadora;
- Potencialização da acumulação industrial;
- Regulamentação das relações entre Capital e Trabalho (CLT).

A acelerada industrialização brasileira, neste período (primeira vaga), exigia uma série de requerimentos que as cidades não ofereciam, desde a possibilidade da existência de unidades produtivas de pequeno porte até infra-estrutura. A Justiça do Trabalho, o salário mínimo se incluem neste período. Em 1940, com financiamento externo, foi dado início à instalação da primeira siderúrgica de capital nacional, prioritariamente público, a CSN, em

Volta Redonda (RJ), que iniciou suas operações em 1946. Também criou o Conselho Nacional do Petróleo.

Com a Revolução de 30, Getúlio Vargas colocou em prática um discurso que previa a nacionalização das reservas minerais do País. A luta entre "nacionalistas" e "entreguistas" tomou conta do Congresso e da imprensa. Tentando aplacar os ânimos, Percival Farquhar, inglês proprietário da Itabira se uniu a empresários brasileiros, e "nacionalizou" a Itabira Iron, transformada então em duas empresas a Companhia Brasileira de Mineração e a Itabira Mineração.

O Porto de Vitória

Na Europa - envolvida com a 2ª Guerra Mundial (39-45) - aumentavam cada vez mais as necessidades de fornecimento de minério de ferro, matéria-prima estratégica para alimentar a indústria bélica. Em 1º de junho de 1939, como consequência dos Acordos de Washington, Getúlio Vargas assinava o decreto-lei N.º 4.352, criando a Companhia Vale do Rio Doce.

Em julho, 1940 a Itabira Mineração efetuou o primeiro embarque de minério de ferro pelo Porto de Vitória: foram 5.750 toneladas, com destino a Baltimore, Estados Unidos. Em 3 de março, 1942, Brasil, Inglaterra e Estados Unidos assinaram os Acordos de Washington, que definiam as bases para instalação, no país, de uma produtora e exportadora de minério de ferro. Pelos acordos, caberia à Inglaterra comprar e transferir ao governo brasileiro as minas de Itabira e a Estrada de Ferro Vitória a Minas, enquanto os Estados Unidos emprestariam US\$14 milhões para a compra de máquinas e equipamentos.

No ano de 1949 a CVRD foi responsável por 80% das exportações brasileiras de minério de ferro. As obras do cais de minério do Atalaia, no porto de Vitória só foram concluídas em 1950. (Ver Fotografia 1). Em 1952 o controle definitivo do Sistema Operacional da CVRD é assumido pelo Governo Brasileiro. É Iniciada a operação do cais da CVRD no porto de Vitória, em 1958. Somente em 1959 é inaugurado o cais do Paul, no porto de Vitória, que permitiu o início da exportação regular de minérios finos e de run of mine (como sai da mina).

O Golpe de 1945 e a Era Vargas 2

A Segunda Grande Guerra Mundial (1939-45) culminou com a volta ao regime democrático no Brasil, com a eleição de Dutra (1945/50), após a deposição de Vargas por um golpe militar (out. 45). O país era outro, novos grupos sociais urbanos haviam surgido - a burguesia industrial, a classe média, o proletariado- assim como infra-estrutura econômica, mercado de trabalho regulamentado rigidamente etc. O Município da Serra cresceu 44,12% no período 40-50, passando para 9245 residentes (Ver Tabela 2).

Os governos seguintes (Período populista 1945/64: Dutra, depois novamente Getúlio, agora eleito, 51/54, seguido de JK, Jânio Quadros e João Goulart) continuaram a induzir o processo de industrialização. No início dos anos 50, o Estado abre as portas do país ao capital estrangeiro, por faltarem no país capital e tecnologia para levar a cabo o desenvolvimento e também pela necessidade de expansão do capital internacional.

A Petrobrás foi criada em 1954 (Getúlio). O Presidente Juscelino Kubitschek instala no Brasil o capitalismo monopolista e um setor produtivo estatal, em função do comportamento dos países capitalistas centrais, com bloqueio das vias de financiamento internacional para a industrialização periférica.: expandiu a infra-estrutura de rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica, armazéns e silos. Criou a SUDENE com a intenção de atenuar as disparidades regionais. Mudou a capital para Brasília para promover a interiorização da urbanização. Incentivou a instalação da indústria de bens de consumo durável e de bens de produção, com aço nacional (indústria automobilística, de eletrodomésticos, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose.

É o que Celso Furtado chama de “socialização das perdas e a privatização dos lucros”. O Estado direciona seu poder para a reprodução ampliada das próprias empresas estatais e para os insumos de uso difundido pelo conjunto da produção industrial, como a energia elétrica. O endividamento causado inicia uma profunda crise e inflação, desgastando o modelo desenvolvimentista.

Até a década de 60, inclusive, a população na Grande Vitória, embora crescente em relação às décadas anteriores, não chegava a ser relevante. Este fato é entendido na medida em que se confronta este dado com o fato de a economia do Estado, até 1969, basear-se ainda no setor primário, ser exportadora e concentrada, principalmente na produção de café, na pecuária e na extração vegetal (madeira).

Com o lançamento da pedra fundamental do Porto de Tubarão pelo então presidente João Goulart, em 1961, iniciou-se a grande mudança neste panorama, sendo que o Porto iniciou seu funcionamento em 1970.

Em 1962 são assinados os primeiros contratos de longo prazo para fornecimento de minério de ferro e é inaugurado o Terminal Marítimo de Tubarão, em Vitória, no estado do Espírito Santo.

A “chapa Jan-Jan” (Jânio-Jango) conseguiu ampla maioria de votos para o período 60/65. Porém “forças ocultas” interferiram no processo. João Goulart (“Jango”), vice, assume mas tem um governo conturbado, que culmina no Golpe Militar de 64.

O Período Militar

A urbanização brasileira, entre 64 e 70, se dá em um regime político fechado (1964/85), sem que ocorra uma aprendizagem social, sem a formação de um tecido social, sem a construção de uma noção de “coletivo” e é esta noção que leva à criação da cidadania. Cinco governos militares sucederam-se: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo. Entre eles, tiveram papel importante na industrialização: Costa e Silva, que adota um Plano Nacional de Telecomunicações, modernizando o sistema brasileiro e abre novas estradas. E Médici, que notabilizou-se pelas obras de grande porte, o chamado “Milagre Brasileiro” : as rodovias Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, a ponte Rio-Niterói, os pólos petroquímicos da Bahia e São Paulo, a hidrelétrica de Itaipu.

Em 1967, a CVRD já estava incluída entre as seis maiores empresas exportadoras do mundo. Dois anos depois, em 1969, é inaugurada a primeira Usina de Pelotização da CVRD, em Tubarão, no estado do Espírito Santo.

A partir da década de 70 iniciou-se a modernização na agricultura e a conseqüente mudança nas relações sociais de trabalho no campo, corroborando para a transformação da Grande Vitória num pólo de atração da população.

Somente em 1970 o Porto de Tubarão iniciou seu funcionamento. A densidade demográfica, porém, ainda é bem baixa. O crescimento explosivo, deve-se à defasagem do desenvolvimento capixaba em relação ao resto do país. Enquanto o desenvolvimento industrial do país iniciou-se na década de 50, o Espírito Santo só teve seu desenvolvimento industrial a partir da segunda metade da década de 70, quando nos demais Estados já havia um arrefecimento. Iniciou-se por iniciativa dos Governos Federal e Estadual a implantação dos Grandes Projetos, pólos de atração populacional.

O Litígio

O Município da Serra tem há anos se arrastando na justiça uma ação de reintegração de posse, movida pelo Prefeito José Maria Feu Rosa, de família tradicional serrana, a respeito da área que foi anexada ao município de Vitória através de um Decreto do Governador na época da implantação do complexo portuário de Tubarão. A área em tela abrange toda a região do Porto de Tubarão e das empresas CVRD e CST. Vitória, historicamente, sempre foi apenas a ilha, comunicando-se ao norte com a Serra, através da Ponte da Passagem. A alegação é de que a anexação foi feita de forma ilegal, por Decreto e não por Lei, que teria de ser votada na Assembléia Legislativa (Ver Figura 1). A ilha de Vitória tem apenas 39 Km². A área em litígio, no continente norte, tem 42 Km².

O Petróleo e o Gás Natural

A produção de petróleo e gás natural está localizada hoje em sua maioria no município de São Mateus, mais ao norte do estado, descoberto em 1969. Linhares e Regência também são produtores. A disponibilidade desta fonte de energia, o gás natural, tornou viável a construção de um gasoduto, ligando os campos produtores às indústrias consumidoras na Grande Vitória, mais especificamente, na Serra, concluído em 1984. As indústrias consumidoras situam-se desde Carapina, na Serra, até Viana, pela BR-101 Contorno.

Dentre os principais usuários estão a Ornato (Eliane), CST, Cimento Paraíso, CVRD, Braspérola, COFAVI, Real Café, CCPL e Antártica (Ver Figura 7).

A Petrobrás descobriu mais um campo de gás (Cangoá) e tem boas perspectivas para a área. Sob o mar que banha o Espírito Santo pode estar sobre um grande e fértil lençol de petróleo segundo pesquisas da Petrobrás. Toda a área útil em águas profundas da Bacia do Espírito Santo e norte da bacia de Campos está tomada por concessões exploratórias da Petrobrás e das outras empresas parceiras. Depois de mais de 40 anos atuando no ES (o primeiro poço em terra data de 1959 e o primeiro poço marítimo foi perfurado em 1968) e de ter investido muito em tecnologia nos últimos anos tanto na exploração em terra e no mar, a Petrobrás conseguiu em incremento nas reservas de petróleo e gás. Porém sempre lembra que petróleo é um negócio de alto risco. A Petrobrás vê com muita preocupação o clima do “já ganhou” presente no noticiário local. A produção do Estado já chegou a 24 mil barris de petróleo por dia, mas hoje está limitada a 12 mil barris/dia.

A capacidade do gasoduto que transporta gás para a Grande Vitória está sendo ampliada de 650 mil para 1 milhão de metros cúbicos de gás por dia. As obras têm custo total estimado em R\$ 11 milhões e constam essencialmente da duplicação do gasoduto no trecho entre a Estação de Lagoa Suruaca e Povoação com lançamento de um novo duto paralelo, e do aumento da capacidade de compressão na Unidade de Processamento de Gás Natural, localizada em Regência. A nova tubulação está sendo colocada em operação, permitindo disponibilizar maior quantidade de gás natural oriunda do norte do estado para a Grande Vitória, sem que o fornecimento de gás precisasse ser interrompido. O gasoduto instalado já vinha operando em sua capacidade nominal e novos volumes de gás já estão disponíveis para remessa à Grande Vitória, oriundos das descobertas realizadas pela área de Exploração e Produção da Petrobrás no Espírito Santo.

Em 1997 o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou protocolo para a construção do gasoduto Macaé-Vitória, investimento orçado em US\$150 milhões que terá participação da CVRD e Petrobrás. De acordo com o projeto, o gasoduto terá 325 quilômetros de extensão e capacidade para transportar até 9,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, o que representa seis vezes mais a energia que o Espírito Santo compra das Centrais Elétricas de Furnas.

O Terminal Portuário de Regência é um terminal oceânico para navios com calado máximo de 13 metros. Nele são manipuladas a carga oriunda de toda a produção de petróleo dos poços terrestres assim como aqueles da plataforma continental do Espírito Santo e também ao sul da Bahia. Neste Terminal o sistema de amarras por bóias, denominado Terminal Lagoa Parda se encontra localizado em frente à praia de Camoios, em Regência, ES.

A exploração de petróleo no ES e proximidades traz vantagens para os cofres públicos, que recebem royalties, variando de acordo com o grau de influência que têm em relação às áreas de produção. Em 1999 o Estado do ES recebeu R\$8,06 milhões e os municípios receberam R\$8,3 milhões (Ver Tabela 9).

Infra-estrutura

O sistema de transportes proporcionado pelo Corredor Centro-Leste, vem se destacando no Espírito Santo, como um dos principais agentes indutores de desenvolvimento, tanto para o Espírito Santo como para Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Rondônia, interligando estes estados aos terminais portuários do complexo portuário capixaba, formado pelos portos de Barra do Riacho, no município de Aracruz, o Porto de Praia Mole e o porto de Tubarão, ambos na Serra, o porto de Vitória, composto por dois terminais, o de Capuaba e o de Vitória, e ainda ao sul do estado o porto da Ponta Ubu. (fonte: 150 Maiores Empresas Espírito Santo – FINDES edição especial 1997).

Através dos seus portos e da infra-estrutura rodoferroviária disponível (Estrada de Ferro Vitória-Minas e Ferrovia Centro - Atlântica (antiga Rede Ferroviária Federal) e Rodovias BR's - 101 / 262) foi criado na Serra um "Porto Seco" o denominado "TIMS" - Terminal Industrial Multimodal da Serra, por indução da Prefeitura. É uma área nobre para atração de indústrias de médio e grande porte, com uma invejável infra-estrutura para instalação de indústrias, sendo abastecida por gás natural. Esse Corredor já possui uma extensa carteira de grandes investimentos realizados por grandes empresas do setor privado nacional e internacional, além de vários outros projetos já implantados como as três EADI's (Terca,

Silotec e Coimex), atuando em grande escala na movimentação de veículos importados na Serra. (Ver figura 8)

Arrecadação

Entre as grandes diferenças entre Serra e Vitória está na arrecadação. Serra tem a segunda arrecadação do estado do Espírito Santo, mas a distância da arrecadação da capital é grande. A participação na Receita total do estado é de 24% para Vitória e 10% para Serra. Os demais municípios de maior significação são Vila Velha, com 8%, Cariacica com 5% (componentes da Grande Vitória) Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Aracruz com 4%, Colatina com 3% e Guarapari e São Mateus com 2% (Finanças dos Municípios Capixabas, 1997). Enquanto na capital o índice de inadimplência de IPTU é quase zero, na Serra é da ordem de 72% (PMV e PMS). A arrecadação de IPTU para 1996 em Vitória foi de 8.621,4 mil reais, e na Serra foi de 3.378,8 para o mesmo período, respectivamente 35% e 14% do total arrecadado com IPTU no estado (Finanças dos Municípios Capixabas, 1997).

Região Metropolitana

A Região Metropolitana foi criada pela Lei complementar N.º 58 de 21 de fevereiro de 1995. Dos cinco municípios que compõem a RM da Grande Vitória, a Serra, apesar de não ser o mais populoso, foi o que apresentou o maior crescimento populacional (ver Tabelas 1 e 2). A Serra está entre os municípios mais populosos do Estado do Espírito Santo (Ver Figuras 4 e 5) e de acordo com os dados preliminares do último Censo do IBGE, em 2000, conta com 322.518 habitantes. Até o final da década de 60 o Município tinha apenas 17.000 habitantes. Era a imagem do mundo rural, moldada por relações de parentesco e dominado politicamente por familiares que se alternavam no poder: os Castelo, os Miguel e os Feu Rosa. Uma “terra de coronéis¹”. Tamanho crescimento populacional significa que aproximadamente 90% da população é composta de migrantes recentes. As taxas de urbanização são superiores às do próprio crescimento da força de trabalho industrial, tendo os exércitos industriais de reserva também vindo dos campos para a cidade, de uma só vez, não caracterizando um excedente formado pela exclusão do mercado de trabalho urbano.

Serra

Nos anos 60 a agricultura foi negligenciada no país, tivemos altas taxas de inflação: acentuaram-se as desigualdades que o crescimento industrial estava causando. Surge a necessidade de suprimento de pessoal melhor qualificado para o moderno setor industrial brasileiro. Produziu-se uma enorme migração em direção às cidades, as quais não tinham condições para alojar e empregar todos os recém-chegados, a maior parte dos quais constituída de analfabetos. Devido à tecnologia das novas indústrias, seus altos índices de capital/trabalho, apenas pequena fração da força de trabalho foi absorvida. Pouco esforço se fez para modernizar a agricultura e melhorar o salário dos trabalhadores rurais². A falta de perspectivas na lavoura e a desilusão do trabalhador rural com a situação do campo só agravaram a situação. Ainda ocorrerem, em 1979, enchentes no interior do Estado, em Colatina, Baixo Guandu, Linhares etc. cujos flagelados juntaram-se aos demais imigrantes.

O processo de crescimento, o vegetativo, aliado ao grande crescimento migratório ocorrido na Serra, estabeleceu uma evolução demográfica cuja velocidade superou a capacidade de acompanhamento da estrutura da cidade, para a assimilação, em condições desejáveis, de todos os habitantes urbanos. Na década de 70 a população residente aumentou 377,73% (Ver Tabela 2). Soma-se a isso a clássica escassez de recursos econômicos, que não têm permitido atender adequadamente às necessidades crescentes de água, esgotos, habitação, escolas, etc. O crescimento de um sem número de atividades também cria necessidades a serem satisfeitas a nível de infra-estrutura urbana, equipamentos de lazer e cultura, circulação e transportes, serviços, comércio, segurança e saúde. Este crescimento explosivo, que, como já vimos, não se deu de forma espontânea, gerou preocupação no executivo municipal, impotente para controlar esta verdadeira invasão (Ver Figuras 2, 3 e 4) comandada de fora.

O artigo do jornal A Gazeta, de maior circulação do ES, de 1976 (Figura 2) demonstra a insatisfação do executivo serrano com a situação. Nele o vice-prefeito afirma que apesar de ser considerado o município para o qual está previsto o maior crescimento populacional da

¹ Instituto Jones dos Santos Neves, dezembro 1994.

² Baer, Werner - A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. FGV, 1983.

Grande Vitória, não apresenta condições de infra-estrutura para abrigar os imigrantes, atraídos pelas possibilidades de emprego nas indústrias, nem recursos para executar as obras necessárias. Esclarece ainda que a implantação das indústrias não implica no aumento da arrecadação tributária, em função de incentivos como isenção de impostos. Para o vice-prefeito tais fatos são sintomáticos da perda de autonomia municipal. Em muitos casos, segundo ele, o prefeito estava sendo chamado para aprovar, na última hora, projetos que não tiveram qualquer participação da Prefeitura. Também fica registrada a preocupação com a especulação imobiliária das casas dos conjuntos, favorecida pelo próprio Sistema Financeiro Habitacional, desvirtuando a finalidade de resolver o problema da moradia dos imigrantes, sem contar que os recém chegados não têm condições de adquirir uma casa. Outro ponto refere-se aos deslocamentos a longas distâncias de operários, muitas vezes atravessando toda a Grande Vitória, que poderia ser resolvido se o local de moradia fosse próximo ao de trabalho.

Outro documento interessante é o “Documento a Eurico” , carta do Prefeito da Serra ao Governador, Sr. Eurico Miranda, publicada no Jornal da Serra em julho de 1979 (Ver Figura 4). Nele o prefeito afirma, em resumo, que se o governo do Estado não investir em urbanismo a Serra se tornaria um município “totalmente ingovernável e calamitoso”.

Não que não houvesse uma certa preocupação com o problema. Foi contratada uma consultoria da empresa estatal italiana Italmimpianti, que alertou o Governo do Estado quanto aos riscos da expansão desordenada (Ver Figura 3). Afinal além das grandes empresas ainda somava-se o poder de atração do Centro Industrial de Vitória, conhecido como CIVIT, na Serra, que depois teve sua denominação alterada por Lei Municipal para CIS, Centro Industrial da Serra. Curiosamente até hoje o loteamento industrial é chamado por todos de CIVIT. Afinal até o presidente da CST na época, Arthur C. Gerhardt Santos declarou, em julho de 1979, que se todos os projetos em implantação não forem inseridos num processo de transformação integrada serão apenas “um presente de grego”.

Em função do relevo serrano, acidentado, apresentando muitos fundos de vale, temos áreas de preservação ambiental permanente entremeadas a áreas urbanas ocupadas, criando inevitáveis choques entre o meio natural e o crescimento urbano. A ocupação urbana do Município da Serra deu-se de forma espalhada e pouco densa. Esta estrutura teve como

conseqüência indesejável a segregação social, ainda com a estratificação da população em áreas homogêneas, o que empobrece o espaço urbano e o relacionamento pessoal, dada a inexistência de contatos, trocas de informação e diversificação de usos e atividades. “Segregação física e segregação social: a vizinhança passa a não representar uma necessidade, mas um incômodo que deve ser evitado”.³

É fato conhecido que é indispensável para o pleno desenvolvimento social do homem pertencer a vários grupos além do grupo familiar, grupos de trabalho, recreativos, políticos, religiosos, culturais (grupos de atividades) e grupos vicinais. E a estrutura segregada da Serra não favorece a formação destes grupos. Sua estrutura urbana auxilia a que seus habitantes se percam nos desencontros e na falta de identidade.

Os laços de solidariedade orgânica, nas comunidades originais romperam-se. Mas não foram ainda substituídos por laços mecânicos, típicos do “mundo urbanizado”. É em função de ser a migração ainda recente. As mudanças foram vultosas e bruscas. A cidade ainda não é uma referência permanente para seus novos habitantes. As elites de mundo rural, mudaram-se muitas delas para Vitória. Como resultado temos uma fragmentação acentuada. O novo trouxe problemas sociais, desorganização, caos.

O Município ficou mais rico, o mesmo não acontecendo com a população (Ver Tabela 3).

Na década de 80 a população serrana cresceu à incrível taxa de 169,02%, índice muito superior ao do Estado (30,2%) e ao do Brasil (28,3%). Isto deveu-se à implantação dos Grande Projetos: CST, CVRD, etc., através de incentivos fiscais e de infra-estrutura fornecidos pelo BANDES/GERES e da SUPPIN, órgão do Estado. A Usina da CST e a CVRD estão localizadas junto a instalações portuárias dentre as mais eficientes do mundo: o complexo portuário do Porto de Praia Mole, que conta com Terminal para importação de carvão, com capacidade para 8 Mt/ano e ainda um Terminal para exportação de produtos siderúrgicos, com capacidade para 5,8 Mt/ano.

Os trabalhadores da fase de construção desses empreendimentos, depois do término das obras, acabaram permanecendo na Serra. A pressão sobre a área urbana foi enorme. Uma

³ Serra, Prefeitura Municipal - Plano Diretor Urbano - Uso do Solo. 1996.

grande quantidade de loteamentos foi aprovada no Município, rapidamente, antes da entrada em vigor da Lei Federal N°. 6766, de 19 dezembro de 1979, que regulamenta o parcelamento do solo. Loteamentos, é claro, sem a adequada infra-estrutura, somente exigida a partir da vigência da Lei N°. 6766. Mesmo nos loteamentos implantados na vigência da Lei 6766, por deficiência do poder público local em fiscalizar e punir os infratores, a exigência da infra-estrutura não é cumprida. Os conjuntos foram sendo implantados longe uns dos outros, trazendo problemas, independentes para cada um deles, de fornecimento de água, esgoto, escola, comunicação, transporte, segurança, saúde, lixo etc.

A localização da sede de grandes empresas implica em empregos diretos e indiretos, arrecadação de impostos e também em investimentos destas empresas nas áreas social e urbana. As grandes empresas sintonizadas com o seu tempo sabem que a prosperidade de uma companhia está intimamente ligada ao bem-estar das comunidades onde atua. A CVRD, em 1999, por exemplo atuou na Recuperação da Praia de Camburi, em Vitória, importante contribuição, em contrato firmado pela CVRD com o Banco Mundial, dentro do Programa Ambiental 1994-2000. A recuperação da praia pela Prefeitura do Município de Vitória, contemplou a construção de quebra-mar e da reposição de cerca de 1 milhão de m³ de areia na faixa da praia. Podemos examinar a questão em mais detalhe, examinando dados da CST:

Companhia Siderúrgica Tubarão – CST

A CST foi constituída, em junho de 1976, como uma "joint-venture" de controle estatal, com a participação minoritária dos grupos Kawasaki do Japão e Ilva (ex. Finsider) da Itália. O Início de operação da Usina ocorreu em novembro de 1983, após um investimento total de aproximadamente US\$ 3,1 bilhões.

Em julho de 1992, a Empresa foi privatizada, tendo o seu controle sido adquirido pelos bancos Bozano, Simonsen e Unibanco, e pela Companhia Vale do Rio Doce. Em junho de 1996, os bancos Bozano, Simonsen e Unibanco venderam suas participações acionárias para a Acesita - Aços Especiais Itabira SA e para um grupo de empresas japonesas que, juntamente com a Companhia Vale do Rio Doce e a California Steel Industries - CSI

(EUA) passaram a formar o novo bloco de controle da Companhia. Em maio de 1998, a Usinor (França) através da Aços Planos do Sul S.A passa a ser o novo acionista da Companhia com a aquisição de parte da participação da Acesita.

Dentro de sua política de relacionamento com a comunidade, procurando compatibilizar objetivos, a CST tem apoiado uma série de iniciativas e projetos sociais, buscando contribuir para o desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida em sua área de influência. O suporte técnico e ou financeiro da companhia, tem contemplado, prioritariamente, as áreas de educação e cultura, meio ambiente e desenvolvimento urbano e saúde, atendendo a um amplo leque de ações de comprovado interesse coletivo.

Dentre as parcerias mantidas pela empresa, destacam programas de ensino e iniciação profissional, projetos ambientais, como a recuperação das bacias dos rios que abastecem a região da Grande Vitória, e a conservação e manutenção de parques e hortos municipais. Na área de saúde pública tem sido destinado recursos para aquisição de equipamentos e reformas, bem como desenvolvimento de programas de qualidade e informatização de hospitais.

Com relação ao desenvolvimento urbano a empresa mantém programa de doação de agregados siderúrgicos para pavimentação de vias e aterros públicos, além de atendimento a projetos de coleta de lixo, através de distribuição de coletores, bem como ao patrocínio de campanhas de educação ambiental, notadamente as de limpeza dos balneários e logradouros.

Principais Projetos

Universidade Para Todos: Cooperação entre a CST e Fundação Ceciliano Abel de Almeida, da Universidade Federal do Espírito Santo, fundada em 5 de agosto de 1996, cujo objetivo é patrocinar o "Projeto Universidade para Todos", que tem por finalidade a execução de um curso pré-vestibular para alunos provenientes da rede pública.

Ano Letivo	Número Inscritos	de Candidatos Aprovados	
		1ª Fase	2ª Fase
1997	60	36 (60%)	19 (32%)
1998	220	137 (62%)	55 (25%)
1999	300	232 (77%)	96 (32%)
2000	320	241 (75%)	112 (35%)
Total	900	646 (72%)	282 (31%)

Oficinas de Iniciação Profissional: Formação para o Trabalho e pelo Trabalho - Cooperação entre a CST e a ACES-Ação Comunitária do Espírito Santo, cujos objetivo geral é promover condições para o desenvolvimento sustentável da população de baixa renda, pertencente a entidades sócio-comunitárias cadastradas na ACES. O projeto teve início em 1996, ano em que a CST efetivou o convênio com a ACES, e é executado pela própria ACES, em parceria com a UFES, e com comunidades e entidades beneficiadas.

Parque Municipal Gruta da Onça: Convênio de cooperação, assinado em 1994, entre a CST e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Vitória, cujo objetivo geral é dotar o Parque Municipal Gruta da Onça de boas condições infra-estruturais, viabilizando sua manutenção, proteção e atividades educativas. Transitam pelo Parque, diariamente, mais de 200 pessoas, moradores da região e que utilizam o local como via de acesso, além de visitas gerais.

As principais atividades desenvolvidas são:

- Caminhadas ecológicas;
- Oficinas educativas;
- Atividades lúdicas; e
- Atividades culturais

Parque Municipal Horto de Maruípe: Convênio entre a CST e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Vitória, assinado em setembro de 1995, no

qual a empresa se compromete a manter a conservação dos jardins e limpeza geral, dos postos e salas da administração.

O Horto de Maruípe compreende uma área de 60.000 m² e se constitui numa grande área verde para o lazer da população da Grande Maruípe e do Município, contando com quadra poliesportiva, pista de cooper, lagos e córrego, auditório e locais para recreação da terceira idade, atividades artístico-culturais e espetáculos ao ar livre. A CST promoveu toda a sinalização indicativa e educativa do Horto.

Projeto “Amigos do Parque”: Convênio entre a CST e as Secretarias Municipais de Ação Social e de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Vitória, cujo objetivo geral é promover a integração entre jovens, e suas comunidades, com atividades ambientais, sócio-culturais e esportivas, voltadas para a compreensão da importância da conservação ambiental, bem como na melhoria do bem estar social, tendo como processo catalisador a geração de emprego e renda.

Os objetivos específicos:

- Promover a formação de Recepcionista Mirim a fim de prepará-los para atividades e responsabilidades a serem desenvolvidas;
- Acompanhar o desenvolvimento dos adolescentes, clientes dos programas da Secretaria Municipal de Ação Social, na iniciação profissional; e
- Promover a educação ambiental e o turismo receptivo, envolvendo os adolescentes, através de um processo dinâmico, em permanente construção, propiciando reflexão e debate da própria modificação, quando necessário.

A estratégia de ação preconiza que os adolescentes sejam remunerados com uma bolsa de aprendizagem, proporcional ao tempo trabalhado, e sejam treinados em cursos de Recepcionista Mirim e de Educação Ambiental. O público alvo são 150 adolescentes, 24 dos quais permanecem no Parque, sob orientação e responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em regime de revezamento com duração de 6 horas, sem comprometer horário escolar.

Consórcio Santa Maria - Jucu: Convênio de cooperação entre a CST e o Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

O convênio foi firmado em 15 de abril de 1992 para o desenvolvimento de ações visando a recuperação e a proteção das bacias hidrográficas dos referidos rios, que abastecem a região da Grande Vitória.

O convênio abrange:

- Recuperação da matas ciliares em áreas degradadas;
- Reabilitação e readequação das estradas de terra com adoção de manejos adequados e uso de agregado siderúrgico, nos municípios consorciados;
- Programas de Educação Ambiental.

Programa de Informatização e Qualidade Total Hospitalar: Convênio de cooperação entre a CST e o HUCAM - Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo, abrangendo o "Diagnóstico para Informatização do HUCAM" e a "Implantação do Programa de Gestão pela Qualidade Total". O convênio que sustenta o Programa de Informatização, assinado em junho de 1999, tem como objeto o Diagnóstico de Informatização, Estudos de Viabilidade e Projeto do Sistema (Projeto de engenharia de cabeamento estruturado, rede elétrica e rede lógica).

O Convênio para a implantação do Programa de Gestão pela Qualidade Total foi assinado em abril de 1998 e contempla a Elaboração de diagnósticos e a implantação do Programa de Qualidade Total Fase I (Preparação) e Fase II (Planejamento e Elaboração).

O projeto propõe novos parâmetros para o funcionamento do Hospital, elevando o padrão de ensino e assistência aos usuários. Foram criados: Comitê da Qualidade (de decisão estratégica); Comissão de Educação; Comissão de Economia; Comissão de Sistematização; Escritório da Qualidade; Fórum da Qualidade; e Grupos de Trabalho.

O CIVIT

As primeiras manifestações concernentes à instalação de um Centro Industrial na área da Grande Vitória remontam ao ano de 1961, quando a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES – apresentou proposta junto ao Governo do Estado. A área indicada era o Planalto de Carapina, na Serra. Mas, por entender que a criação do CIVIT só se tornaria viável com o suporte de um sistema de incentivos fiscais, fato que foi inviabilizado na esfera Federal, a idéia não foi a frente. Ao ter início as negociações para a construção da usina siderúrgica a FINDES voltou a insistir no projeto. Desta vez o Governo do Estado entendeu que seria um importante passo para alicerçar a política de industrialização estadual, e criou, por Decreto, um órgão para se responsabilizar pela implantação do Centro Industrial: a COPLAN – Coordenação do Planejamento Industrial do Espírito Santo, em janeiro de 1969.

A área escolhida foi realmente o Planalto de Carapina, desde que, naquela área de influência do Porto de Tubarão, se estabelecesse uma usina siderúrgica. Em 1971 foi criada por Lei a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial – SUPPIN, uma autarquia do governo estadual, que assumiu a instalação do CIVIT e ficou extinta a COPLAN. Foi a SUPPIN então que adquiriu mediante compra uma área rural de 330 hectares, no Planalto de Carapina e realizou o Plano Diretor do CIVIT. A SUPPIN implantou o CIVIT e o Micropolo Industrial de Vila Velha, em Santa Inês (abriga a Cobra D'Água e Public Boy entre outras). Seus objetivos são a definição geográfica dos núcleos de polarização industrial e promoção de medidas necessárias para que os mesmos se constituam em instrumento de atração de recursos de investimentos, visando à dinamização da economia capixaba e à harmonização entre o crescimento urbano e o industrial. Após um processo de reestruturação organizacional, em 1997, houve uma mudança de objetivos, atuando hoje com órgão fomentador de desenvolvimento.

O Governo Estadual passou a dar integral apoio na tomada de providências que auxiliassem no carreamento de grandes indústrias nacionais e internacionais para o área. Os terrenos propostos são grandes, em média, 2.700m², medindo 30 metros de frente por 90m de profundidade e são vendidos sob condições de que a construção seja imediata e exclusivamente para fins industriais, previamente aprovadas pela SUPPIN.

O CIVIT dista a aproximadamente 15 Km do centro de Vitória, é praticamente todo asfaltado, dotado de infra-estrutura completa. Sua localização é de fato privilegiada, próximo ao Porto de Tubarão, do Porto Seco, da Estrada de Ferro Vitória-Minas, do Aeroporto de Vitória, e praticamente às margens da BR 101.

A Década 90

A política de abertura de mercado, associada à crise econômica que se instaurou com o Plano Brasil Novo em 1990, fez com que fossem acelerados, especialmente nos segmentos industriais mais organizados, os ajustes que se vinham desenvolvendo em busca de maior produtividade e que implicaram em menor utilização de mão-de-obra. O refreamento da crise em 1993 sustou o sentido de queda no pessoal ocupado na indústria de transformação, mas sem resultar em aumento significativo de postos de trabalho nos segmentos melhor estruturados.

Os brasileiros que viviam em povoados, comunidades rurais e pequenas cidades do interior, onde há menos empregos, relações sociais mais simples e menos complicadas ou "civilizadas", estão partindo para a complexidade da vida urbana e "inchando" cada vez mais as cidades vizinhas e maiores.

Este processo de urbanização de curta distância ocorre em centenas de pontos por todo o País, segundo apurou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas primeiras avaliações do Censo 2000. Entre 1991 e 1999, a migração de brasileiros (excedente de imigração sobre emigração) aconteceu mais dentro das mesmas regiões do que entre Estados - fenômeno que, nos próximos anos, deverá situar mais ainda o homem brasileiro no próprio centro do processo de desenvolvimento. (Ver Tabela 6)

PDU

Para a elaboração do primeiro Plano Diretor Urbano, aprovado em 1996, foi feita uma Pesquisa com as Lideranças do Município da Serra⁴, que teve início com a identificação dessas lideranças e entrevistas com as lideranças classificadas como representativas. O enfoque básico foi dado nos temas: Crescimento - Problemas - Alternativas.

O objetivo desta Pesquisa foi verificar em que medida a população percebe a cidade e como percebe a evolução urbana e as perspectivas de futuro. Cito a seguir essas imagens:

- “VOP>VSP (Velocidade de ocorrência de problemas é maior do que a velocidade de solução de problemas)”.
- “Até 1960 a Serra não tinha energia elétrica. Porque o Rômulo Castelo não queria”.
- “Indústrias criaram um vetor de expansão na Serra.”
- “A tradição histórica da Serra é a do forasteiro”.
- “Serra é o berço da intelectualidade. Isso desde 1760”.
- “Os políticos da Serra são os grandes causadores dos problemas atuais da Serra”.
- “Os problemas sociais da Serra são decorrentes da falta de vontade política”.
- “Legislação não é cumprida”.
- “O problema maior da Serra são as invasões”.
- “A Serra é uma cidade caipira”.
- “Quem controla o município está pensando nas eleições e não no Município”.
- “Serra é um município industrial por princípio”.
- “A Serra é o Município que mais cresce no Espírito Santo”.
- “A Serra hoje é um pandemônio”.
- “A Serra não tem cara”.
- “Muito crescimento com zero de planejamento”.

Essas imagens das lideranças refletem a imagem que a população tem sobre o Município. A Serra não tem “cara” pela falta de um movimento social forte, falta de uma identidade, de vínculos afetivos. As pessoas não se identificam com o Município. Muitos comerciantes e industriais trabalham na Serra mas moram, e gastam em outros municípios. Muitas pessoas têm casa de praia, para veraneio, e a quase totalidade não têm vínculo com a cidade.

Do Plano Diretor Urbano constam 7 modelos de parcelamento, na tentativa de organizar o espaço urbano, que sofre com a pouca renda da população e o conseqüente desordenamento :

⁴ Instituto Jones dos Santos Neves, dezembro 1994.

- MP1- 01 Área de 300,00m² e testada mínima de 12,00m(Quase todo o município)
- MP1-02 Área de 360,00m² e testada mínima de 12,00m (Áreas próximas ao litoral)
- MP1-03 Área de 180,00m² e testada mínima de 10,00m (Áreas de Interesse Social)
- MP2 Área de 450,00m² e testada mínima de 12,00m (Áreas lindeiras à ES-10 e BR-101)
- MP3-01 Área de 450,00m² e testada mínima de 15,00m(Áreas para Indústria Médio Porte)
- MP3-02 Área de 900,00m² e testada mínima de 15,00m (Áreas Indústria Grande Porte)
- MP4 Área de 2.000,00m² e testada mínima de 20,00m (Sítios de Recreio ou chácaras).

Em sua maior parte os índices urbanísticos tentam evitar o adensamento excessivo pois já existe uma deficiência de infra-estrutura. Porém, no bairro de Jacaraípe, balneário composto por vários loteamentos, permitiu-se o adensamento por verticalização, apesar de apresentar um padrão de poucos pavimentos e já ter problemas de excesso de trânsito, principalmente no verão. Ainda não temos uma verticalização significativa resultante (Ver Fotografias 5 e 14). Jacaraípe costuma receber muitos mineiros em férias, chegando-se a dizer que é a praia de Minas Gerais. Para reduzir este problema o PDU previu uma nova rodovia contornando o balneário cujas obras foram iniciadas.

Vitória, por sua pequena extensão de território é o único dos municípios da RMGV já verticalizado. Mesmo assim, alguns bairros, antes totalmente ocupados por residências unifamiliares estão sendo tomados por prédios altos. O contraste entre os prédios e as casas pode ser apreciado nas Fotografias 15.

Sistema Viário

No sistema rodoviário da Região Metropolitana agregam-se vias municipais, estaduais (ES-10, ESO-60 e ES-080) e federais (BR-262, BR-101 Norte, BR-101Contorno e BR-101-Sul):

- BR-262 Vitória - Belo Horizonte 540 Km (Corredor de Exportação)
- BR-101 Sul Vitória - Rio de Janeiro 560 Km
- BR-101 Norte Vitória - Salvador 1.422 Km

O sistema está sobrecarregado por intenso tráfego, produto da localização estrategicamente privilegiada da região, principal área de escoamento de outros estados (Minas, Goiás, Mato Grosso, etc.); além de empresas locais.

Assim, os ônibus circulam numa metrópole onde coexistem vias asfaltadas e bem sinalizadas ao lado de outras em mal estado de conservação, na maioria dos municípios. Ainda com o agravante das mesmas vias serem utilizadas por automóveis, ônibus, caminhões e até bicicletas e pedestres, causando falta de segurança e problemas de fluxo. Está em fase terminal a construção de um trevo com viaduto, na Serra, no encontro da BR-101 Norte com a BR-101 Contorno e a Av. Fernando Ferrari, (municipal – Vitória). O objetivo desta obra, de porte, é a redução de acidentes e melhoria do fluxo de carga.

O DNER –através do 17º Distrito Rodoviário Federal – informou, em 1994, que os estudos realizados pelo órgão para a BR-101 concluíram pela necessidade de eliminar o conflito existente entre o tráfego de longa distância (mobilidade/velocidade) e os de média e curta distâncias (acessibilidade) e para tanto seria necessário desviar o tráfego de longa distância para longe da área urbana, através de uma variante da BR-101, por trás da Área de Preservação Ambiental do monte Mestre Álvaro. Porém após este diagnóstico não foi dada continuidade a solução do conflito existente. A variante seria uma ligação entre os Km 260 e 273,8, na Serra, em um trajeto de cerca de 6 Km, atravessando a E.F. Vitória - Minas.

Transporte

Duas modalidades de transporte coletivo serviam os usuários do sistema na Grande Vitória: a rodoviária e hidroviária. Esta última foi recentemente desativada, por ser deficitária, após anos de agonia. Estabelecia a ligação hidroviária entre a ilha de Vitória e a parte do continente situada a sul da capital, mediante dois terminais na Prainha e Paul, em Vila Velha, e dois em Vitória. No que se refere à modalidade rodoviária, o sistema de transporte coletivo compõe-se de linhas intermunicipais de estrutura tronco-alimentadora e linhas municipais, que fazem as ligações entre os bairros de um mesmo município. O projeto TRANSCOL, elaborado pelo Instituto Jones Santos Neves, implantou terminais rodoviários urbanos para interligar as linhas locais com as tronco-alimentadoras, com o

pagamento de uma única passagem, apesar da tarifa ser diferenciada. Em 1993 foi criada a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória- CETURB/GV.

O aeroporto de Vitória, Eurico Salles, está localizado na parte continental ao norte da ilha, na área em litígio com a Serra, distando aproximadamente a 12 Km do centro de Vitória e a 16 Km do CIVIT. Tem vôos diários para as principais cidades do país, sendo para São Paulo, por exemplo, 13 vôos por dia. Está sendo ampliado para poder receber aeronaves maiores do que 54 toneladas e um maior fluxo.

O Futuro

De acordo com o PNAD 99, a Região Sudeste, que é a quarta em extensão territorial, apresenta a maior densidade demográfica e a estrutura populacional mais envelhecida entre as demais regiões do país. Esta característica tem um reflexo na demanda de serviços.

O Governo Estadual está empreendendo esforços para oferecer incentivos às empresas petrolíferas e bons serviços para os técnicos que chegarão com elas. Isto inclui melhoria de infra-estrutura e logística. Algumas ações já estariam sendo viabilizadas, como um levantamento das melhores áreas para a instalação de um porto, pela iniciativa privada, para suprimento de necessidades dos trabalhadores nas plataformas de exploração. Outra providência é o incentivo à implantação de escolas americanas na região da Grande Vitória, uma vez que foi detectado que uma das preocupações dos técnicos é a educação dos seus filhos.

A produção de gás natural de petróleo é da extrema importância para o crescimento, uma vez que o Espírito Santo hoje importa 82% da energia que consome. Outra saída para o problema é uma termelétrica, a gás. Em 24 de fevereiro de 2000 o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Prioritário de Termelétricas, que prevê a construção de 49 usinas termelétricas a gás até 2003. Já foi assinado o Termo de Compromisso para a construção de uma usina termelétrica na região da Grande Vitória. Orçada em R\$500 milhões, a usina terá capacidade instalada final de 500 megawatts e deverá entrar em operação em 2002. Para o desenvolvimento do projeto foi criado o convênio Vitória

Energia, entre a Vale, a Petrobras e a Escelsa, onde cada empresa participará com um terço do capital.

Cabe lembrar que a atual incapacidade pública em investimentos nos faz ver que é indicado buscar o desenvolvimento através do Corredor Centro-leste, até mesmo em função da infra-estrutura portuária já existente.

Outra atividade importante é a industrial. Além dos Grandes Projetos a RMGV abriga diversas indústrias conhecidas nacionalmente e até internacionalmente, como Chocolates Garoto (Vila Velha), Dumilho, Braspérola e outras. A infra-estrutura existente continua a atrair outras indústrias.

A RMGV é uma metrópole de formação tardia em relação às demais Regiões Metropolitanas.

Formação da Estrutura Fundiária

Levantando os padrões de ocupação que ocorreram ao longo do tempo, podemos compreender cada momento, analisar os agentes envolvidos no processo de transformação do uso do solo urbano, que são gerados pela sociedade. As diversas formas de produção da moradia e, ainda a destinação final, em termos do espaço produzido e dos usuários potenciais. Este estudo permite melhor compreender a natureza dos diversos conflitos sociais gerados em torno do acesso à propriedade da terra urbana. (RIBEIRO, 1990).

No município da Serra grande parte da oferta de moradia foi composta por conjuntos habitacionais, predominantemente residencial unifamiliar, e lotes de baixo custo. O perfil de renda da população residente ao mesmo tempo reflete e explica isto (Ver Tabela 3). Estes conjuntos foram implantados e ocupados sem a adequada infra-estrutura. Muitas das áreas destinadas a praças foram invadidas, assim como Áreas de Preservação Ambiental, como as encostas de vales, normalmente com moradias precárias ou de baixo padrão..

Alguns loteamentos, apesar de incluídos no perímetro urbano situam-se distantes da concentração urbana, apresentando então o município significativos espaços vazios entre as áreas parceladas, sujeitos à especulação imobiliária.

As áreas loteadas na Serra são as planas, entre os vales, como podemos notar no Mapa Cadastral, os planaltos. E no litoral as planícies. Os vales tornam os loteamentos mesmo próximos incomunicáveis entre si . É necessário contornar o vale e trafegar pela Rodovia BR-101 para chegar no loteamento “vizinho”. A estes vazios urbanos, impossíveis de

serem edificados regularmente, somam-se outros, deixados vagos pela especulação imobiliária.

Até 1970 valorização da terra se dava pela “reserva de valor”: áreas são deixadas vazias para esperar a valorização pela instalação de infra-estrutura, meios de acesso, a fundo perdido, pelo Estado. As áreas vazias chegam a tomar proporções gigantescas (45% da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, ou um milhão de lotes vazios no Rio de Janeiro). Após 70, o processo muda: passa a articular a valorização da terra com a valorização do capital. (RIBEIRO, 1990 pg. 6). Ocorre um processo extensivo de produção de loteamentos em fazendas decadentes, ainda não encerrado. Grandes proprietários ainda estão preparando suas antigas fazendas para lotear, com características distintas (família Carlos Larica, ao sul do município da Serra, divisa com município de Cariacica, área dentro do perímetro urbano, onde os proprietários pretendem lançar diversos empreendimentos para renda média-alta e alta, e a família Carlos Lima, ao norte, divisa com Fundão, área fora do perímetro urbano, onde os proprietários desejam fazer um loteamento mais popular).

Ao analisarmos a Tabela 7 e o Mapa Cadastral do Município podemos verificar que:

- 1) A grande maioria, excetuando apenas Cidade Continental, CIVIT, Cidade Pomar, Maringá, Morada de Laranjeiras, Santo Antônio, São Luís e São Lourenço foram aprovados pela municipalidade antes da entrada em vigor da Lei Federal 6766 de 19 de dezembro de 1979.
- 2) Dos loteamentos aprovados antes da vigência da 6766 muitos têm Decreto de aprovação no próprio ano de 1979.
- 3) Dos 8 loteamentos aprovados após a Lei 6766, três são grandes empreendimentos públicos (CIVIT, Cidade Continental e Cidade Pomar, respectivamente, SUPPIN, Coophab-Cap e COHAB-ES. Dentre estes, CIVIT é um loteamento industrial.
- 4) São parcelamentos destinados a Industrias e Comercio/Serviços o CIS ou CIVIT, parte de Jardim Limoeiro e o Capivari, este último não implantado.
- 5) Quanto ao agente loteador, os mais antigos são particulares, como Bairro Carapebus, de “Francisco Quintas Júnior e esposa”, de 1957. Já durante e

após 75 passam a ser maioria as empresas, privadas e públicas. Os maiores parcelamentos são, porém, públicos (COHAB-ES).

- 6) O ano de 1977 foi farto de loteamentos e conjuntos habitacionais. Na década de 80 continuam instalando-se vários conjuntos.
- 7) Os loteamentos mais antigos localizam-se, em sua maioria, em Nova Almeida (balneário, ao norte do município), e outras áreas próximas à praia como Bicanga, Carapebus, Jacaraípe e Manguinhos. A exceção é o Jardim Limoeiro, de Padre João França, em Carapina, de 1956.
- 8) Observando as cores, que indicam os loteamentos com problemas, podemos ver que a Tabela está bem colorida. Restrição ambiental, lilás e azul predominam. As áreas sem titulação são poucas, e justamente as mais antigas, como a Sede do município (Ver Fotografia 2), parte de Nova Almeida (Ver Fotografia 4) e parte antiga de Carapina, onde também temos edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico (Igreja São João de Carapina e entorno).
- 9) Dois empreendimentos foram totalmente invadidos: Jardim Carapina (ex André Carloni 3ª etapa), do Governo do Estado, e Planalto Serrano (Construtora Marajá s/a, que faliu sem terminar o empreendimento). A maioria teve invasão de suas áreas de praça ou de preservação ambiental.
- 10) A ocorrência de uma sucessão de Cartórios de Registro Imobiliário.

A Sucessão de Cartórios é a seguinte: Primeira Zona de Vitória até 22 de junho de 1962. Desta data até 1975 os Registros da Serra passam para a 2ª Zona de Vitória. De 1975 a 1984 nova fase, desta vez para o Cartório da 1ª Zona - Vara da Serra. Em 1984 o município da Serra é dividido entre dois Cartórios, o da 1ª e o da 2ª Zona – Vara da Serra. Obter informações, documentos, efetuar registros ou averbações é um verdadeiro martírio. É preciso peregrinar por todos eles, pegando certidões. A Lei 4591, data de 16 de dezembro de 1964.

Interessante observar a sucessão de Leis para reger o parcelamento do solo:

- Decreto-Lei 58 após 10 de dezembro de 1937
- Decreto Lei 271 após 01 de fevereiro de 1967
- Lei 6766 após 19 dezembro de 1979

- Lei Estadual 3384 de 27 de novembro de 1981
- Decreto Estadual 1519-N de 16 de março de 1981
- Plano Diretor Urbano da Serra de dezembro de 1996 e sua revisão
- Lei Municipal 2148 de 22 dezembro de 1998
- Lei 9785 de 29 de janeiro de 1999

A cada nova lei a tentativa é de consertar as falhas da anterior. Muitos estados brasileiros não têm legislação própria para o parcelamento do solo. A capixaba acrescenta algumas particularidades e supre alguns esquecimentos. Por exemplo, creio que foi esquecimento da lei federal não fazer menção ao lote encravado, que a lei capixaba impede no seu Artigo 13. Outras particularidades: passa a ser exigida por lei a anuência do Estado para parcelamentos em áreas de interesse especial, definidas como as lagoas Juparanã e Juparanã Mirim em Linhares e Rio Bananal, com a descrição dos limites na lei, assim como nas áreas limítrofes de municípios e em todos os distritos ao longo do litoral capixaba.

A mesma Lei cria a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, com os mesmos 5 municípios da Região Metropolitana, bem posterior. Para a Grande Vitória estabelece o lote mínimo de 250,00m². Define regras para loteamentos destinados ao uso industrial. Para as Áreas de interesse especial citadas acima cria índices e artigos específicos. O Art. 22, por exemplo, veda a ocupação e a abertura de vias antes de 50 metros, contados perpendicularmente a partir da linha do preamar médio, de 33 metros.

O Decreto estadual cria a COPLAN, Coordenação de Planejamento, e determina como esta deverá proceder para conceder a anuência prévia à aprovação municipal e as diretrizes estaduais

A característica da Serra é a edificação unifamiliar. Os poucos prédios são baixos, três a quatro pavimentos, sem elevador. O que vai variar é o tamanho do lote e os afastamentos. Para os mais favorecidos o lote é maior e a edificação é afastada das divisas. Podemos observar esta característica nas fotografias de número 6 e 8. Mostram respectivamente os balneários de Jacaraípe e Manguinhos. Ambos tiveram a praia urbanizada, porém com características totalmente diversas entre si (Ver Fotografias 6 e 8). Em ambas foram

construídos quiosques padrão, mas as semelhanças param aí. Manguinhos é área de desova de tartarugas marinhas, sendo por isto mais protegida por leis específicas de proteção à fauna. Não tem calçamento nas vias próximas à praia, nem iluminação alta (posteamto) para não desnortear as tartarugas. A praia de Nova Almeida, mais ao norte, (Fotografia 4) também tem a particularidade de ser bem natural, com vegetação de restinga até bem próximo da beira mar.

O sistema natural de drenagem dos vales para as lagoas e depois para as praias está bastante comprometido pela poluição dos córregos. Uma ampla ação de educação ambiental e de saneamento são necessárias. Porém a escassez de investimentos para a área é a tônica (Ver Fotografia 9).

A capital, Vitória tem um perfil completamente diferente, com praias urbanas, e edificações bem verticalizadas em quase toda a ilha. . (Fotografias 15). Vila Velha também está sofrendo um processo de verticalização no Centro e Praia da Costa e Itapuã (Ver Fotografias 10, 14 e 15).

Na Serra, para as áreas mais populares já é praticamente impossível a regularização da edificação pois não se obedece sequer ao lote mínimo federal, de 125,00 metros quadrados. Outras vezes o problema é o Art. 13 da Lei Estadual.

Situação Fundiária Recente

Passamos a analisar o ocorrido no município após a aprovação do primeiro Plano Diretor Urbano. A alteração mais dramática creio ter sido o perímetro urbano.

A Área Total do Município, em hectares, é de 54.700 ha, sendo que as áreas de proteção ambiental (encostas, fundos de vale, lagoas, faixas de proteção aos manguezais e estuários) atingem 5.264.80 ha. O Plano Diretor Urbano, de 1996, reduziu a área Urbana de 23.573 ha (Lei 700/79), para 19.471 ha, verificando-se uma redução de 4.101,90 ha, que, prematura e desnecessariamente estavam sujeitas a urbanização, em uma expansão urbana que nem sempre leva em conta os aspectos da preservação ambiental e do crescimento demográfico com qualidade de vida (Ver Gráfico 2). O novo traçado do perímetro urbano exclui os vazios intermediários entre as áreas urbanas já ocupadas ou parceladas através de um traçado descontínuo, configurando em algumas áreas “ilhas” abrangendo loteamentos isolados das áreas de maior concentração urbana.

A Área Rural Trabalhada é da ordem de 21.000 ha. A Tabela 5 apresenta as áreas ocupadas pelas diferentes culturas em 1994 e podemos verificar a predominância da pecuária. A mão de obra é familiar.

Dentre os instrumentos de controle de uso e ocupação do solo urbano, que compõem a legislação urbanística básica municipal, a lei que delimita o perímetro urbano é de fundamental importância para o poder público local na administração das questões fiscais e urbanísticas, bem como na prestação de serviços públicos. Segundo a Prefeitura, em 1990,

o município contava com 63,58% dos lotes ainda vagos, tendo ainda os vazios urbanos ainda não parcelados (Ver Gráfico 1). O Prefeito João Baptista da Motta aceitou a proposta dos técnicos de reduzir o perímetro urbano, para impedir o parcelamento das áreas excluídas, mesmo com as implicações de sofrer as pressões dos fazendeiros em lotear suas terras, e com a impossibilidade de cobrar impostos, urbanos, nestas novas terras. As áreas rurais, convém lembrar, pagam INCRA, que não reforça o caixa municipal. A grande parcela dos lotes vazios além de encarecerem os serviços públicos não favorecem à sensação de “pertencimento” do morador. Alguns loteamentos estão totalmente vazios, ainda nas mãos do loteador.

Uma área dentro do perímetro urbano cuja atividade econômica seja rural paga INCRA e não IPTU. Os valores dos impostos rurais são muito inferiores aos urbanos. Portanto para os grandes proprietários de terra é muito mais interessante o INCRA. Eles, mesmo quando parcelam suas fazendas, não recolhem o IPTU até que os lotes sejam vendidos, geralmente tentando um acordo com a municipalidade, numa tentativa de escapar dos altos valores urbanos.

Outra modificação introduzida pelo PDU-96 é a instituição do Conselho Municipal de Política Urbana, órgão consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo, com atribuições de analisar e de propor medidas para concretização da política urbana, bem como verificar a execução das diretrizes do Plano Diretor Urbano.(Art. 5º)

Os parcelamentos já implantados antes da lei é o que é mais problemático, pois sua regularização esbarra em inúmeros entraves. Podemos citar o caso do CIVIT: infelizmente na proposta de parcelamento do solo do CIVIT, dividida em setor I e II, ignorou-se a topografia do local, pois mesmo sendo um planalto apresenta vales, com densa vegetação e córregos, que caracterizam área de preservação permanente, não edificantes. Esta fato tem causado constrangimentos entre a Prefeitura da Serra, a SUPPIN e os compradores dos terrenos atingidos pelas restrições ambientais. Está se discutindo há anos e ultimamente a SUPPIN já está admitindo uma retificação do parcelamento. Nesta retificação serão propostos lotes menores, mais adequados à demanda atual das indústrias interessadas. O CIVIT I já comercializou 80% de sua área e o CIVIT II 60%. Abriga além de indústrias

comercio e serviços, inclusive dois grandes hospitais: o Dório Silva, público, e o Metropolitano, privado (Setor II).

Em outras situações é mais delicado ainda, pois atualmente é quase inaceitável a remoção de pessoas, mesmo que estejam ocupando áreas que são não edificantes por lei ou mesmo áreas de risco ambiental. Existe uma inércia muito grande do poder público para atuar na área urbana. E com esta inércia a situação só tende a piorar.

Para reduzir os empecilhos à regularização fundiária, especialmente nos casos mais simples, como as áreas antigas sem documentação de posse, o Legislativo aprovou uma Lei municipal para a regularização do terreno e outra para a edificação, em 1998. Até o presente momento não trouxeram nenhum reflexo.

A mais recente legislação federal , de 1999, praticamente não afeta a Serra, em função da legislação municipal, e aos demais municípios do Estado afeta pouco, em função da legislação estadual.

Conclusão

Uma característica importante do processo brasileiro de industrialização é o fato de ter ocorrido numa situação retardatária em relação aos países centrais. No caso do Espírito Santo, o processo de industrialização se deu em situação retardatária ao próprio País.

Ao ler Clélio Campolina Diniz podemos ter melhor visão do quadro ocorrido. As mudanças na distribuição industrial no Brasil são bastante significativas. Até o final da década de 60 a concentração econômica ocorreu incontestemente na Área Metropolitana de São Paulo, que em 1970 participou com 44% da produção industrial do País. O mesmo aconteceu com a concentração demográfica. A partir desta data, inicia-se uma outra fase, revertendo esta polarização e em razão disto a participação de São Paulo reduziu-se para 36% em 1990.

Campolina Diniz entretanto diz que nesta nova fase ocorreu uma relativa reconcentração no polígono definido por Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São José dos Campos e fechando novamente em Belo Horizonte. Dentro deste polígono Diniz afirma estarem sendo formados os principais pólos de alta tecnologia:

“À reconcentração das mudanças tecnológicas e à redução da intervenção estatal se aliam a concentração prévia da produção industrial, da pesquisa, do mercado de trabalho profissional e da renda dentro do polígono mencionado. Face a isto, a continuidade do processo de desconcentração macroespacial vem sendo obstaculizado e uma nova configuração regional da indústria no Brasil tem sido esboçada. Concilia a existência de

reversão da polarização regional da Área metropolitana de São Paulo com uma relativa aglomeração no polígono mencionado. Isto significa que as regiões objeto de políticas regionais, como o Nordeste, não têm demonstrado capacidade de sustentar um crescimento diferenciado que se traduza em alteração macroespacial substantiva, apesar do crescimento industrial do Estado da Bahia.”⁵

Em resumo Diniz diz que o desenvolvimento poligonal é o resultado de cinco principais forças:

- Deseconomias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo e economias de aglomeração em outras regiões
- Política econômica do Estado como investimentos e incentivos e redução da intervenção estatal
- Busca de recursos naturais em novas regiões
- Concentração social e espacial da renda que significa poder de compra ou de pesquisa
- Unificação de mercados com conseqüente maior competição.

Todos estes fatores podem ser identificados. Porém, a Região Metropolitana de Vitória está bem distante deste polígono, e seu maior crescimento se deu exatamente neste período: 70-80. No período 80-90 continuou com um crescimento muito significativo, mas já reduzido em relação à década anterior (Ver Tabela 2).

Os problemas relativos aos deslocamentos espaciais de população humana vêm constituindo preocupação para planejadores brasileiro há tempos, assim como em outros países, tendo provocado a criação do Programa Nacional de Migrações Internas, estruturado no Ministério do Interior (MINTER).

No Brasil, governos estaduais, instituíram programas como o PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO MIGRANTE DE BAIXA RENDA do Governo do Ceará, para o período 1980-1984. O objetivo deste programa foi fornecer aos órgãos de execução um instrumental analítico e operativo para o atendimento aos problemas sociais decorrentes dos deslocamentos de mão-de-obra. Tendo dois aspectos distintos: o apoio aos migrantes

⁵ Diniz, Clelio Campolina – 1993.

de forma a facilitar uma mais rápida integração ao mercado de trabalho e ao uso dos serviços existentes, antecipando medidas à marginalização dessa população e estudos sistemáticos sobre os fluxos migratórios. Outro aspecto deste programa é a tentativa de retenção de parte substancial dos migrantes nas cidades de porte médio, reduzindo-se o poder de atração preponderante da Capital, com o atendimento às necessidades básicas nas cidades de porte médio e na Região Metropolitana de Fortaleza.

Acrescento ainda que o exercício da cidadania vai além do exercício do voto. Um município como a Serra com um índice de inadimplência de IPTU da ordem de 75% não tem como oferecer um bom serviço à população, que alega não pagar por não ter um bom serviço. Este círculo vicioso não pode dar certo. Sem respeito ao coletivo o indivíduo acaba sofrendo. É o próprio lixo que a população joga nas encostas e vales, o desmatamento que provoca, que causa as enchentes e os deslizamentos de encosta. Segundo dados da própria Prefeitura da Serra, é preciso 2 a 3 funcionários para recolher o lixo de um morador não consciente. Os Direitos Humanos devem ser acompanhados dos Deveres Humanos.

“A migração é um fenômeno reflexo, isto é, uma manifestação de processos e de transformações sociais e econômicas profundas que lhe são subjacente”⁶. Muito já se escreveu sobre o assunto mas, muito ainda há para ser dito. Eunice R. Durham, em seu livro, cita na página 112 o resultado de entrevistas:

“Nós tínhamos um sítio à meia. A irmã de meu pai morava em São Paulo, escrevia para o pai vir. Dizia que aqui era melhor, todos iam ganhar mais. Na roça o trabalho era duro e a gente não podia progredir”. (meeira em Minas Gerais).

“A lavoura não estava dando, a vida estava ficando muito difícil. No Espírito Santo pagam muito pouco, quase não há serviço. Resolvemos mudar para ver se as coisas melhoravam”. (meeira no Espírito Santo).

⁶ Lee, Everett S. - Uma teoria sobre migração - in Migração Interna: Textos selecionados - Banco Nordeste do Brasil/ MINTER. Fortaleza, 1980.

As entrevistas são semelhantes umas às outras: a miséria, a falta de conforto, o trabalho “duro”, a incerteza da produção, a impossibilidade de melhora.

No campo temos trabalhadores não especializados. Aumento de renda só pode advir do aumento da quantidade de trabalho. Acontece a depreciação da escola, que não constitui um instrumento de melhoria de vida. A organização social tem caráter fechado e a maioria da população tem padrão de vida extremamente baixo. A migração é uma tentativa de mobilidade social. “O trabalhador rural, condenado a viver em tais condições (miserabilidade), é sempre um migrante rural em potencial”⁷. Continua ainda:

“Duas conclusões decorrem destas considerações: uma política fundiária urbana não pode se limitar ao objetivo de promover o acesso à propriedade, mas de democratizar o acesso ao uso da cidade. Por outro lado, tal objetivo não será atingido se o campo de intervenção restringir-se à legalização da posse da terra em área de conflito, deixando de fora de qualquer regularização do poder público os processos capitalistas de produção do espaço que geram os atuais padrões de ocupação e transformação do uso do solo e, conseqüentemente, promovem a distribuição espacial da população e os benefícios urbanos.”

Normalmente as unidades produtivas deveriam crescer, multiplicar-se e articular-se entre si, causando o aparecimento de outras, que lhe darão insumos ou dela receberão produtos, formando-se cadeias interligadas, de maneira crescente, aumentando a necessidade de condições gerais e configuração do espaço à medida que adquirem complexidade. Entre as condições gerais podemos citar serviços de justiça, a polícia, a educação, a cultura e o lazer, a previdência social e o seguro desemprego (Camargo, Lamparelli e George, p. 6). E ainda o próprio mercado. As peças deveriam ir se encaixando. Quando ocorrem intervenções exógenas de grande porte como as ocorridas no Estado do Espírito Santo o encaixe não ocorre com facilidade. Ainda mais quando o Estado (Governo Federal e Estadual), em seu papel de “Estado-Providência” não toma medidas capazes de aparar as arestas, facilitando o encaixe das peças. Em futebol, é quase impossível fazer gol sem levar a bola na direção certa, sem um time. Ainda assim não se tem notícia de nenhum instrumento mais moderno que os Planos Diretores Urbanos, já que se introduziu o fator

⁷ Incão, Maria Conceição de - O Bóia Fria : Acumulação e Miséria. Vozes, 1984, p.71.

tempo e os diversos atores sociais, corrigindo a excessiva rigidez inicial e a falta de participação. Pelo menos na teoria é possível que os diversos atores sociais efetivamente participem do jogo entre as relações de força (políticas, sociais, econômicas e sociais) na cidade “pós-moderna”. Ao longo do tempo de existência do Plano Diretor Urbano ele sofrerá adequações e revisões e isto tende a ir melhorando a legislação, corrigindo as falhas e dando novos rumos.

Fato curioso quanto à escolha da área para implantação dos Grandes Projetos é a direção dos ventos dominantes na região. A área escolhida fica a montante dos ventos, que são bem fortes e constantes, a ponto de Vitória costumar sediar competições internacionais de esportes a vela. As partículas de minério armazenadas a céu aberto são diretamente carregadas pelo vento para os bairros nobres de Vitória, inclusive as ilhas do Frade e do Boi. Depois de anos de sofrimento a CVRD instalou um equipamento para molhar as pilhas de minério e reduzir o efeito vento. (Ver Fotografia xx)

As disposições constantes das Leis de Parcelamento e demais regras que compõem um Plano Diretor Urbano abordam aspectos importantes, que podem auxiliar a administração municipal no combate aos loteamentos ilegais, sem condições de suporte às atividades urbanas, na implantação de loteamentos de melhor qualidade, com a devida reserva de áreas livres e planas e ainda com a implantação dos equipamentos mínimos necessários para a área a ser loteada.

Classifico os Vazios urbanos em “Vazios Necessários”, aqueles que precisam permanecer vazios por serem Áreas de Preservação Ambiental, e os “Vazios Desnecessários”, aqueles que interessam à especulação imobiliária e que encarecem o fornecimento de serviços urbanos à população, em função das distâncias e da baixa densidade.

No caso do Município da Serra a legislação urbana é mais restritiva do que a federal e a estadual atuais. As áreas destinadas a uso público, por exemplo, podem ter declividade máxima de 15%. Uma área para ter uso público precisa ser mais plana do que para ser loteada e vendida para uso particular. Tem como qualidade o fato de ser flexível: já que contém em seu bojo as condições de ser flexibilizado, por proposta do Conselho Municipal de Política Urbana, sujeitas à homologação pelo Prefeito Municipal ou ainda revisões

decorrentes de proposta do próprio Executivo Municipal. Ajustes dos limites do zoneamento estão previstos com vistas a maior precisão de limites, ocorrência de elementos naturais ou outros fatores biofísicos condicionantes, divisas de imóveis, nos casos previstos, e ainda adequação ao sistema viário, sempre com homologação do Prefeito. O CMPU foi instituído com 11 membros, representantes do poder público e da sociedade civil, garantindo a participação popular na condução das políticas públicas. Na revisão do PDU, em 1997, foi ampliado, por solicitação da sociedade civil, que desejava maior participação.

O Zoneamento proposto em 1996 já indicava um Zoneamento de Planejamento, com os Setores de Intervenção pública Prioritária, Histórico, de Proteção Ambiental e de Proteção Paisagística. O PDU criou a exigência de Relatórios de Impacto Urbano – chamado RIU e Relatório de Impacto Ambiental para os empreendimentos de maior impacto.

Ainda é possível concluir que de nada adianta regular o uso do solo urbano se boa parte da população não pode ter acesso a um mínimo de qualidade de vida, por baixo poder aquisitivo e/ou baixo padrão cultural. O poder público não tem como obrigar a população que construa de acordo com os índices máximos de taxa de ocupação e afastamentos mínimos se isto inviabiliza a construção da moradia pelos menos favorecidos. Não é eticamente aceitável ter uma legislação urbana somente para uns poucos privilegiados, enquanto uma parte considerável fica à margem da cidade legal. A questão de base é econômica.

Constatamos que a expansão urbana na Serra ocorreu de forma desordenada, sem infraestrutura e em franca desobediência da Legislação tanto ambiental (Código Florestal) quanto urbana (Decreto Lei 58, Decreto Lei 271/67 e Lei Federal 6766/79), acarretando uma degradação da qualidade de vida - com destruição dos recursos naturais, ocupação de morros e encostas, poluição dos recursos hídricos e destruição das edificações históricas.⁸

Discutir a cidade é discutir o modelo da sociedade. Sua estruturação tanto espacial quanto social e política. Uma reforma urbana não se dá apenas por leis, pode constatar isto na

⁸ Serra, Prefeitura Municipal - Plano Diretor Urbano - Uso do Solo. 1996.

prática, pois a aplicação delas é por demais complexa. Um exército de excluídos fica à margem de seus ditames. Este é a meu ver o grande desafio do planejamento e da sociedade como um todo.

Harvey (1982) diz que, de acordo com a lógica predominante, atende-se primeiramente ao Capital, em detrimento dos demais agentes envolvidos na produção do espaço urbano. Isto para o primeiro mundo e para o Brasil também. Historicamente, a natureza de nossa sociedade tem sido elitista e antidemocrática. As principais tendências mundiais de globalização, liberalismo e a visão econômica pós-industrial não melhoram em nada a nossa situação, já tradicional, de desigualdades sócio-espaciais. As grandes cidades globais caracterizam-se por apresentar contrastes sociais espetaculares. A cidade dual, cidade partida, lugar da exclusão social. Nelas se concentra o máximo de poder e de riqueza e também a pobreza, a marginalização. A dualização é tanto social quanto espacial (Preteceille, 1994). Seria o “laissez-faire” a melhor forma de condução para o momento? Milton Santos, com sua genialidade, questiona se “a dimensão do Estado industrial, que chamaríamos antes de supranacional, que tem o poder de impor regras a que não se pode desobedecer, estaria acima do próprio Estado? O que representam hoje o Banco Mundial, O FMI etc.?” (Santos, 1994).

Citando Edésio Fernandes e Raquel Rolnick (1998) e concordando plenamente, digo que apesar dos prospectos para o planejamento urbano no Brasil serem os melhores já ocorridos, a partir da Constituição Federal de 1988, a escala da crise urbana, social e fiscal que emergiu nas últimas quatro décadas é enorme. O futuro do planejamento urbano e das cidades brasileiras, vai depender de como as reformas políticas em curso combinarão medidas de redistribuição de renda com reconhecimento de direitos cidadãos da população urbana. As mudanças de ordem legal só resultarão em mudanças reais das políticas urbanas através da participação, do processo político, que resultarão em contrapartida, em mudanças mais profundas na natureza do Estado. Reforma urbana não é conferida por lei, tem que ser obtida através do processo político (Fernandes e Rolnik : 151).

As cidades constituem os locais onde se evidenciam os estágios cultural e sócio-econômico dos povos que as habitam. Em sua evolução, em todo o planeta, as cidades têm demonstrado um irresistível e crescente poder de atração sobre os habitantes das

comunidades menores e do campo. O habitar não está restrito ao teto, mas inclui a relação com a casa, a cidade e seus equipamentos. Refletir sobre este ambiente é um desafio para todos os profissionais envolvidos no processo, sejam economistas, sociólogos, geógrafos, urbanistas etc. Existem situações “sui generis” como o caso do minúsculo balneário de Rio das Ostras, no Estado do Rio, que é um dos municípios fluminenses que mais crescem - é vizinho de Macaé, onde a Petrobrás tem plataformas de petróleo. No Espírito Santo, com as novas perspectivas na área petrolífera pode acontecer um novo surto de crescimento.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, os municípios principais estão muito próximos (Ver Fotografias 10 e 12), o que os faz ainda mais interligados. As respostas devem ser buscadas, em boa parte, em conjunto, pois com certeza irão afetar os vizinhos.

Bibliografia

1. BAER-WERNER – A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil – FGV, 1983.
2. BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.
3. BRASIL. Lei N.º 6766. Brasília, 19 dez 1979.
4. BRASIL. Lei N.º 9785. Brasília, 29 jan 1999.
5. CAMARGO, Azael, LAMPARELLI, C, GEORGE, P – Nota Introdutória sobre a Constituição de um objeto de estudo: o urbano. In: Estudos Fundap, São Paulo, N.º 1, Fundap, 1983.
6. CREA-ES – Tópicos Revista do CREA-ES, N.º 8, fevereiro/março 2000
7. DINIZ, Clelio Campolina - Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem descentralização, nem contínua polarização. Revista Nova Economia, set. 1993, P. 35-64.
8. DURHAM, Eunice R. - A caminho da Cidade (Editora Perspectiva - Coleção Debates)
9. ESPÍRITO SANTO (ES) Decreto N.º 1519 N , Vitória, 16 mar 1981.
10. ESPÍRITO SANTO (ES) Lei N.º 3384 , Vitória, 17 nov 80 .
11. FERNANDES, Edésio e ROLNIK, Raquel – “Law and urban change in Brazil” in FERNANDES, Edésio and VARLEY, Ann (editors) – Illegal Cities: Law and Urban change in developing Countries - London & New York, Zed Books Ltd., 1998.
12. GONÇALVES, Maria Flora. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. in Revista Espaço & Debates. São Paulo, Nº28, 1989.

13. HARVEY, David – “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.” in Espaço & Debates, n.º 6, jun/set. 1982, pp. 6-35.
14. IBGE, Rio de Janeiro. Censo 2000 – Dados Preliminares
15. IBGE, Rio de Janeiro. Censo Demográfico Espírito Santo
16. IJSN, Grande Vitória em Dados - 1997
17. INCÃO, Maria Conceição de - O Bóia Fria : Acumulação e Miséria. Vozes, 1984, p.71
18. LEE, Everett S. - Uma teoria sobre migração - in Migração Interna: Textos selecionados - Banco Nordeste do Brasil/ MINTER. Fortaleza, 1980.
19. OLIVEIRA, Francisco. O processo de urbanização do Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. in Revista Espaço & Debates. São Paulo, N.º 6 , 1982.
20. PNAD – 1999
21. PRETECEILLE, Edmond – “Cidades Globais e Segmentação social “ in RIBEIRO, L. C. & JUNIOR - Globalização, fragmentação e reforma urbana, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1994, pp. 65-89.
22. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (coord) – Diagnóstico da Estrutura Fundiária Urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Convênio IPPUR - UFRJ/Fundação José Bonifácio/Secretaria de Estado Assuntos Fundiários , 1990.
23. RIO DE JANEIRO (RJ) Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro – Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
24. SANTOS, Milton – Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional, São Paulo, HUCITEC, 1994.
25. SERRA (ES) Lei N.º 2148 de 22/12/98: Institui Programa de Regularização dos Parcelamentos Irregulares e atribui à Secretaria de Planejamento sua coordenação e dá outras providências - Câmara Municipal da Serra, Serra, 1996.
26. SERRA (ES) Plano Diretor do Município da Serra – Câmara Municipal da Serra, Serra, 1996.
27. SERRA (ES) Plano Diretor do Município da Serra – Câmara Municipal da Serra, Serra, 1997.

Fontes de Dados

1. Agência Nacional do Petróleo - ANP
2. Atlas do Mercado Brasileiro da Gazeta Mercantil (edição Dez 99)
3. BARSА. Rio de Janeiro – São Paulo. Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1998.
4. Companhia Siderúrgica Tubarão
5. Companhia Vale do Rio Doce
6. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
7. Petrobrás
8. Prefeitura Municipal da Serra (ES):
9. Secretaria de Planejamento – Departamento de Urbanismo
10. Secretaria Municipal de Finanças – Arrecadação e Dívida Ativa (IPTU)

Glossário

Favela: de acordo com o IBGE trata-se de um aglomerado subnormal com no mínimo 51 casas, sem título de propriedade da terra após 1980 e com urbanização fora dos padrões, ou seja, vias estreitas, alinhamento irregular, construções irregulares e precariedade dos serviços públicos.

IJSN – Instituto Jones Santos Neves: órgão do Estado do Espírito Santo

Padrão de Ocupação: “momentos, agentes e modalidades de processos de transformação do uso do solo urbano gerados pelas diversas formas de produção da moradia e, ainda a destinação final, em termos do espaço produzido e dos usuários potenciais. A identificação de padrões de ocupação do solo permitirá melhor compreender a natureza dos diversos conflitos sociais gerados em torno do acesso à propriedade da terra urbana”. (RIBEIRO, 1990). (Relatório Pg. 1 §2º linha 12)

PNAD : Pesquisa nacional de Amostragem por Domicílio)IBGE)

PORTOCEL: Tanques de Armazenamento e Terminal marítimo, que podem ser vistos do mar a uma distância de 15b milhas.

RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória – composta inicialmente por cinco municípios: a capital do Estado do Espírito Santo, Vitória e os municípios vizinhos, Serra,

Vila Velha, Cariacica e Viana. Recentemente foi incluído o município de Guarapari. Para o presente trabalho não foi considerada esta ampliação da RM.

“Sic itur ad astra” : Famosa expressão de Virgílio (Eneida, 9,641) . Trata-se da fala de Apolo, que assim se congratula com Ascânio. Alude-se à subida ao céu típica dos heróis, em especial, Hércules. Essa frase foi retomada por Sêneca, para indicar o caminho árduo da filosofia que leva à consecução de grandes resultados.

Apêndices

Figuras

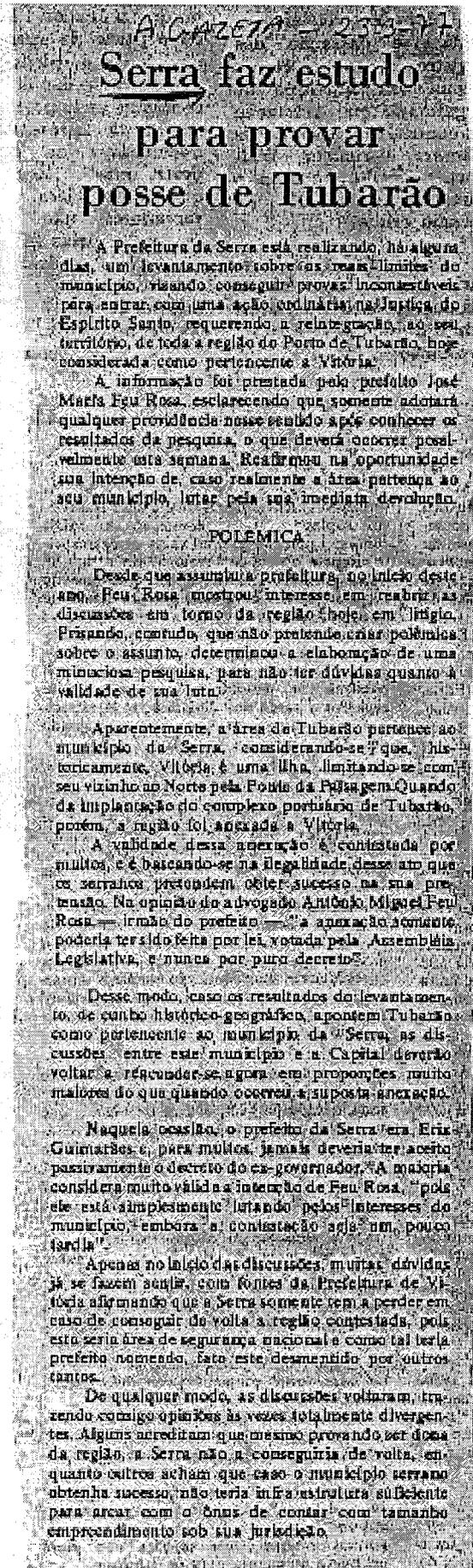


Figura 1

para o crescimento

Apesar de ser considerado o município para o qual está previsto o maior crescimento populacional de todos os pertencentes à Grande Vitória, a Serra não apresenta, entretanto, uma infra-estrutura urbana em condições de atender à chegada de uma força de trabalho que, atraída pelas possibilidades de emprego nas diversas indústrias que lá deverão ser implantadas, opta por se fixar nas áreas disponíveis existentes na região.

Com uma população estimada atualmente em cerca de 25 mil habitantes — aproximadamente o dobro da calculada pelo cens. de 1970, que a avaliou em torno de 13.300 moradores — o município não conta também de acordo com o vice-prefeito Antônio José Peixoto Miguel, com os recursos necessários para a execução de obras de saneamento básico e de assistência em geral à mão-de-obra migrante.

ISENÇÃO

De todo o município — do qual fazem parte as localidades de Nova Almeida, Jacaraípe, Manguinhos, Calogi, Queimados além de zonas densamente povoadas situadas na região dos bairros de Carapina, São Sebastião e Jardim Limoeiro — apenas a sede é servida, e parcialmente, por rede de esgotos e, juntamente com Nova Almeida, possui um sistema de água encanada. Quanto à pavimentação das vias públicas, somente a sede do município apresenta um quadro considerado satisfatório por seus moradores, sendo que nas outras localidades a necessidade de execução de tais serviços vem se tornando motivo de reclamações por parte de seus habitantes.

Para o vice-prefeito local a crescente industrialização do município não implica, entretanto, um aumento proporcional da arrecadação tributária, já que grande parte das indústrias que lá estão sendo implantadas são favorecidas por isenções de impostos, o que ele classificou de "bonificações de Natal constantes".

Segundo afirmou, a carência de recursos — considerada por ele como "normal" quando comparada também com a situação financeira de outros municípios — não permite a execução de obras de infra-estrutura de saneamento nos vários conjuntos habitacionais que estão sendo construídos na região. "Os conjuntos habitacionais

destinada grande parte dos recursos financeiros do município".

Antônio José Peixoto Miguel, abordou também outro aspecto de construção dos conjuntos habitacionais, considerado por ele como bastante problemático: a compra dessas residências por pessoas que pretendem apenas obter lucros financeiros através de aluguéis a terceiros. Segundo ele a especulação imobiliária, provocada por tais atitudes seria danosa a longo prazo, além de desvirtuar a finalidade da construção dos conjuntos, que em princípio se destinam a resolver o problema de moradia dos trabalhadores oriundos do interior do Estado e de outras regiões.

O crescimento populacional observado atualmente no município da Serra deveria ser analisado mais detalhadamente — afirmou — pois existem favelas que surgem de uma hora para outra, já que os trabalhadores recém-chegados à região não dispõem de recursos suficientes para adquirir, de imediato, sua casa própria. Os conjuntos habitacionais deviam ser destinados a eles, e não a pessoas já moradoras de outras partes da Grande Vitória que fazem especulação com as casas, comprando-as exclusivamente para alugá-las ou revendê-las. Na opinião do vice-prefeito da Serra, o próprio sistema habitacional favorece o surgimento dessa especulação imobiliária, não adotando um sistema de fiscalização adequada para evitar que os compradores aluguem suas residências a terceiros.

Para Peixoto Miguel as características geográficas do município também constituem outro fator de incentivo ao crescimento populacional da região. "A Serra absorve com facilidade esse crescimento por ter ainda muitas áreas virgens, que podem ser utilizadas por seus novos habitantes".

DESILUSÃO

— Hoje em dia fala-se muito de invasões de terrenos e de surgimento de favelas, problemas que são decorrentes da especulação imobiliária. Não há, entretanto, meios de combater esse crescimento, que é também uma consequência da falta de perspectivas na lavoura e da desilusão do trabalhador rural com a situação do campo.

Peixoto Miguel afirmou também ser da opinião de que o Banco Nacional

Figura 2

NADA EM
8 DE SETEMBRO DE 1979
THIERS VELLOZO

A GAZETA

ORIA (ES), SEXTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 1979 — ANO LI — Nº 15040 — EDIÇÃO DE 24 PÁGINAS — PREÇO DO EXEMPLAR

042

Expansão desordenada na Serra pode prejudicar a siderúrgica

Os técnicos da empresa estatal italiana Italmoplanti alertaram ontem o Governo do Estado para a possibilidade do projeto siderúrgico de Tubarão ser sufocado pela expansão desordenada de outros interesses na região, principalmente os empreendimentos habitacionais. Segundo eles, isso aconteceu em Taranto, na Itália, onde a usina que lá foi construída precisava de uma maior produção mas não tinha espaço para se ampliar. A consideração foi feita durante a apresentação do estudo "O Centro Siderúrgico da Tubarão e o seu Reordenamento com a Área Metropolitana de Vitória", às 9 horas, na sede da CST.

Julgando impossível um retrocesso ou modificação no programa habitacional que se desenvolve no município, o prefeito da Serra, José Maria Miguel Fco Rosa, considerou que já hoje o Centro Industrial da Grande Vitória — Civit — se encontra cercado pelos conjuntos e sem poder manter seu programa. Ele viu, inclusive, a necessidade futura de algumas áreas reservadas a habitações, dentro do município, terem que ser desapropriadas para dar lugar às indústrias. "Nós, da Prefeitura da Serra, estamos impotentes para resolver o volume de problemas que vêm se desenvolvendo", disse Fco Rosa, para, em seguida, afirmar que o programa industrial é equacionado a nível federal e estadual e que quando chega a nível municipal, "não se pode mais fazer nada".

De acordo com o presidente do Incoop-ES, José Carlos Correia, a discussão do prefeito, considerando que a desordem apontada por este não existe. Ele cita o plano de estruturação do espaço da Grande Vitória, elaborado pela Fundação Jovens dos Santos Neves, e disse que todos os conjuntos habitacionais mencionados através do Instituto seguem a planificação adotada pela Fundação e que, em última análise, cabe à própria Prefeitura da Serra a aprovação ou não dos conjuntos.

— Não estou negando as harmonias, mas agora desarmoneizei — disse Fco Rosa, que conseguiu com a resposta despertar rios de platin, constituída de secretários de Estado, dirigentes do segundo escalão e técnicos do Governo. O secretário do Planejamento, Afrânio Vilaschi, abriu, então, um espaço no debate para considerar a identificação do conflito de interesses que se apresentaram. Lembrou ele que a Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, em 1976 já pretendia o estabelecimento de uma visão metropolitana na região, idéia que foi adotada pelo estudo da Italmoplanti, apresentado ontem. É preciso deixar de ver órgãos e setores isolados de uma análise e tratamento global", disse ele, resumindo o estudo e complementando a seguir: "Se o esquema previsto for implantado na medida da industrialização, os conflitos deixarão de existir". O presidente da CST, Arthur Carlos Gerhardt Santos, por sua vez, observou, diante das formulações apresentadas, que se todos os projetos em

cesso de transformação integrada, serão apenas "um presente de grego".

OS TÉCNICOS E O ESTUDO

A equipe de técnicos que veio apresentar o estudo foi constituída pelo professor Pietro Moroni, o urbanista Roberto Cuneo, autor de planos diretores urbanos na Itália, e do doutor em economia Carlo Bertolchini. O trabalho foi considerado inicialmente pelo professor Moroni como uma tentativa de dar uma visão compreensiva dos problemas da Grande Vitória, comparando-os com os da cidade de Taranto, na Itália. Assim ele foi chamado em estudos de planejamento e em experiências concretas, abordando pontos críticos criados a partir da urbanização e industrialização, pretendendo, com isso, servir como "contribuição a mais, para demonstrar que se deve resolver estes problemas antes que eles aumentem".

O estudo é dividido em três partes: a primeira, abordando a área da Grande Vitória, considerando sua descrição geral, características e perspectivas, estrutura industrial, sistema de transportes, outras infra-estruturas e conexão com a área de Taranto. A segunda parte corresponde ao centro siderúrgico de Tubarão e compreende o projeto da usina, uma hipótese de desenvolvimento e o problema das áreas. A terceira parte refere-se às consequências provenientes pela usina.

Nela se destacaram as atividades industriais induzidas, o tráfego induzido, os efeitos ecológicos e o problema habitacional. Há ainda seis anexos, sob o título das indústrias com mais de 50 empregados, os projetos de indústrias novas ou em ampliação, no Estado e no Civit, as 100 maiores indústrias de transformação, um exemplo de núcleo residencial a serviço da indústria e a documentação fotográfica da Grande Vitória.

AS EXPLICAÇÕES

O urbanista Roberto Cuneo foi quem explicou resumidamente o estudo, considerando de início que "o tecido industrial pode suportar um crescimento de industrialização, a começar das indústrias de base, possuindo para as que estão voltadas ao consumo local e, em seguida, para exportação diversificada. "Mas não se pode esquecer que a estrutura metropolitana deve desenvolver também o setor terciário — comércio e serviços — e o quaternário — cultura e pesquisa".

Observou o urbanista que se deve levar em consideração também o problema energético, cujas repercussões se dão a nível mundial. "E o desenvolvimento de uma cidade não pode ser a siderurgia sozinha. Deve haver um desenvolvimento integrado, considerando-se a interdependência e correlação entre as diferentes partes do sistema, pois um setor pode triangular outros se houver prevalência de uma atividade sobre outra".

Outro aspecto mencionado por Cuneo foi a necessidade de uma siderúrgica moderna, com uma produção, seja ela de três milhões de toneladas, seja de 12 milhões. Considera-se também que o consumo em combustíveis de um barco, em termos relativos, corresponde a 1/20 do carro. Isso, no futuro, será muito importante e deverá ser levado em consideração".

AS SIMILARIDADES

A partir dessas constatações, o urbanista lembrou que a cidade de Taranto, na Itália, tem muitas similaridades com Vitória, inclusive uma ponte que é motivo de muitas congestionamentos no trânsito. Mas há também diferenças, daí a possibilidade de uma comparação nos mínimos detalhes, entre a situação da primeira — onde foi implantada uma siderúrgica, e a capital do Estado. Assim, isso foi feito apenas sob alguns aspectos.

Por exemplo, a área necessária para as atividades da siderúrgica: "Em Taranto, havia uma previsão para a produção de três milhões de toneladas, mas esse total teve que ser ampliado, em função das necessidades, para 10,5 milhões atualmente. Foi uma bagunça, pois se precisava de mais espaço, mas o único que se tinha era o reservado anteriormente. Isso fez com que se gansasse áreas ao mar, através de aterros".

De outro lado, foi constatado também em Taranto a distância da usina aos locais de trabalho e o custo de vida, que sobiu muito em função das atividades da siderúrgica. "Hoje um desenvolvimento muito grande. De 1951 a 1961, o crescimento do emprego industrial foi de 2 por cento ao ano (de 1961 a 1971), contudo, quando a usina já estava instalada, sobiu para 130 por cento. No mesmo período, os distritos ao redor de Taranto tiveram suas taxas de crescimento por volta de 15 por cento".

A experiência da cidade italiana com relação à poluição serve de base para considerar que os equipamentos sofisticados a serem implantados na retenção dos elementos poluentes influenciará a maior parte do problema. O estudo chega a considerar: "Do cálculo feito resultou que o nível de poluição manter-se-á muito baixo, sendo semelhante àquela criada pelas usinas siderúrgicas mais modernas, com as mesmas dimensões".

O urbanista Cuneo elogiou o plano de estruturação do espaço da Grande Vitória, que prevê a implantação de centros urbanos autônomos na região. No trabalho apresentado há previsão de que até 1990 um milhão de pessoas estejam habitando sua área e que através da polarização das atividades se poderia aliviar os problemas resultantes da ocupação da terra. Cuneo acha, inclusive, que os conjuntos habitacionais devem ser construídos longe da siderúrgica, inicialmente por razões econômicas — possibilitar espaço destinado à sua expansão — e em segundo por razões sociais — a melhoria da qualidade da vida da população. No seu entender, não devem existir planos de construção de conjuntos a

Figura 3

DOCUMENTO A EURICO PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR

Nesta oportunidade em que todas as lideranças políticas do município da Serra vem a presença de Vossa Excelência e são signatários deste documento, desejamos abordar assuntos de mais alta relevância para o atendimento ao espantoso crescimento que ora enfrentamos e principalmente para que a Comunidade Serrana, não fique marginalizada dos programas de planejamento na área Estadual e Federal, pois em função dos interesses que ora vemos do Governo Estadual e Federal, demonstrados através de pesados investimentos que realizam aqui da Serra, caso não integrem dentro destes investimentos uma ótima global de urbanismo em breves dias, o Município da Serra será totalmente ingovernável e calamitoso.

Juntando-se o isto, avolumam-se as vindas de flagelados de Colatina, Baixo Guandu, Linhares e periferia, vítimas das últimas enchentes. Não voltam mais para seus lugares de origem pois por lá tudo perderam e não desejam assumir novos riscos.

Vamos agora por setores de administração listar as maiores dificuldades:

a) Definição do Centro Industrial da Serra CIVIT - através da SUPPIN e S.E. Indust. Comércio.

Sabemos que grande parte da área não foi consolidada através do Depósito Judicial, para a imissão de posse, permanecendo grande interrogação se o programa continuará irreversível ou se será desativado ou alterado.

Esta definição poderá exercer grandes influências por que irá simultaneamente alterar programas de investimentos dos órgãos envolvidos, como o próprio BANDES e o aspecto da preservação ambiental da Grande Vitória em função da não utilização adequada do Centro Industrial, pois indústrias estão sendo instaladas indiscriminadamente dentro da Grande Vitória, em qualquer ponto e lugar, levantando suas chaminés e problemas de agrupamentos sociais distintos. Com isso, vai por terra tudo que se investiu e planejou. Grande Vitória segue o mesmo caminho de São Paulo e outros grandes centros de gigantismo e massificação com alto índice de poluição e má qualidade de vida.

O volume de trânsito e necessidade de transporte coletivo está tomando rumos insuportáveis no planalto de Carapina e nos sábados, domingos, feriados e períodos de férias e verão no sentido Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida. O serviço de ônibus é de apoio e jamais poderá atingir níveis econômicos satisfatórios. Para o Planalto de Carapina sugerimos trens de superfície e para os balneários um porto aquaviário em Jacaraípe. Por ser central aos balneários e gradativamente para instalação em Carapebus, Manguinhos e Nova Almeida. Em anexo enviamos Projeto do Porto do Iremá em Jacaraípe, já com a devida autorização do Ministério da Marinha que terá dupla utilização, aquaviário e ancoradouro de barcos para pescadores.

Nesta faixa litorânea daremos alcance aos pontos turísticos - N. Almeida, Igreja Reis Magos - Jacaraípe, Lagoa Jacumem, Lagoa do Carvão (competições de remo e vela) - Manguinhos (SURF) Carapebus, (Colônia Mineira).

SERVICO SOCIAL, AGUA, ESGOTO SAÚDE E ELETRIFICAÇÃO RURAL

e) Os problemas gerados nas invasões principalmente Sossego e Concheiras e Conjuntos Habitacionais estão exigindo maior atuação por parte do Estado e União no que diz respeito a criação de maiores investimentos individuais, pronto socorro, erradicação de fevelas hospitais, esgoto, luz, água, urbanismo, etc.

Quanto a eletrificação rural, nosso município comparece com fornecimento de leite da ordem de 1.300.000 lts anuais para abastecimento de Vitória, é o maior fornecedor de laranjas para o CEASA, abacaxi, banana e hortaliças e tem grande potencial de arroz nos seus vales úmidos. Até agora desconhecemos que desde a criação do Programa de Eletrificação Rural a colaboração de um poste sequer aqui na Serra. Já existe solicitação neste sentido na S.E.S. Especiais com projetos aprovados para trecho Nova Almeida e Putiti - Serra - Murilheira - Calogi - Relógio.

A administração municipal vem heróicamente, com seus próprios recursos tentando aliviar em todas as áreas, pressões advindas. Criou a CON-

Figura 4-a

qualidade de vida.

EDUCAÇÃO

b) Foi estabelecido um convênio entre a Prefeitura Municipal da Serra e Governo Estadual através da S.E. Educação, publicado D. Oficial dia 26/01/78. Encaminhamos expediente Senhor Secretário E. Educação explicando várias necessidades de reformularmos o convênio e pedindo maior participação do Estado tendo em vista o aumento da população escolar de ordem de 5.000 quando no exercício anterior estávamos com 8.000 e agora com 13 mil. Isto é fácil de entender a necessidade de mais colégios, carteiras, professoras, merenda escolar, material escolar, etc. Os alunos foram aceitos e no erário municipal foi sacrificado, em prejuízo dos investimentos e outros serviços, sendo que o Estado até agora não se posicionou. A situação está se agravando com escolas de 400 alunos funcionando em 3 ou 4 turnos pois só dispõe de 4 salas, mesmo assim de madeira, em prejuízo à qualidade do ensino.

PROGRAMA HABITACIONAL

c) Temos já habitados em curto período de 2 anos os seguintes conjuntos habitacionais: S. Diogo I-II, Chácara Parreiral, P.R. Laranjeiras, Eurico Salles, José de Anchieta, Carapina I, Maia da Serra (CIVIT), perfazendo um total de 5.000 unidades habitacionais com aumento populacional de ordem de 30 mil habitantes. Em véspera de ser habitado, Helio Ferraz com 650 unidades e em construção o Dr. Pedro Feu Rosa, 4.000 unidades, André Carloni, 3.700, em projetos 30 mil. Portanto, não é expectativa nem esperança. E mesmo.

O critério da distribuição desta casas, tanto pela COHAB como INOCOOP, até agora não tem sido de favorecimento as necessidades locais, nosso Parque Industrial, Comércio, Indústria, os que pagam aluguel e que trabalham no município numa população de 85% não conseguiram estas casas. Valem-se de loteamentos populares, aonde conseguem lotes a longo prazo e constroem barracos ou aventuram-se em invasões quando já temos uns 2.500 casos. É um verdadeiro paradoxo, que trabalha na Serra, em grande percentual mora distante e quem receber casa aqui também trabalha longe.

Os conjuntos estão sendo instalados longe uns dos outros, trazendo problemas independentes de toda ordem, água, escola, transporte, comunicação, segurança, saúde lixo, etc. Cada Bairro quer seu próprio sistema. Está havendo uma ocupação indevida no solo.

TRANSPORTE E TURISMO

d) Conforme explicações no item C a população a Serra já está com 80 mil habitantes e nos próximos 2 anos deverá estar com 200 mil, portanto maior do que a de Vitória, capital o Estado.

com seus próprios recursos tentando aliviar em todas as áreas pressões advindas. Criou a CONDESSERRA, Companhia Municipal, única do Estado, que vem trabalhando em projetos tendo como principal o Projeto Cura, BNH cujo financiamento atingirá 470.000 U.P.C.s, para suprir deficiências no Planalto de Carapina. Isto significa que a capacidade de empréstimo deste município ficará totalmente tomada.

Neste documento além do apoio e entrosamento necessário que estamos solicitando a Vossa Excelência através dos órgãos do Estado, principalmente S.E. do Planejamento, o qual propomos:

1 - A criação de um grupo de trabalho entre técnicos da Prefeitura da Serra através da CONDESSERRA e desta Secretaria.

2 - Reavaliação imediata do Convênio de Educação entre P.M.S e Estado pois o problema educacional está gravíssimo.

3 - Aplicação de recursos de ordem de 40 milhões para conjuntos S. Judas Tadeu, S. Domingos e Acessos de José de Anchieta, todos da COHAB, compreendendo 1.200 casas. Recursos estes já existentes através de Convênio feito pelo Estado e COHAB com BNH a Fundo Perdido.

4 - Atuação mais dinâmica da CESAN para atendimentos a locais de baixa renda, inclusive a P.M.S. propõe-se a um convênio de colaboração, com material humano e equipamentos para diminuir custos.

Portanto, Senhor Governador, o Município da Serra, berço de grandes Projetos Federais e Polo de maior desenvolvimento do Estado, até agora, ainda com um trabalho gradual, estratégico e consciente das autoridades maiores, poderá oferecer melhores condições de vida para os seus próximos 200.000 habitantes, caso isto não venha a ocorrer, transformar-se-á também no maior Polo de problema e descontentamento popular.

Confiamos na pronta ação de Vossa Excelência e deixamos aqui, calorosas sinceras.

Saudações Serranas

JOSE MARIA MIGUEL FEU ROSA
Prefeito Municipal

ANTONIO JOSE MIGUEL FEU ROSA
Deputado Federal
ALDARY NUNES
Deputado Estadual
ASSIS MIRANDA
Vice Prefeito

DORIAN BENEDITO DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara Municipal
DARCY RODRIGUES BULHÕES
Líder

SERGIO A. PEIXOTO COSTA
Vereador

LUIZ GONZAGA PIMENTEL
Vereador

ANTONIO EDMILSON FIRME
Vereador

JOSÉ LUIZ TELXEIRA CORREIA
Vereador

GALBO BENEDITO DO NASCIMENTO
Vereador

ARINO GONÇALVES
Vereador

JOSIAS MARQUES DE AZEVEDO
Vereador

Figura 4-b

Márcia Castilho Correia
Especialização 2000

Brasil

Densidade demográfica

1996

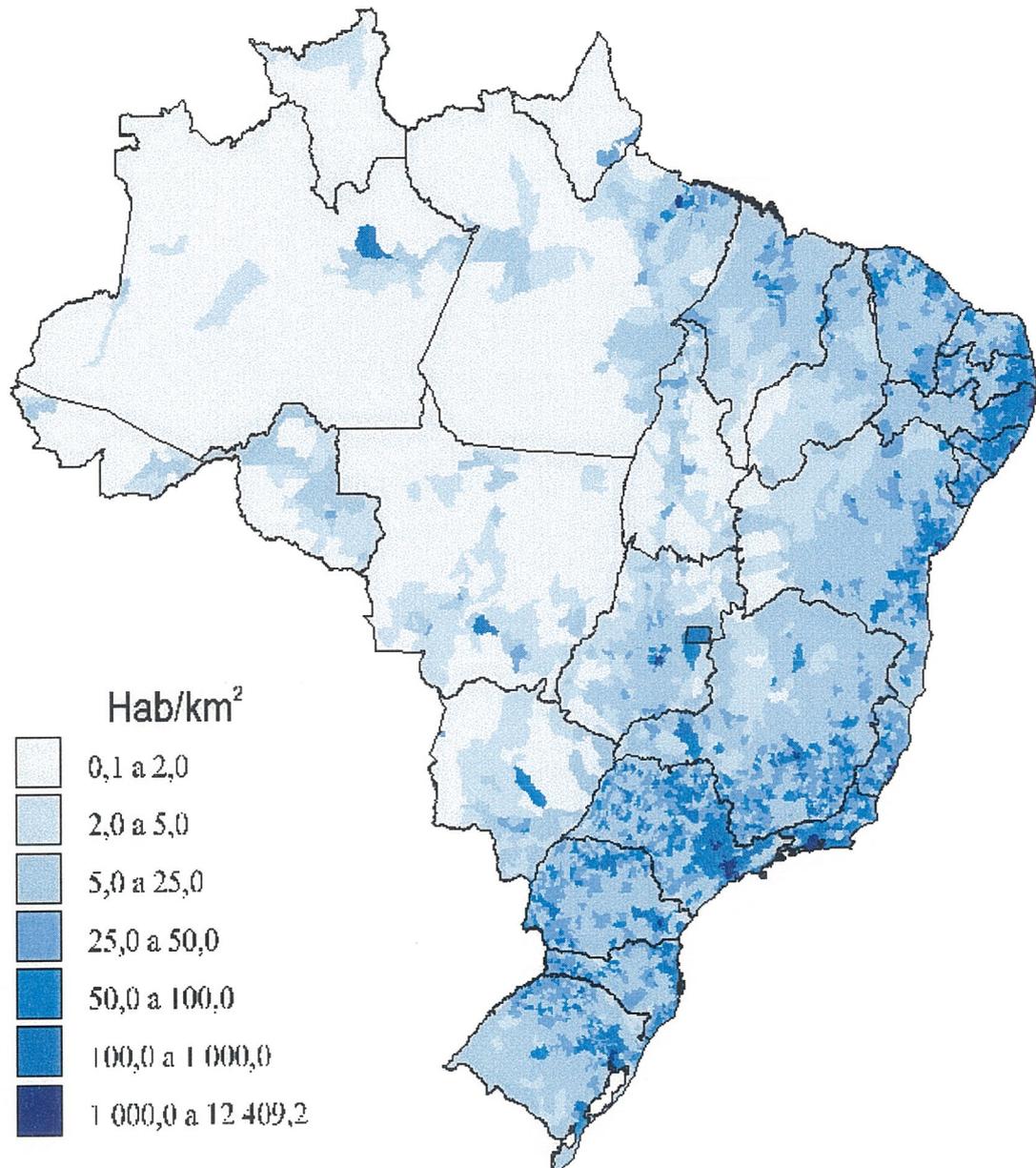
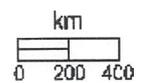


Figura 5

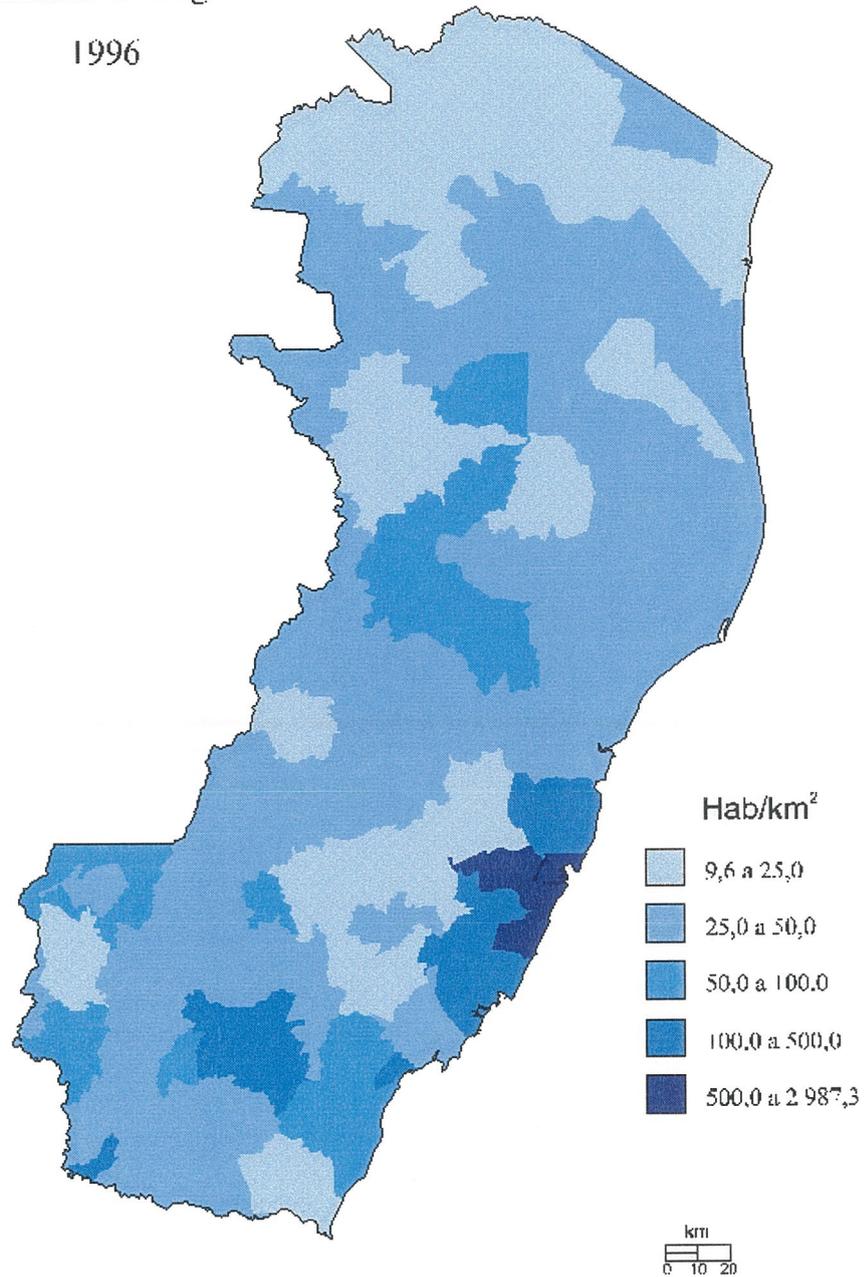
Fonte: IBGE Contagem da População 1996



Espirito Santo

Densidade demográfica

1996



Fonte: IBGE Contagem da População 1996.

Figura 6

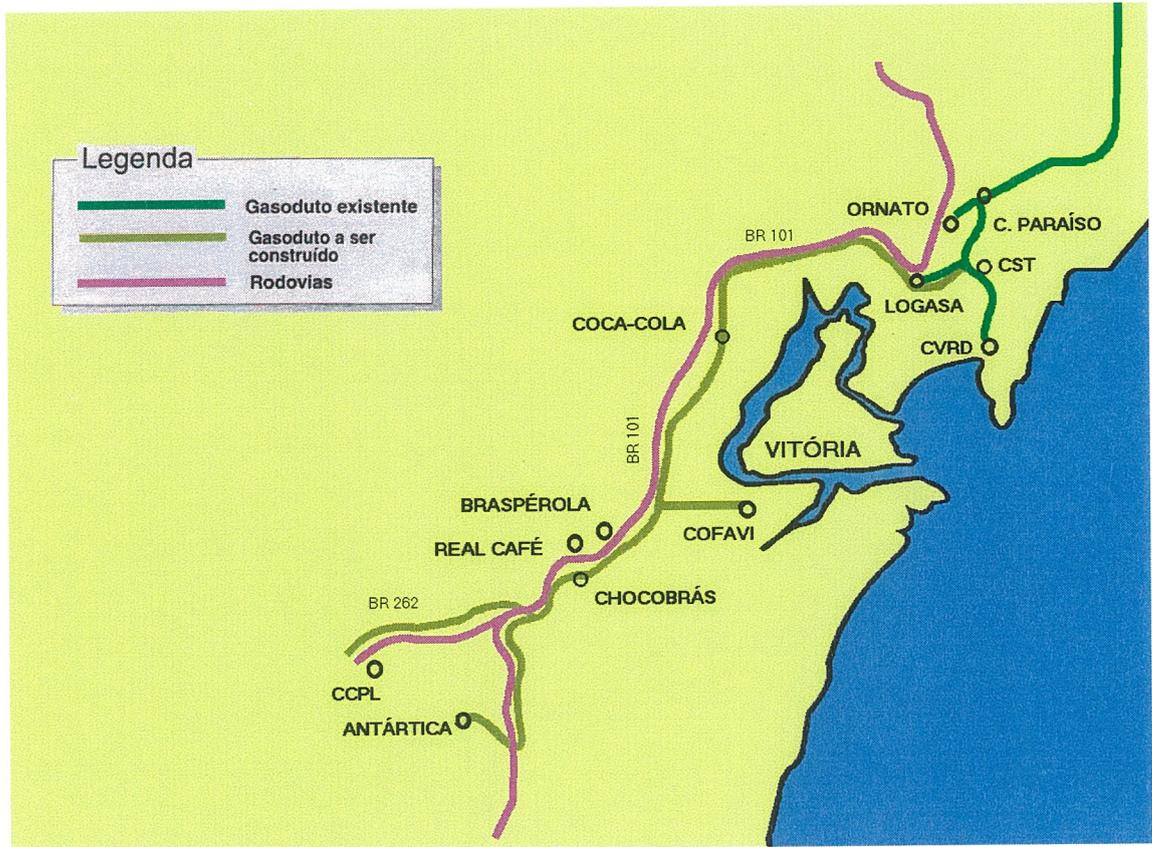


Figura 7

Ampliação do Gasoduto Lagoa Parda – Vitória

Fonte: SEBRAE/ES

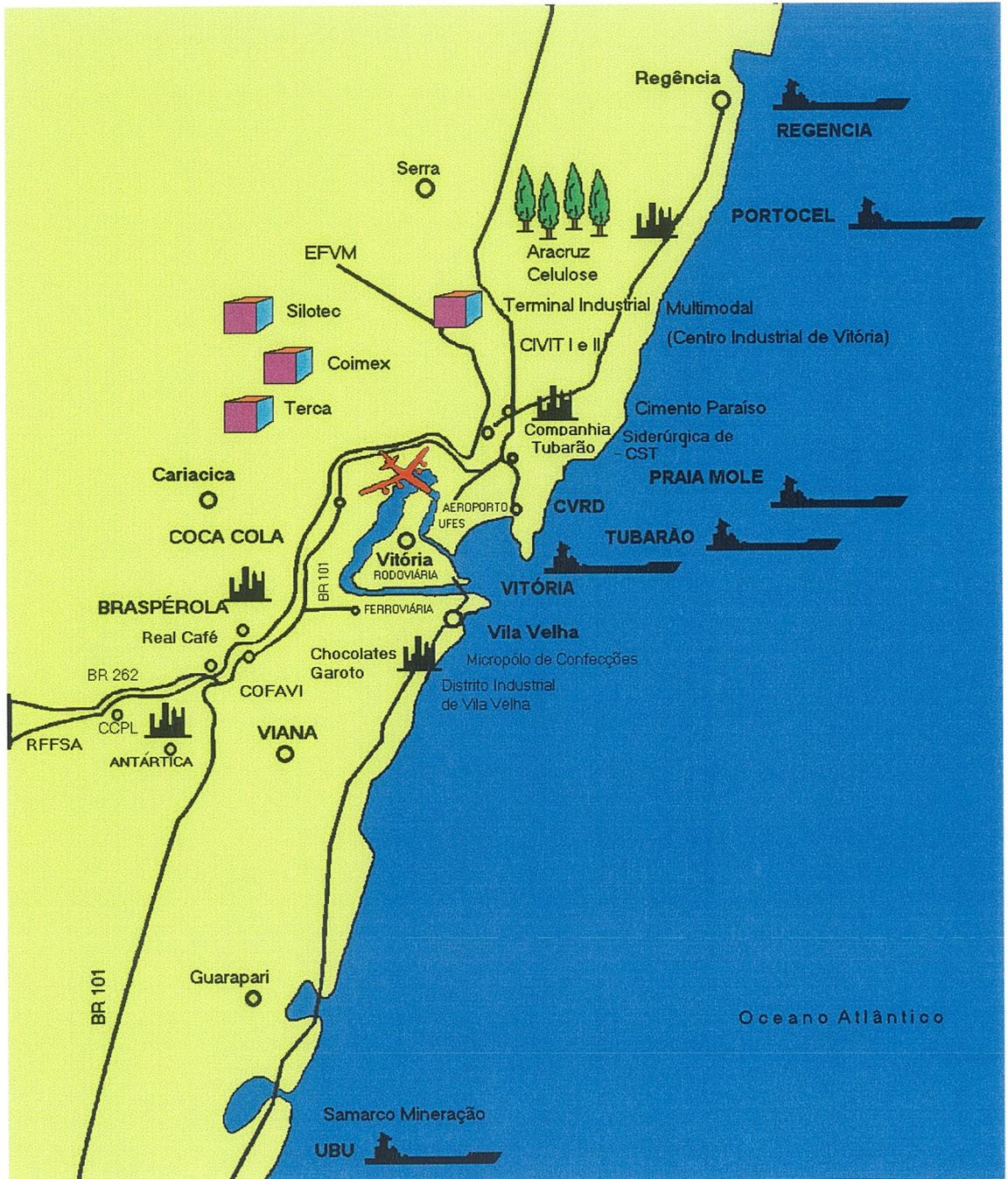


Figura 8

Sistema Portuário e Principais Indústrias

Fonte: SEBRAE/ES

Fotografias

Assinatura do contrato de exportação de minério de ferro entre a CVRD e a Companhia Belgo Mineira (Samitri), na presença do presidente João Goulart e do ministro das Minas e Energia Eliezer Baptista. Rio de Janeiro, outubro de 1962.



Cais de Atalaia e Paul no porto de Vitória, no final da década de 1950.



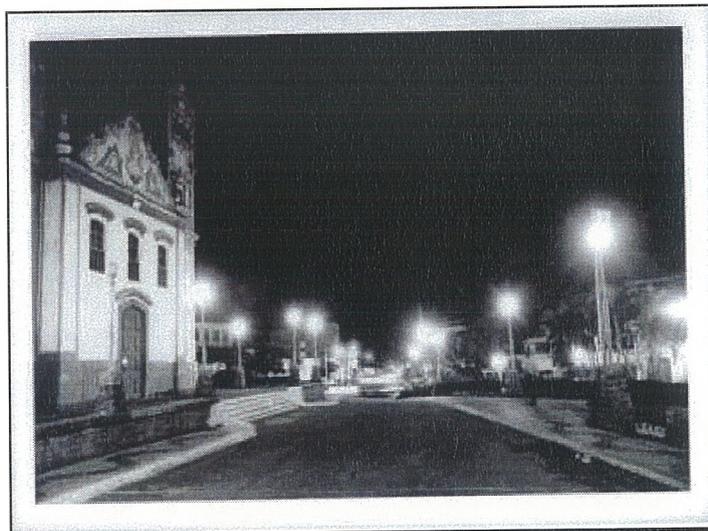
Concluídas as obras do cais de minério do Atalaia, no porto de Vitória, no Espírito Santo 1950



Patrimônio Histórico



Igreja Nossa Senhora da Conceição – Serra



Igreja Nossa Senhora da Conceição – Centro – Sede do Município da Serra. A igreja, assim como seu entorno, são tombados pelo IPHAN. Sua construção data de 1769.



Igreja dos Reis Magos – Nova Almeida – Serra

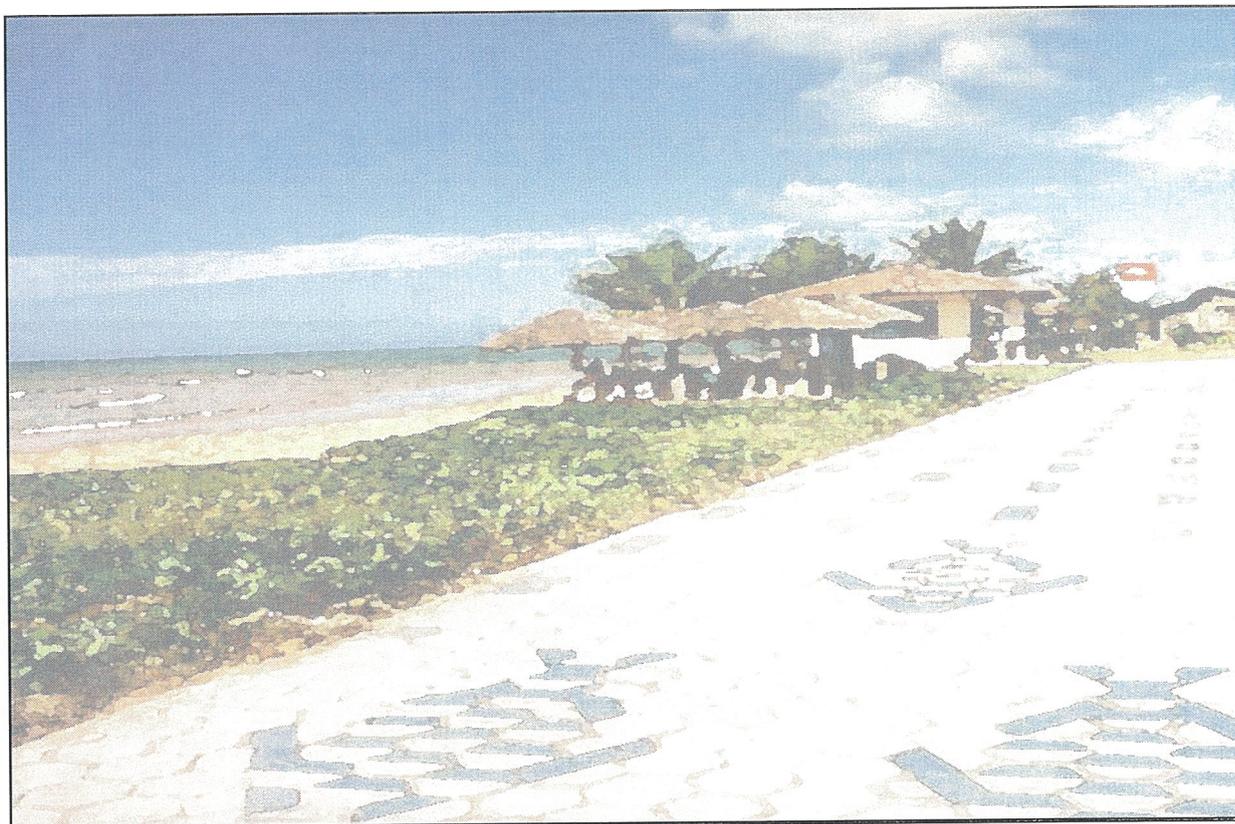
Construída pelos primeiros jesuítas foi iniciada em 1558, logo há mais de 400 anos. A edificação é tombada pelo IPHAN. É quase tão antiga quanto o Convento de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha (ES).



Praia de Nova Almeida – Serra
Podemos ver que a vegetação, de restinga, avança sobre o mar.



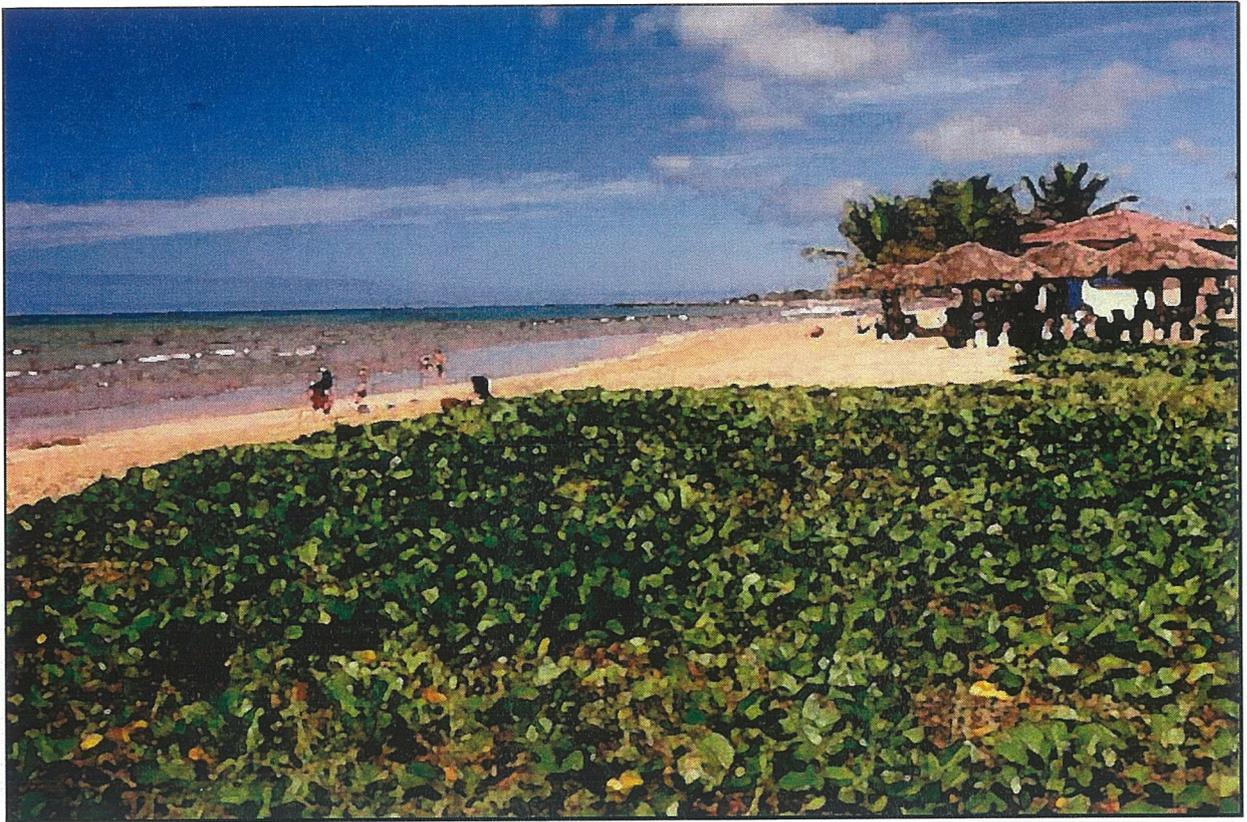
Praia de Jacaraípe - Serra- ES



Calçadão da Praia de Jacaraípe – Serra
Peixes compõem a decoração da pavimentação do calçadão. Os quiosques, padronizados.



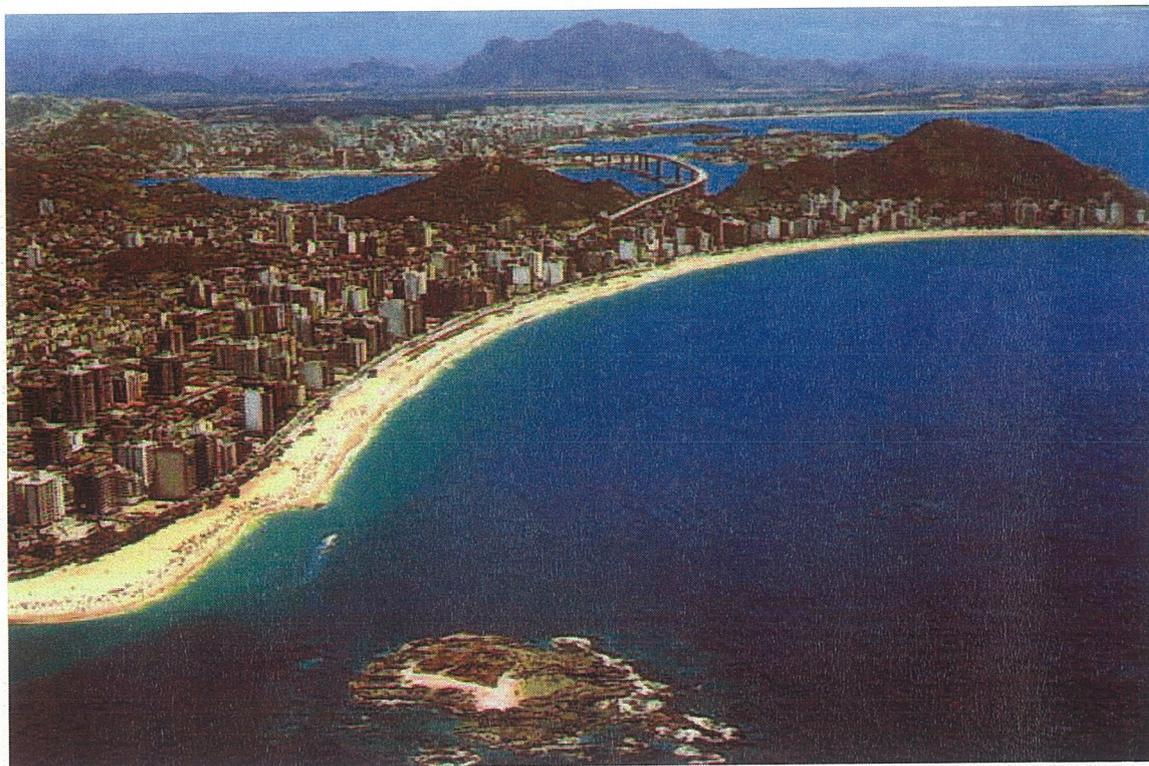
Vista Aérea da Praia de Manguinhos, tendo em primeiro plano o local chamado pela população de “Chaleirinha”, pois a grande quantidade de pedras mantém a água aquecida. Ao longe , após o vazio urbano, podemos com algum esforço, divisar as chaminés da Companhia Siderúrgica de Tubarão e CVRD. As elevações são em Vila velha. O padrão de urbanização de composto por edificações baixas , no máximo dois pavimentos, de alto padrão, em sua maioria. O gabarito e a baixa taxa de ocupação foram mantidos pelo Plano Diretor Urbano para a região. As ruas não são calçadas e a Associação dos Moradores e Amigos de Manguinhos (AMAM) deseja que permaneça assim. A orla é protegida por ser área de desova de tartarugas marinhas e apresentar vegetação de restinga. Não é permitida a iluminação pública alta na orla para que não venha a desorientar as tartarugas. O projeto de urbanização propõe iluminação baixa, menos de 50 cm.



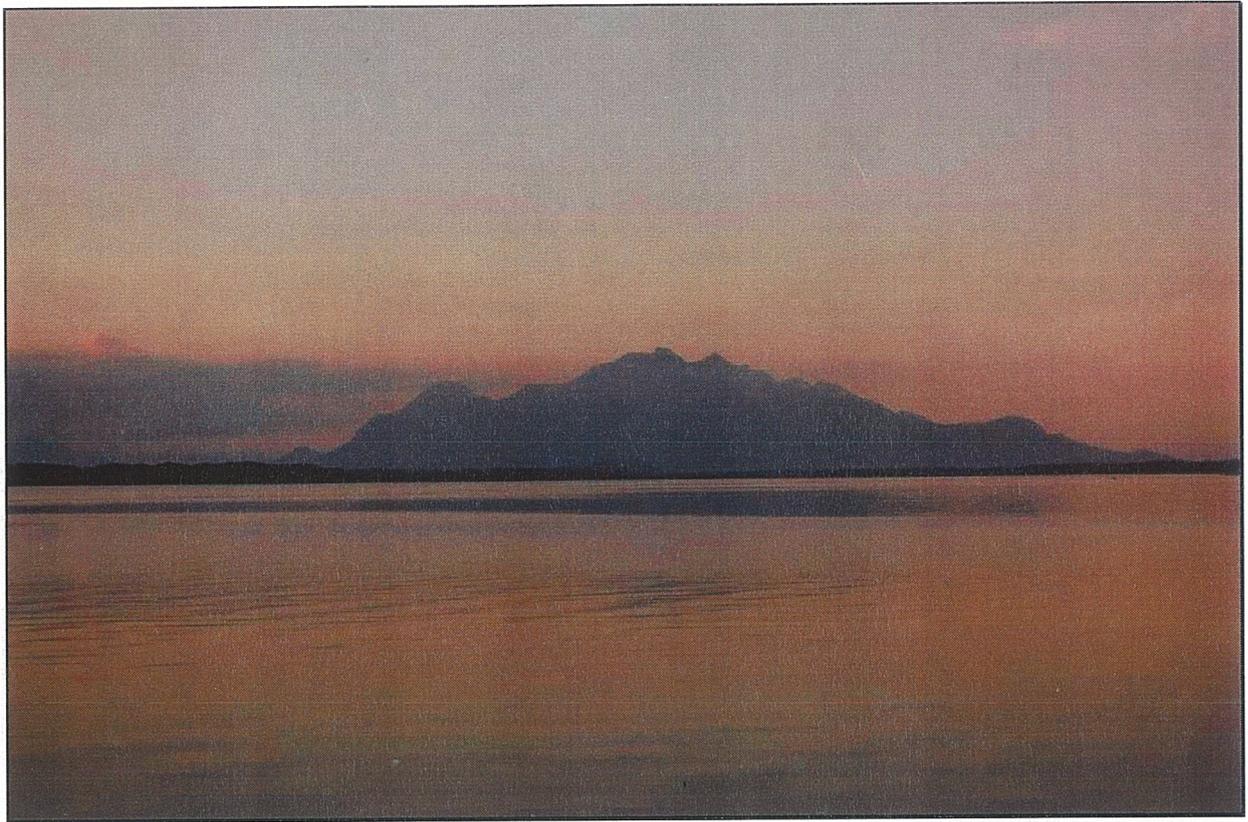
Quiosque padrão – Praia de Manguinhos - Serra



Lagoa Maringá – Manguinhos - Serra



Nesta fotografia podemos ver em primeiro plano o município de Vila Velha, mais especificamente as praias de Itapuã, à esquerda, e Praia da Costa à direita. Podemos observar a existência de edifícios mais altos junto ao mar, formando um paredão. À direita, mais atrás, temos o Morro do Moreno, Área de Preservação Permanente. Mais ao centro o Morro do Convento de Nossa Senhora da Penha e entre este e o Morro do Moreno a chamada “Terceira Ponte”, que liga Vila Velha à capital, Vitória, por cima da Baía de Vitória. Lembramos que Vila Velha situa-se no continente e que Vitória é uma ilha, na Baía de Vitória. Atrás de Vitória podemos ver o município de Serra, já no continente, cujo ponto mais alto é o Morro Mestre Álvaro, bem centralizado nesta fotografia. Com aproximadamente 850 metros de altitude pode ser visualizado do mar à distância, sendo utilizado até hoje como referência na navegação.

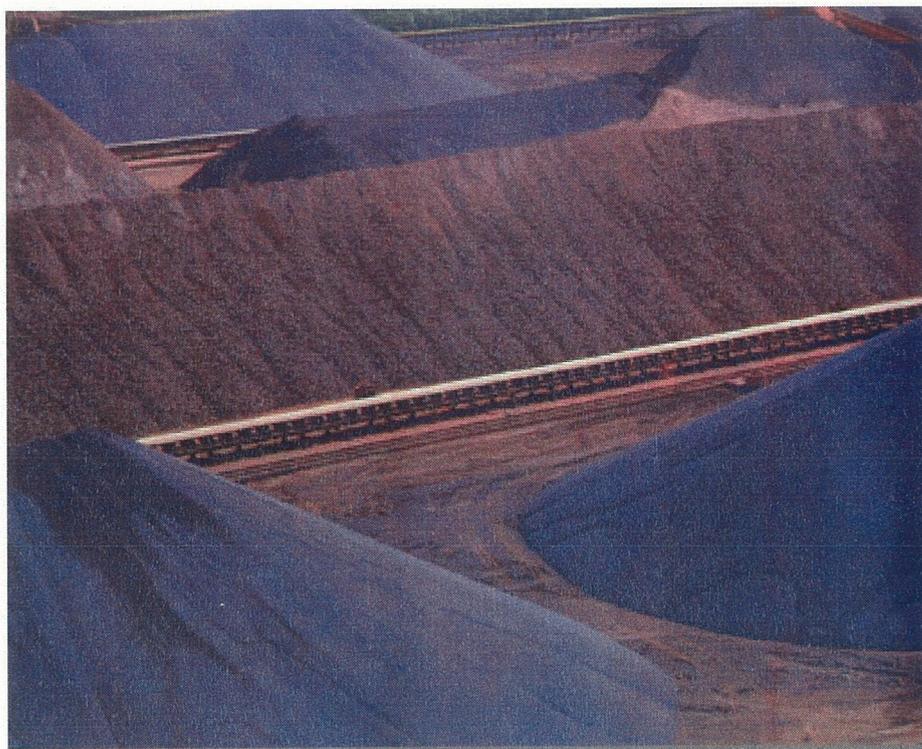


Morro Mestre Álvaro, Área de Preservação Permanente, no município da Serra. Vista do mar.

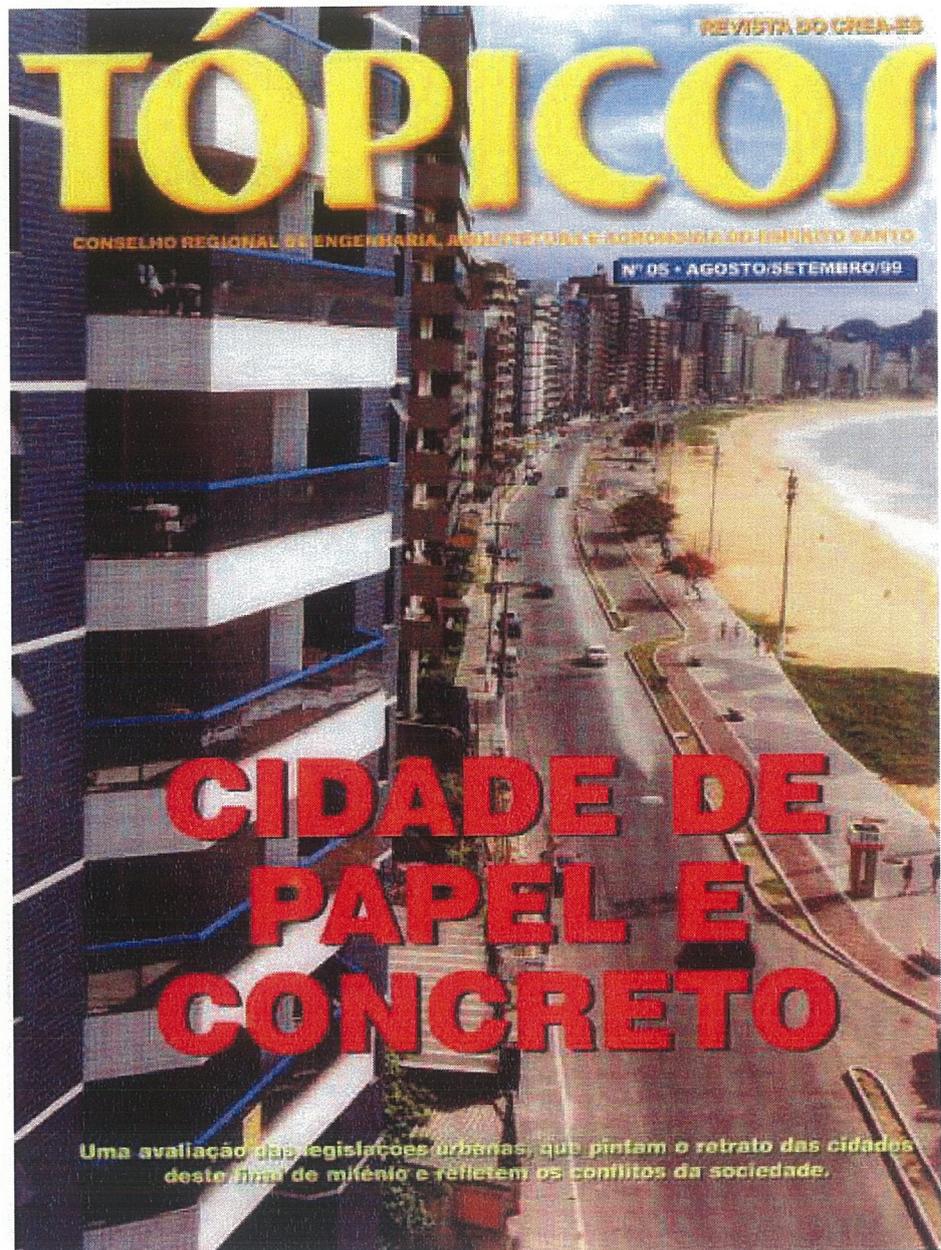
Trata-se de um maciço gnásico, com 850 metros de altitude, coberto parcialmente por Mata Atlântica, apresenta farta fauna e flora e sambaquis. Navios podem se orientar por ele, quer desejem dirigir-se a Vitória ou a Regência. Tanto visualmente quanto por radar pois é visível a uma distância de aproximadamente 40 milhas.



Vista Aérea da Terceira Ponte, que liga Vitória a Vila Velha, mostrando uma área ganha do mar por aterro, o Shopping Vitória e as ilhas do Frade (menor) e do Boi. Ao fundo distingue-se o Porto de Tubarão e a CVRD.



Minério de Ferro estocado nos pátios internos da CVRD.



Praia da Costa, Vila velha, ES



Processo de verticalização – Praia da Costa



Processo de verticalização – Praia da Costa

Tabelas

Área e População dos Municípios Componentes da Região Metropolitana da Grande Vitória

Município	Área (km ²)	%	População Residente Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Residentes Área Urbana	%	Residentes Área Rural	%
Vitória	89	6,19%	291.889	21,77%	137.598	21,24%	154.291	22,41%	291.889	22,14%	0	0,00%
Serra	551	38,34%	322.518	24,06%	159.188	24,57%	163.330	23,72%	320.965	24,34%	1.553	8,61%
Viana	294	20,46%	53.372	3,98%	26.759	4,13%	26.613	3,86%	49.512	3,76%	3.860	21,39%
Cariacica	285	19,83%	323.807	24,16%	159.083	24,55%	164.724	23,92%	312.542	23,70%	11.265	62,42%
Vila Velha	218	15,17%	348.935	26,03%	165.314	25,51%	179.621	26,09%	343.567	26,06%	1.368	7,58%
Totais	1.437	100,00%	1.340.521	100,00%	647.942	100,00%	688.579	100,00%	1.318.475	100,00%	18.046	100,00%

Fonte: IBGE - Dados Preliminares 2000

População	
Vila Velha	348.935
Cariacica	323.807
Serra	322.518
Vitória	291.889
Viana	53.372

Densidade Populacional (Pessoas/km ²)	
Vila Velha	2,11
Cariacica	2,04
Serra	2,03
Vitória	2,12
Viana	1,99

Crescimento Populacional dos Municípios Componentes da Região Metropolitana da Grande Vitória

Município	População Residente									
	Censo 1940	Censo 1950	Censo 1960	Censo 1970	Censo 1980	Censo 1991	Contagem 1996	Censo 2000		
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019	207.747	258.777	265.874	291.889		
Serra	6.415	9.245	9.192	17.286	82.581	222.158	270.373	322.518		
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529	23.440	43.866	47.494	53.372		
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422	189.089	274.532	301.183	323.807		
Vila Velha	17.054	23.127	55.589	123.742	203.406	265.586	297.430	348.935		
Totais	91.570	110.931	194.311	385.998	706.263	1.064.919	1.182.354	1.340.521		

Fonte: IBGE

Município	Variação População Residente (%)									
	40-50	50-60	60-70	70-80	80-91	91-96	91-00	40-00		
Vitória	12,63%	63,68%	59,59%	56,18%	24,56%	2,74%	12,80%	545,60%		
Serra	44,12%	-0,57%	88,05%	377,73%	169,02%	21,70%	45,18%	4927,56%		
Viana	-23,04%	11,45%	60,23%	122,62%	87,14%	8,27%	21,67%	596,67%		
Cariacica	42,77%	82,18%	156,06%	86,44%	45,19%	9,71%	17,95%	2026,39%		
Vila Velha	35,61%	140,36%	122,60%	64,38%	30,57%	11,99%	31,38%	1946,06%		
Totais	21,14%	75,16%	98,65%	82,97%	50,78%	11,03%	25,88%	1363,93%		

Participação Percentual da População por Município e Classe de Renda da Região Metropolitana da Grande Vitória, 1991

Município	Faixa de Renda										S/ Declaração
	Até 1/2 SM	1/2 a 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	Acima 10 SM	S/ Vencimento			
Vitória	17,33%	17,39%	18,20%	20,30%	23,14%	34,47%	57,36%	20,22%			42,23%
Serra	19,95%	24,06%	24,02%	22,18%	20,82%	15,94%	7,21%	27,18%			19,34%
Viana	5,29%	5,45%	5,55%	4,46%	2,97%	1,29%	46,00%	6,30%			7,27%
Cariacica	37,42%	32,83%	30,11%	27,23%	23,09%	14,70%	63,40%	29,24%			13,84%
Vila Velha	20,01%	20,27%	22,12%	25,83%	29,98%	33,60%	28,63%	17,06%			17,32%
Totais	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	202,60%	100,00%			100,00%

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 91.

População Residente Município Serra					
Data	Domicílios	%	Lotes Vagos	%	Total
1976	12.000	18,75%	52.000	81,25%	64.000
1979	20.000	20,62%	77.000	79,38%	97.000
1990	63.000	36,42%	110.000	63,58%	173.000

Fonte: PMS

Média de pessoas por família: 4,4

Distribuição Áreas Rurais Trabalhadas Serra ES -1994	
Tipo	Área em ha
Pecuária	15.000
Reflorestamento	3.500
Borracha Seringueira	600
Café	300
Milho	200
Feijão	180
Mandioca	150
Cana	150
Banana	90
Arroz	70
Abacaxi	65
Macadâmia	50
Coco	30
Outros	125
Total Área Rural Trabalhada	20.510
Área Total do Município	54.700
Percentual Área Rural Trabalhada	37,50%

Fonte: PMS

Migração
Origem das Pessoas não residentes no município em 01/09/91 - 4 anos ou mais de idade

Município	AM	BA	CE	DF	ES	Exterior	GO	MA	MG	Pará	PR	PE	RJ	RO	RS	SP	Outros	Total
Vitória	111	2.704	121	397	10.573	456	0	133	3.548	246	153	100	3.125	270	235	1.407	819	24.398
Serra	25	6.314	185	250	22.530	133	158	138	7.477	364	147	192	2.240	541	111	1.495	887	43.029
Viana	6	433	25	31	4.275	5	11	3	659	20	20	14	300	119	3	167	127	6.207
Cariacica	20	3.170	442	49	18.827	55	57	47	4.302	172	59	80	1.542	501	51	864	511	30.692
Vila Velha	149	4.211	220	878	17.117	321	239	194	5.251	469	209	174	4.827	378	206	1.569	1.321	37.494
Totais	311	16.832	993	1.605	73.322	970	465	515	21.237	1.271	588	560	12.034	1.809	606	5.502	3.665	141.820
São Mateus	16	1.632	69	49	5.111	38	0	9	1.118	110	30	31	573	122	11	339	186	9.444

Fonte: IBGE Dados Preliminares 2000
Migração mais expressiva

Município	Residentes	Migrantes 91-00	%
Linhares	112.608	5.359	4,76%
São Mateus	90.342	9.444	10,45%

A inclusão do município de São Mateus na tabela principal é em função de nos permitir comparar com os dados da RMGV. Está na área de influência das atividades da Petrobrás no norte do Estado.

LOTEAMENTO/OCUPAÇÃO	ÁREA	DISTRITO	PROPRIETÁRIO	APROVAÇÃO	CARTÓRIO	SITUAÇÃO LEGAL	OBSERVAÇÃO
Legenda: Problemas Ambientais							
Década 40 e Anteriores							
Pitanga	?	Carapina	Ignorado			Área sem titulação	
São João - Morro	?	Nova Almeida	Ignorado / Parte PMS			Área sem titulação	
Serra Sede	?	Serra	Ignorado			Área sem titulação	
Década 50							
Atapóá - Balneário	285.755,00	Carapina	Ceciliano Abel de Almeida	nº 086 (09/05/1963)	1º Zona da Vara de Vitória	Restrição Ambiental	
Parque Santa Fé	?	Nova Almeida	Luciano Marques do Rosário	nº 088 (11/09/1963)	1º Zona da Vara de Vitória		
Parque Reis Magos	24.697,73	Nova Almeida	Raimundo de Oliveira Penna	nº 078 (03/04/1964)	1º Zona da Vara de Vitória		
Antônio Dias Varajão	?	Carapina	?	Lei nº 82 (14/01/1965)		2 quadras anexas Balneário Atapóá	
Benetti-Barro	?	Nova Almeida	Luiz Gonçalves Benetti	nº 119 (13/10/1965) Revogado 63		Ver 1ª Zona de Vitória	
Jardim Atlântico	?	Nova Almeida	Emp. Jacarape Imóveis Gerais Ltda.	nº 111 (19/04/1965)		Falta registro	Ver 1ª Zona de Vitória
Jardim Tropical (Antônio A. Teixeira ou C. Céu)	?	Carapina	Antônio Arthur Teixeira	nº 109 (24/03/1965)	1º Zona da Vara de Vitória		
Parque das Galvoas I, II e suplementar	373.330,00	Nova Almeida	Luciano Marques do Rosário	nº 117 (1955) nº 279 (1967)- suplement.	1º Zona da Vara de Vitória	Restrição Ambiental	Lei nº 982/66 - Denominação
Potfugara - Bairro	?	Nova Almeida	Maria Trevezani Fiorini/Riviana Ind. Com. S.A.	nº 115 (02/06/1965)	1º Zona da Vara da Serra		
Potfugara - Loteamento (Marbella- Gleba A)	?	Nova Almeida	SENA S.A	nº 115 (02/06/1965)	?		
São Francisco - Loteamento	1.332.741,00	Nova Almeida	Imobiliária São Francisco Ltda.	nº 112(27/04/1965)	1º Zona da Vara de Vitória	Rest. Ambiental e invasão	Lei nº 1476 (12/12/90) - Denomina-
Jardim Limeiro - Loteamento	?	Carapina	Padre João França Mello	nº 123(24/04/1966)	1º Zona da Vara de Vitória	Invasão de Áreas de Pres	Invasão: Área Imerinha
Vila Nova de Colares I - Bairro	1.235.000,00	Carapina	Magdalena Silva Dias Colares	nº 124 (12/05/1966)	2º Zona da Vara de Vitória	Restrição Ambiental	Lei nº 1472 (01/11/1990). Denominação
Carapebus - Bairro	614.601,00	Nova Almeida	Empresa Atlântida de Imóveis Ltda	nº 133 (20/08/1967)	1º Zona da Vara de Vitória		
Parque Jacarape	1.261.440,00	Carapina	Sociedade Comercial e Imob. São Sebastião Ltda	nº 136 (19/05/1968)	2º Zona da Vara de Vitória		
Nova Horizonte (São Sebastião)	?	Carapina	Imob. Espírito Santo	nº 153 (09/10/1969)	1º Zona da Vara de Vitória		Lei nº - 400/84 - Denominação
Nossa Sra. de Fátima - Loteam.	470.200,00	Carapina	Imob. Espírito Santo	Nº (09/10/69)	1º Zona da Vara de Vitória		
São Judas Tadeu	238.348,50	Carapina	Manoel Francisco Gonçalves e s/m	nº 143 (31/03/1959)	1º Zona da Vara da Serra		em Carapebus
Década 60							
Carapebus - Balneário de	5.355,00	Carapina	José Olimpio Gomes	Nº 157 de 31/03/60	1º Zona da Vara de Vitória		
Estância Monazítica	?	Nova Almeida	Abdo Saadi	nº 173 (27/11/1962)	1º Zona de Vitória		
Alessandra - Bairro	173.814,60	Carapina	Jarbas Batista de Almeida	nº 210 (09/09/1963)	?		Ver 2ª Zona de Vitória
Alterosas I - Bairro das	189.000,00	Carapina	José F. da Conceição e Outros	nº 218 (31/12/1963)	2ª Zona da Vara da Serra		
Alterosas II - Bairro das	?	Carapina	José F. da Conceição e Outros	nº 217 (31/12/1963)		Illegal. Restrição Ambiental	
Pratamar - Bairro	1.264.791,00	Nova Almeida	José R. V. Peret, e Claudemiro P. Fernandes	nº 188 (30/01/1963)	?		Ver 1ª Zona de Vitória
Bicanga - Loteamento	1.508.283,00	Carapina	Dr. Mário Martins	nº 224 (14/04/1964)			Ver 2ª Zona de Vitória
Lagoa Carapebus	34.719,30	Carapina	José Olympio Gomes	nº 227 (09/10/1964)	2ª Zona da Vara da Vitória	Restrição Ambiental	contorno do loteamento
Planalto (Loteamento "Bairro Planalto")	50.000,00	Nova Almeida	Jorge Daher Carneiro e Fernando Filzu	nº 245 (29/11/1965)	1º Zona da Vara da Serra		
Areia Branca- Balneário	?	Carapina	Romildo Leão Castello	nº 242 (30/08/1965)	1º Zona de Vitória		
Castelândia	?	Serra	Robison Leão Castello	nº 255 (30/12/1966)	3ª Zona da Vara de Vitória		Helvécio Duia Caestello
Santa Rosa de Lima - Balneário (Bicanga)	64.104,00	Carapina	Olga de Araújo Santos	nº 253 (04/11/1966)	2ª Zona da Vara de Vitória		
Boa Vista (Atonso Sinfônio Nascimento)	97.631,40	Nova Almeida	Atonso Sinfônio do Nascimento	nº 276 (21/03/1967)	2ª Zona da Vara de Vitória		Ver 2ª Zona de Vitória
Brasil - Bairro	?	Carapina	Walter Brites e Fábio de Araújo Motta	nº 278(02/08/1967)			
Parque Jardim	?	Nova Almeida	Luciano Marques do Rosário	nº 279 (21/06/1967)	2ª Zona da Vara de Vitória		
Década 70							
Jardim Atlântico-Acrécimo	?	Nova Almeida	Empresa Jacarape de Imóveis Gerais Ltda.	(27/01/1971)	1º Zona da Vara de Vitória		
Laranjeiras - Acrécimo Bairro das	1.520.240,00	Nova Almeida	Walfredo Wilson das Neves	nº 324 (27/01/1971)	1ª Zona da Vara da Serra	Question: Propriedade	Restrição Ambiental.
Estiados Unidos - Loteamento	584.196,35	Carapina	Im. Lot. Eryx Guimarães Ltda./Im. Mar e Sol Ltda	nº 325 (31/12/1972)	1ª Zona de Vitória		Invasão de Área de Preservação
Chácara Parreiral	99.859,00	Carapina	Fundação Vale do Rio Doce	nº 402 (23/11/1973)		?	Ver 2ª Zona de Vitória
São Diogo A e B	59.784,00	Carapina	Fund. Vale do Rio Doce	nº 393 (1973)	1ª Zona da Vara da Serra		
Bairro Branco	44.350,00	Carapina	Angelo da Cunha Barroso	nº 430 (11/06/1974)		?	Ver 2ª Zona de Vitória

LOTEAMENTO/OCUPAÇÃO	ÁREA	DISTRITO	PROPRIETÁRIO	APROVAÇÃO	CARTÓRIO	SITUAÇÃO LEGAL	OBSERVAÇÃO
Jardim Bela Vista (Campo Grande)	318.205,00	Serra	Valorização Emp. Imob. Ltda.	nº 554 (18/09/1975)	1º Zona da Vara da Serra		
Jardim da Serra	76.944,58	Serra	Valorização Emp. Imob. Ltda.	nº 518 (18/04/1975)	1º Zona da Vara da Serra		
Mangueirinhas - Loteamento de	211.863,58	Carapina	Mário de S. Martins	nº 559 (10/11/1975)	1º Zona da Vara de Vitória		
Ourimar - Loteamento	110.000,00	Carapina	Ramiro E. Imob. Ltda.	nº 534 (11/08/1975)	1º Zona da Vara da Serra		
Pomar de Mangueirinhas - Loteamento	79.487,50	Carapina	Neison A. de Almeida	nº 565 (03/11/1975)	1º Zona da Vara da Serra	Restrição Ambiental	
Sabrina (I)	7.971,00	Carapina	Horodoto Santos	nº 567 (18/12/1975)	1º Zona da Vara da Serra		
São Benedito	63.885,25	Serra	Imob. Serrana Ltda.	nº 532 (08/08/1975)	1º Zona da Vara da Serra		
Costa Dourada	702.172,17	Nova Almeida	Fator Emp. Imob. Ltda.	nº 614 (18/09/1976)	1º Zona da Vara da Serra		
Indúcia Bittercourt Nascimento	9.426,73	Nova Almeida	Infância Bittercourt Nascimento	nº 625 (28/12/1976)	Ver 2ª Zona de Vitória		Ver 2ª Zona de Vitória
Jardim Guanabara	100.000,00	Serra	Imoplac Imob. Ltda.	nº 617 (21/10/1976)	1º Zona da Vara da Serra		
Jardim Primavera	85.310,00	Serra	Robinson Leão Castello	nº 618 (10/11/1976)	?		
Lagooa Jacaraipe	746.270,50	Nova Almeida	José Olympio Gomes	nº 622 (19/11/1976)	1º Zona da Vara da Serra		
Laranjeiras - Parque Residencial	1.000.000,00	Carapina	CoopHabCap	nº 583 (07/03/1976)	1º Zona da Vara da Serra	Restrição Ambiental	Ver 2ª Zona de Vitória
Miramar - Loteamento	130.292,10	Carapina	José Quilino dos Santos	nº 608 (17/09/1976)	1º Zona da Vara da Serra	Invasão de Área de Preserv. no entorno	Q.59, 65 e próximos turfa e mangue
Residencial Jacaraipe - Parque	94.522,13	Nova Almeida	Valorização Emp. Imob. Ltda.	nº 651 (11/09/1976)	1º Zona da Vara da Serra		
Carapina I	115.700,00	Carapina	COHAB - ES	nº 663 (26/05/1977)	1º Zona da Vara da Serra	Restrição Ambiental	Grande Bairro de Fátima
Enseada de Jacaraipe	522.611,00	Nova Almeida	Valorização Emp. Imob. Ltda.	nº 716 (28/09/1977)	1º Zona da Vara da Serra	Restrição Ambiental	
Eurico Salles - Conj. Habitacional	130.292,10	Carapina	COHAB - ES	nº 698 (10/08/1977)	1º Zona da Vara da Serra		
José de Anchieta - 1º Etapa	387.920,74	Carapina	COHAB - ES	nº 664 (26/05/1977)	1º Zona da Vara da Serra (80)		
Mata da Serra (Fazenda Cacú)	584.160,00	Serra	COOPHABCAP - ES	nº 643 (09/01/1977)	1º Zona da Vara da Serra	Restrição Ambiental	Invasão de Área de Preservação
Mestre Alvaro - Loteamento	67.064,37	Carapina	Sebastião Andréia Vecchi	nº 724 (08/10/1977)	1º Zona da Vara da Serra	Invasão de Área de Preservação	
Paraiso de Mangueirinhas	30.600,00	Carapina	Const. Martins S.A.	nº 665 (26/05/1977)	1º Zona da Vara da Serra		
Parque Baía Rio	89.759,60	Nova Almeida	Herdeiros de Luciano Marques do Rosário	nº 650 (28/01/1977)	1º Zona da Vara da Serra		
Parque das Orquídeas - Loteamento	29.000,00	Nova Almeida	Orly Bins	nº 648 (20/01/1977)	?	Illegal(Registro e Reat. Amb)	Ver 2ª Zona Vitória
Povo dos Padres	75.300,00	Nova Almeida	João Pires Ramos	nº 657 (20/04/1977)	1º Zona da Vara da Serra		
Ponta dos Fachos - Condomínio	1.175.000,00	Carapina	Dr. Ceciliano Abel de Almeida	nº ? (28/11/1977)	?		Ver 2ª Zona de Vitória
Sabrina II	8.219,41	Carapina	Comercial Dália Bernardino Ltda	nº 655 (08/03/1977)	1º Zona da Vara de Serra		
Serramar (1ª Etapa) - Belnefrío	206.000,00	Nova Almeida	Dália Bernardino Com. Inc. Ltda	nº 668 (14/08/1977)	1º Zona da Vara da Serra		
Vila Jacaraipe	98.437,00	Carapina	Amélia M. de Souza	nº 662 (26/05/1977) - Modif.	?		2ª Zona da Vara da Serra
Vista da Serra (Fazenda Cacú)	92.104,00	Carapina	Antônio Carlos Fidalgo Imob. Ltda.	nº 771 (13/12/1977)	?		Ver 1ª Zona Vara de Serra
Beiro Industrial da Serra - (P. Res. Belvedere)	1.037.000,00	Serra	Dália Bernardino Imob. Com. e Inc. Ltda.	nº 649 (27/01/1977)	1º Zona da Vara da Serra		
Chácaras da Praia	308.400,00	Serra	União Emp. Imob. Ltda.	nº 008 (02/03/1978)	1º Zona da Vara da Serra		
Costa Bella	24.572,737	Nova Almeida	Wilma Eng. Constr. Incorp. Ltda.	nº 026 (17/04/1978)	?		Ver 2ª Zona de Vitória
Fazenda Cascata (Água Funde)	662.162,00	Serra	Sena Serv. Eng. E Art. S.A.	nº 044 (28/08/1978)	1º Zona da Vara da Serra	Restrição Ambiental	Final Loteamento e praia
Fonte Limpa - Loteamento	411.715,71	Serra	Alfonso José Miranda e s/m	nº 30 (02/05/1978)	1º Zona da Vara da Serra	Illegal. Falto o RGI.	processo 14.922/98
Hélio Ferraz - Conj. Habitacional	31.786,00m²	Carapina	Sebastião Andréia Vecchi	nº 016 (17/03/1978)	1º Zona da Vara da Serra		
Laranjeiras - Bairro das	266.307,00	Nova Almeida	Espólio Egídio José Robelo	nº 007 (14/02/1978) - Modif.	1º Zona da Vara de Vitória	Question. Propriedade	Restrição Ambiental
Mestre Alvaro - Parque Residencial	1.520.240,00	Nova Almeida	Imobiliária Sponfeldner - Almir Sponfeldner	nº 059 (22/08/1978)	1º Zona da Vara da Serra	?	
Nova Carapina - Parque Residencial 1ª etapa	283.348,00	Carapina	Imob. Boa Terra Ltda.	nº 074 (29/11/1978)	?		Ver 2ª Zona Vitória
Nova Carapina - Loteamento	1.107.861,00	Serra	Almir Sponfeldner	nº 012 (09/03/1978)	2ª Zona da Vara de Serra	Restrição Ambiental	Parcelamento de Área Protegida Federal
Parque Residencial Nova Almeida	1.107.861,00	Nova Almeida	Imob. Boa Terra Ltda.	nº 074 (29/11/1978)	1º Zona da Vara da Serra		
Praia de Capuba	621.416,50	Nova Almeida	A. Varajão Emp. Imob. Ltda.	nº 043 (29/05/1978)	1º Zona da Vara de Serra	Restrição Ambiental	
Recanto dos Profetas	154.180,00	Nova Almeida	Pedro Carvalho Brito - Imob. Mangueirinhas Ltda.	nº 048 (25/07/1978)	1º Zona da Vara da Serra		
Verdes Mares I	68.700,00	Nova Almeida	Imóveis Lançamentos Incorp. Ltda.	nº 072 (06/11/1978)	1º Zona da Vara da Serra	Illegal. Sem registro.	
Verdes Mares II	61.663,00	Nova Almeida	Imóveis Lançamentos Incorp. Ltda.	nº 073 (23/11/1978)	1º Zona da Vara da Serra	Illegal. Sem registro.	
Vila Maria Niobe	159.480,00	Serra	Dália Bernardino Imob. Com. E Inc. Ltda	nº 017 (17/03/1978)	1º Zona da Vara da Serra		
André Carlotti 1ª etapa (casas e prédios)	328.110,00	Carapina	COHAB-ES	nº 044 (11/05/1979), aprova I,II e III	1º Zona da Vara da Serra		
Capivari 1ª, 2ª, 3ª etapas (CICS- Lei 1826/85)	2.058.700,00	Carapina	Blomac Ind. e Com. S/A.	nº 118 (10/12/1979)	1º Zona da Vara de Serra(1980)		Não implantado
Centro da Serra - Loteamento	7.325.422,00	Serra	Macaeté S. A.	nº 035 (02/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra	Restrição Ambiental	
Cidade Nova da Serra	964.000,00	Serra	Casa Própria Ltda.	nº 014 (09/02/1979)	1º Zona da Vara da Serra		
Divniópolis (Cavada)	377.394,98	Serra	Gleba Emp. Imob. Ltda.	nº 040 (10/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra		

LOTEAMENTO/OCUPAÇÃO	ÁREA	DISTRITO	PROPRIETÁRIO	APROVAÇÃO		CARTÓRIO	SITUAÇÃO LEGAL	OBSERVAÇÃO
				Problemas Parcelamento	Problemas Ambientais e de Parcelamento			
Legenda: Problemas Ambientais							Área sem Título de Propriedade	
El Dourado (Cabalouço)	848.108,00	Carapina	Acta Eng. Ltda. Carlos Guilherme Lima	nº 101 (27/09/1979)	1º Zona da Vara da Serra		Invasão Área Preservação	Lei Nº 954/85 - Denominação
Esmeraldas I - Bairro das	139.120,00	Carapina	José Nunes Muniz	nº 037 (07/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra			
Esmeraldas II - Bairro das	47.800,00	Carapina	José Nunes Muniz	nº 037 (07/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra			
Fau Rosa - Bairro (ex- Bairro das Flores)	1.567.031,07	Carapina	CoHab-ES	nº 045 (11/05/1979)	Ver 2ª Zona da Serra		Lei Nº 1328/89 - Denom.	Invasão de Área de Preservação
Jacarajibe - Conj. Habitacional	322.171,32	Serra	Andrade Valladares Eng. Constr. Ltda.	nº 127 (18/12/1979)	1º Zona da Vara de Vitória			
Jardim Serra Verde (Pogo Dantas)	760.997,92	Serra	Ilici - Incorporadora Com. Indústria Ltda.	nº 159 (27/05/1980) - Modif.	?			Ver 2ª Zona Vitória
Parque Carapina	58.921,99	Carapina	Imob. Sol Nascente Ltda.	nº 126 (17/12/1979)				
Parque Jacarajibe - Acréscimo (6 fev 71)	28.742,00	Nova Almeida	Empresa Aliança de Imóveis Ltda.	nº 025 (22/03/1979) - Modif.	3ª Zona da Vara de Vitória			
Portal de Jacarajibe	270.000,00	Carapina	D. Castello Emp. Ltda	nº 042 (10/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra			
Porto Canoa	615.000,00	Serra	Plano Eng. E Contr. Civis SA	nº 076 (09/07/1979)	1º Zona da Vara da Serra			
São Patrício - Residencial	269.000,00	Nova Almeida	Camburi Emp. Imob. Ltda.	nº 090 (29/08/1979)	1º Zona da Vara da Serra			Invasão de Área de Preservação
Serra Dourada - Parque Residencial	3.266.085,00	Carapina	Encoi S.A.	nº 012 (1979)	1º Zona da Vara da Serra			Invasão de Área de Preservação
Seramar (2ª Etapa) - Loteamento	154.361,97	Nova Almeida	Dalla Bernardino Imob. Comer. e Incorp. Ltda.	nº 024 (19/03/1979)	1º Zona da Vara da Serra			
Solar de Anchieta (José de Anchieta 2ª etapa)	533.562,22	Carapina	Fator Emp. Imob. Ltda.	nº 041 (10/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra			
Tubarão I - Parque Residencial	678.040,00	Carapina	Sidon Inv. Imob. Ltda.	nº 39 (10/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra			Lei Nº 1459 (30/09/90), Denominação
Vila D'Andrelia - Parque Residencial	49.620,70	Carapina	D'Andrelia Emp. Imob.	nº 055 (25/05/1979)	1º Zona da Vara da Serra			Processo Subsecr. Nº 1797/92
Vista da Serra II - Residencial	450.000,00	Serra	Dalla Bernardino Imob. Com. e Inc. Ltda.	nº 018 (21/02/1979)	1º Zona da Vara da Serra			
Fonte Limpa - Parque Residencial	698.602,00	Carapina	Lima e Lima Inc. de Imóveis Ltda.	nº 108 (17/08/1979) - Sem efeito				Não implantado.
Guaraicaba - Bairro (Parreiral II)	53.227,00	Carapina	Waiace Tirone e Mário Tirone	nº 075 (05/07/1979)				Proximidades Chácara 128
Década 80								
Capivari 4ª etapa - Loteamento (CICS)	1.623.737,60	Carapina	Blomaco Ind. e Com. S/A.	nº 202 (25/08/1980)	1º Zona da Vara da Serra			Não implantado
Maringá - Conj. Heb. (Kosciusko B. Leão)	179.652,68	Carapina	A Madeira Ind. e Comércio Ltda	nº 198 (07/08/1980)	1º Zona da Vara da Serra			Lei Nº 1227/88 Denominação
Parque Residencial Nova Almeida (2ª etapa)	1.157.152,00	Nova Almeida	Edgard Benedito Alvaranga e Juracy Alvaranga	nº 229 (09/11/1980) solicitação revogação	?			
Planalto Serrano (Marajá/ C. H. Cel. J. Migue)	1.157.152,00	Nova Almeida	Edgard Benedito Alvaranga	nº 229 (09/11/1980)				ilegal. Falta registro.
Santa Antônio - Bairro	2.250.000,00	Serra	Constr. Marajá S/A	nº 215 (02/09/1980)	1º Zona da Vara da Serra			Restrição Ambiental
São Marcos I - Loteamento	77.978,25	Serra	Santa Fé Emp. Imob. Ltda.	nº 160 (08/05/80)	?			Ver 2ª Zona de Vitória
São Marcos II - Loteamento	57.101,00	Serra	Santa Fé Emp. Imob. Ltda.	nº 219 (07/10/1980)				
Valparaíso - Residencial	56.080,00	Serra	Porto Real Ltda. e Latino Imóveis Ltda.	nº 227 (30/10/1980)	1º Zona da Vara da Serra			
São Diogo - Residencial	375.000,00	Carapina	Encoi S.A.	nº 206 (28/08/1980)	1º Zona da Vara da Serra			
Mancos Piazza	30.600,00	Carapina	Jatel - J. A. Andrade Equip. Ltda.	nº 161 (12/05/1980)	1º Zona da Vara da Serra			Chacaras 106, 107 e 108 - J. Limcoi
Barcelona - (Granjas Novas)	?	Carapina	Fund. Vale do Rio Doce	nº 028/81 (31/07/81)	?			Quadras 37, 48, 50 e 59A
Novo Porto Canoa (Conj. Habitacional)	2.224.721,00	Carapina	COOPSIND-ES	nº 129 (09/07/1982)	2ª Zona da Vara de Vitória (1983)			Invasão de Área de Preservação
Parque do Sol - Residencial	1.065.705,00	Serra	Plano Eng. e Const. Civis SA / Incomp. Mar Ltda	nº 216 (01/09/1982)	1º Zona da Vara de Serra			
CIS 1 - Loteamento (CIVIT I)	68.890,00	Carapina	Clec - Stacca - Vmccap	nº 015 (25/03/82)	1º Zona da Vara da Serra			
Colina da Serra - Loteamento	1.700.000,00	Carapina	SUPPIN	nº 322 (12/08/1983)	1º Zona da Vara da Serra			Restrição Ambiental
Aquarius - Conj. Residencial	134.084,00	Serra	Latina Imóveis Ltda. e Porto Real Emp. Ltda.	nº 358 (06/10/1983)	1º Zona da Vara da Serra			
Nova Carapibus - Loteamento	568.638,59	Carapina	Acta Engenharia Ltda.	nº 010 (17/01/1984)	1º Zona da Vara da Serra			Restrição Ambiental
CIS 2 - Loteamento (CIVIT II)	477.828,00	Carapina	José Olympio Gomes	nº 1149 (15/10/1984)	2ª Zona da Vara de Vitória (1983)			Invasão de Área de Preservação
Mar Azul - Condomínio	4.826.665,18	Carapina	SUPPIN	nº 448 (08/11/1986)	2ª Zona da Vara da Serra			Invasão Área Preservação
São Lourenço	15.152,70	Carapina	Wilson Duarte Silva Júnior	processo Nº 0599/87	2ª Zona da Vara da Serra			
São Marcos III	49.428,71	Serra	Imob. São Lourenço Ltda.	nº 021 (17/03/1988)	1º Zona da Vara da Serra			
	139.507,00	Serra	Imob. Santa Cruz Ltda	nº 349 (07/04/1988)	2ª Zona da Vara da Serra			(Registro em 10/08/82)
Década 90								
Cidade Pomar III e III	974.983,57	Carapina	COHAB - ES	nº 1825 (04/08/1991)	?			
Cidade Continental - Conjunto	1.811.704,00	Carapina	Coophab-Cap	nº 8302 (16/04/1995)	2ª Zona Vara da Serra			
Parque da Lagoa - Condomínio	842.559,10	Carapina	Jacumém Contr. Emp. Ltda.	nº 9462 (27/05/1996)	(2ª Zona da Vara de Serra)			
Agrovilas Ribeiro	?	Nova Almeida	José Ribeiro Fº e JpeI Cuzzuol Ribeiro					ilegal. Amb/ S/ aprovação
Morada de Laranjeiras - Residencial	508.496,19	Carapina	Vila Nova Desenvolvimento Imob. Ltda.	nº 9920 (14/10/1997)	2ª Zona da Vara da Serra			Estr. Serra N. Almeida- Putiri
Residencial Morada de Laranjeiras	509.496,19	Carapina	Vila Nova Desenv. Imob. Ltda.	nº 9920 (14/10/1997)	2ª Zona da Vara da Serra			
TIMS (Terminal Ind. e Multimodal da Serra)	?	Carapina	PMSerra		2ª Zona da Vara da Serra			Lei autorizativa Nº 1582/91

LOTEAMENTO/OCUPAÇÃO	ÁREA	DISTRITO	PROPRIETÁRIO	APROVAÇÃO	CARTÓRIO	SITUAÇÃO LEGAL	OBSERVAÇÃO
Legenda: Problemas Ambientais				Problemas Ambientais e de Parcelamento		Área sem Título de Propriedade	
São Luís	?	Carapina	Sebastião Matilde Cordeiro			Em processo de regul.	
Campinho da Serra III	42.514,72	Serra	Wilson Teodoro			Em aprovação	Processo Nº 225 2484/98
Monte Verde - Residencial	145.265,18	Carapina	Cristal Emp. Imob.Ltda.	1999		Em aprovação	
Planície da Serra	122.461,89	Carapina	J.F. Imobiliária Terraplanagem e Construção Ltda.	1999		Em aprovação	Processo em andamento final
Santa Terezinha	?	Carapina	Imobiliária Camburi		(2ª Zona Vara da Serra)	legal. Falta aprovação	Litígio Limite Vítoria/ Serra
Loteamentos com Dados Incompletos							
Américo de Oliveira (Chácara do Dt.)	?	Carapina	Edvaldo Ramos		1ª Zona da Vara da Serra		
Artur Peixoto - Loteamento	?	Serra	Guarnio Braggio e Antônio José Peixoto Miguel		?		ao lado do cemitério Serra sede
Bairro Novo	?	Nova Almeida	PM Serra				Invasão Área de Marinha.
Bela Vista - Bairro	691 lotes	Carapina	Herdeiros de Higinio Petrolino de Jesus			legal. Falta registro.	
Bela Vista - Parque Residencial	?	Carapina	Edward Thomaz Merlo			legal. Falta aprovação.	
Camará - Bairro (Vila Esperança)	17.520,00	Carapina	Aldomario Souza Nascimento		1ª Zona da Vara da Serra		
Carapibus II - Bairro de	?	Carapina	G&C Constr. Incorp. Ltda		?		Lei nº 2.050 (31/12/97) Denominação
Carapina - Conj. Habitacional	103.800,00	Carapina	Mendes Júnior Edificações LTDA			legal	
Fazenda Verde de Mangueiros	?	Carapina	Mário de Sousa Martins			?	
Ignorado	?	Carapina	Hilton Barth				Av. Brasília (NOCOOP-ES)
Ignorado	?	Carapina	G&C Constr. Inc. Ltda.			Restrição Ambiental.	
Ignorado	?	Carapina	E.S. Empreendimentos Imobiliários S.ª			legal faltou aprovação	tel. 226-3438 (Vendas)
Jardim Carapina (André Carlotti III ou 2ª etapa)	?	Carapina	E.S. Empreendimentos Imobiliários S.ª			legal faltou aprovação	Av. Mekong, Asia C. Continental
José de Anchieta - 3ª Etapa	?	Carapina	Governo do Estado do E.Santo			legal faltou aprovação	Laranjeiras Velha-próx. Curtume
Legoa 2	?	Carapina	Fator Emp. Imob. Ltda		1ª Zona da Vara da Serra	legal. Foi invadido.	Terreno do Estado do ES
Portal dos Laranjais	?	Carapina	G&C Const. Inc. Ltda.			legal faltou aprovação	final do bairro - Av. Minas Gerais
Residencial Camará	879.834,00	Carapina	Mário de S. Martins			legal. S/ Reg. Condom.	R. I. 1º Of. 2ª Z. Serral Restr. Amb.
Rota do Sol de Mangueiros	?	Carapina	Acta Engenharia Ltda			?? Ver Cartórios Vitória	Ao lado Vila Nova de Collares
São Domingos	?	Serra	Tarobex - Tarobá Exp. Ltda		(2ª Zona Vara da Serra)	Em aprovação	
Serra Verde	760.997,92	Serra	em parte COHAB-ES			Originou-se Conj. COHAB	Lei nº 235/88. Denominação
Sítio Mar das Esmeraldas	?	Carapina	ICIL - Incorporadora Com. Ind. Ltda		?	?	Ver Cartórios de Vitória
Sossego	?	Carapina	ERYX Guimarães			?	Ver Cartórios de Vitória
Timbú - Bairro	?	Nova Almeida	Estado E. Santo			legal	Invasão de Área de Preservação
Vila Carapibus (PMS - Loteamento)	?	Carapina	PMSerra			legal. Sem registro.	Carapibus - ao lado Colônia Féria
Loteamentos e Ocupações Totalmente Irregulares							
Santa Luzia -Loteamento	?	Carapina	Ignorado			?	Ver 2ª Zona Vitória
Boa Vista	?	Carapina	Ignorado		Invasão	Restrição Amb. Lameirão	Chácaras 170a177 (prox. CoxáGCFESAN)
Campinho da Serra I	?	Serra	Ignorado				Área sem titulação de propriedade
Campinho da Serra II	?	Serra	Ignorado				Lei nº 1.451 (90) Denominação
Carapina Grande	?	Carapina	Ignorado			legal	Lei nº 1.469 (90) Denominação
Central Carapina (Sossego, Diamantina)	24.233,78	Carapina	Ignorado		2ª Zona Vara da Serra	legal. Sem titulação	Área sem titulação de propriedade
Coqueiral de Bicanga	?	Carapina	Ignorado			legal. Sem titulação	Lei nº 1177 (24/11/87). Den.
Ignorado	?	Nova Almeida	Ignorado			legal. Falta aprovação.	ao lado Sª Rosa de Lima
Ignorado	?	Carapina	Ignorado			legal faltou aprovação	tel. 325-9877 (vendas)
Ignorado	?	Serra	Ignorado			legal faltou aprovação	entre Barcelona e Tejuara 1-BR101
Ignorado	?	Carapina	Ignorado			legal faltou aprovação	atrás J. Bela Vista
Ignorado	?	Carapina	Ignorado			legal faltou aprovação	Laranjeiras
Ignorado	?	Carapina	Ignorado			legal faltou aprovação	vendas entrada Kokuieko B.Leão
Ignorado	?	Nova Almeida	Ignorado			legal. Falta aprovação	? Nova Almeida (tel. 325-9877)
Laranjeiras Velha	?	Carapina	Ignorado			legal. Falta titulação	
Monte da Serra	?	Carapina	Ignorado			legal. Falta aprovação.	

LOTEAMENTO/OCUPAÇÃO	ÁREA	DISTRITO	PROPRIETÁRIO	APROVAÇÃO	CARTÓRIO	SITUAÇÃO LEGAL	OBSERVAÇÃO
Legenda: Problemas Ambientais			Problemas Parcelamento	Problemas Ambientais e de Parcelamento		Área sem Título de Propriedade	
Nossa Sra. da Conceição (Areinha)	?	Serra	Ignorado			Illegal	Nº 1684 (06/04/83) Denominação Não obedeceu planta aprovada
Nova Zelândia (ex- Granjas Mirringé)	?	Carapina	Ignorado		2º Zona da Vara de Vitória	?	Ver 1ª Zona de Vitória
Raimundo Oliveira Pena - Loteamento Sr.	?	Nova Almeida	Ignorado				1223-7687862438925119107(ventas)
Recanto do Mestre Alvaro	?	Carapina	Ignorado			Illegal. Falta aprovação	
São Geraldo - Bairro	?	Carapina	Ignorado			Illegal. Falta aprovação	
Taquara I	?	Carapina	Ignorado			Área sem titulação	Crescimento espontâneo
Taquara II	?	Carapina	Ignorado			Área sem titulação	Invasão de Área de Preservação
Taquara III	?	Carapina	Ignorado			Área sem titulação	
Vila Gonçalves Carneiro	?	Carapina	Ignorado			?	Ver Cartórios de Vitória
Vila Luciano	?	Nova Almeida	Ignorado		1ª Zona da Vara de Vitória		
Vila Nova - Bairro	?	Carapina	Ignorado		?	?	Ver Cartórios de Vitória
Village Valparaiso	?	Carapina	Ignorado				
Therese Pereira	1.630.000,00	Carapina	Ignorado		1ª Zona da Vara da Serra	Área próxima à J. Limoeiro	Não implantado
Guido Adami - Bairro	?	Carapina	Ignorado				Proximidades Chácara 215

Cadastro Geral Empresas

Sede Empresas por Ano de Fundação

Municípios	Sede empresas c/ CGC	Empresas c/ CGC Atuantes	Ano Fundação das Sedes das Empresas						
			Até 1969	1970 / 1974	1975 / 1979	1980 / 1984	1985 / 1989	1990 / 1994	Após 1995
Vitória	111	12.644	2.704	121	397	10.573	456	0	133
Serra	25	5.349	6.314	185	250	22.530	133	158	138
Viana	6	607	433	25	31	4.275	5	11	3
Cariacica	20	4.204	3.170	442	49	18.827	55	57	47
Vila Velha	149	9.596	4.211	220	878	17.117	321	239	194
Totais	311	32.400	16.832	993	1.605	73.322	970	465	515

Fonte: IBGE Dados Preliminares 2000

**Sede Empresas por Ano de Fundação e por Pessoal Ocupado
Vitória**

Pessoal Ocupado	Ano Fundação das Sedes das Empresas		
	Até 1989	1990 / 1994	Após 1995
Nenhum	203	284	169
2 a 9	3.256	4.195	2.190
10 a 49	702	475	124
50 a 99	106	35	11
100 a 499	95	16	2
500 a 999	12	1	0
Acima 1000	15	1	0

Fonte: IBGE Dados Preliminares 2000

**Sede Empresas por Ano de Fundação e por Pessoal Ocupado
Serra**

Pessoal Ocupado	Ano Fundação das Sedes das Empresas		
	Até 1989	1990 / 1994	Após 1995
Nenhum	40	90	55
2 a 9	1.031	1.987	1.419
10 a 49	152	160	46
50 a 99	26	12	7
100 a 499	31	14	3
500 a 999	2	0	1
Acima 1000	3	0	0

Fonte: IBGE Dados Preliminares 2000

**Sede Empresas por Ano de Fundação e por Pessoal Ocupado
Viana**

Pessoal Ocupado	Ano Fundação das Sedes das Empresas		
	Até 1989	1990 / 1994	Após 1995
Nenhum	15	18	7
2 a 9	145	161	120
10 a 49	24	12	4
50 a 99	4	3	0
100 a 499	8	2	0
500 a 999	1	0	0
Acima 1000	0	0	0

Fonte: IBGE Dados Preliminares 2000

**Sede Empresas por Ano de Fundação e por Pessoal Ocupado
Cariacica**

Pessoal Ocupado	Ano Fundação das Sedes das Empresas		
	Até 1989	1990 / 1994	Após 1995
Nenhum	63	59	29
2 a 9	1.179	1.423	840
10 a 49	173	116	32
50 a 99	27	9	1
100 a 499	21	6	1
500 a 999	1	1	0
Acima 1000	4	1	0

Fonte: IBGE Dados Preliminares 2000

**Sede Empresas por Ano de Fundação e por Pessoal Ocupado
Vila Velha**

Pessoal Ocupado	Ano Fundação das Sedes das Empresas		
	Até 1989	1990 / 1994	Após 1995
Nenhum	126	181	98
2 a 9	2.149	3.657	2.269
10 a 49	334	280	64
50 a 99	33	18	1
100 a 499	26	8	1
500 a 999	2	1	0
Acima 1000	2	0	0

Fonte: IBGE Dados Preliminares 2000

Gráficos

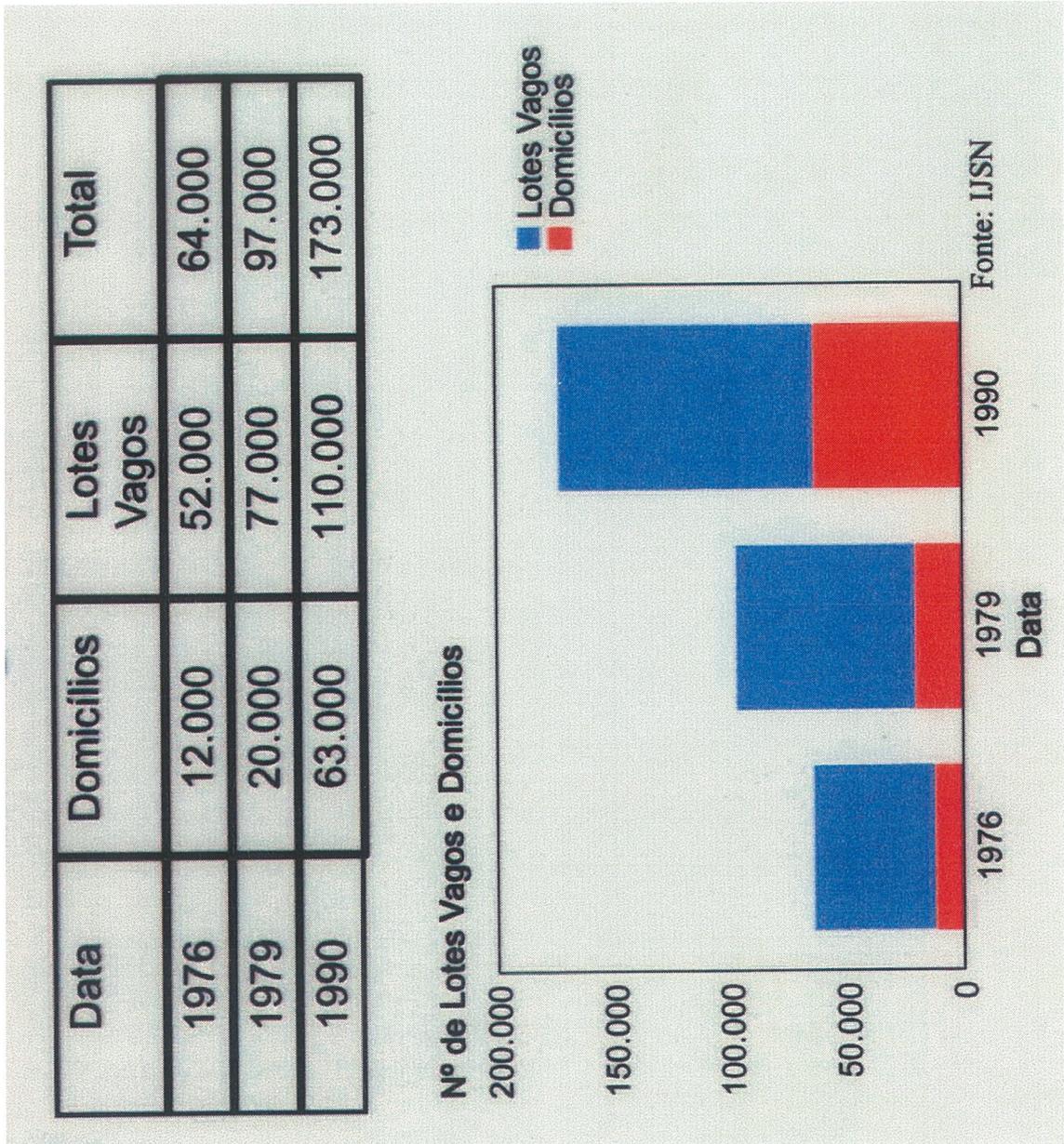


Gráfico 1

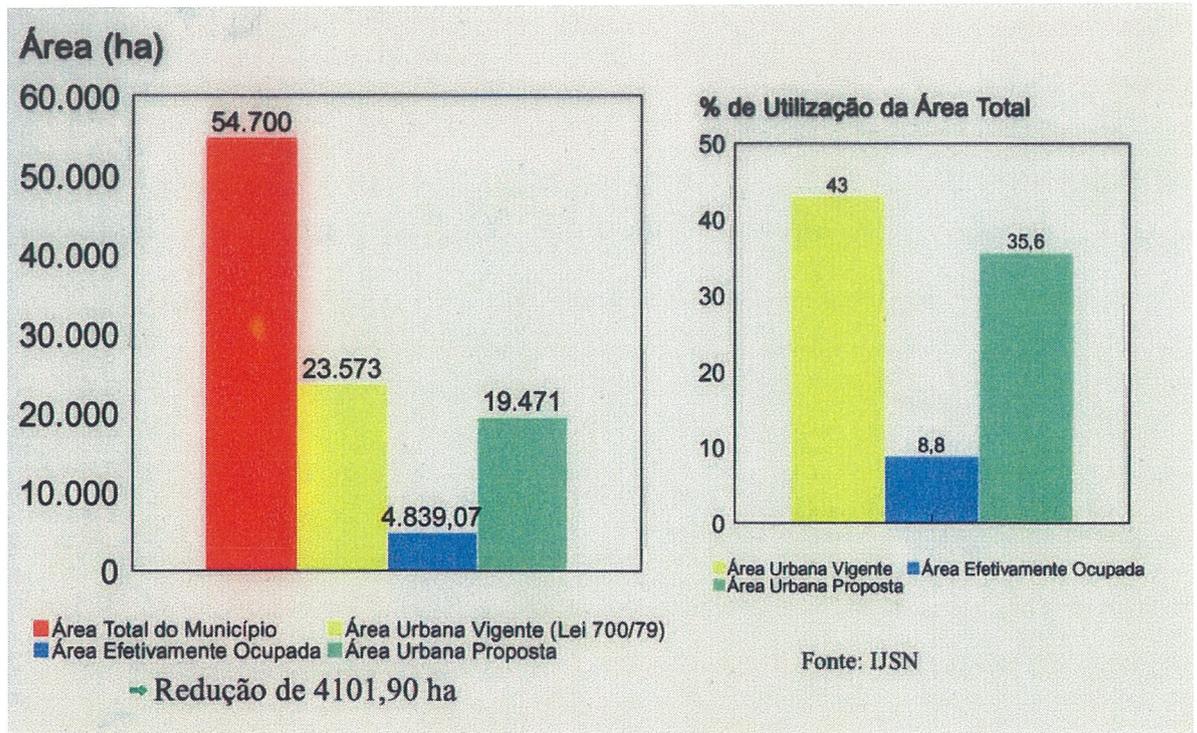
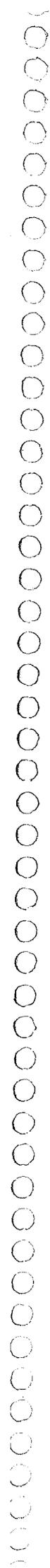


Gráfico 2



ES e os Royalties do Petróleo em 1999

Beneficiados	Valores (em R\$)
Aracruz	1.072.876,45
Conceição da Barra	202.889,14
Jaguapé	73.556,84
Linhares	3.098.763,86
Presidente Kennedy	153.928,55
Serra	1.040.770,08
Vitória	1.053.936,40
Outros	1.687.607,52
Total Municípios	8.384.328,84
Governo Estado ES	8.060.000,00

Fonte: ANP

Data	Domicílios	Lotes Vagos	Total
1976	12.000	52.000	64.000
1979	20.000	77.000	97.000
1990	63.000	110.000	173.000

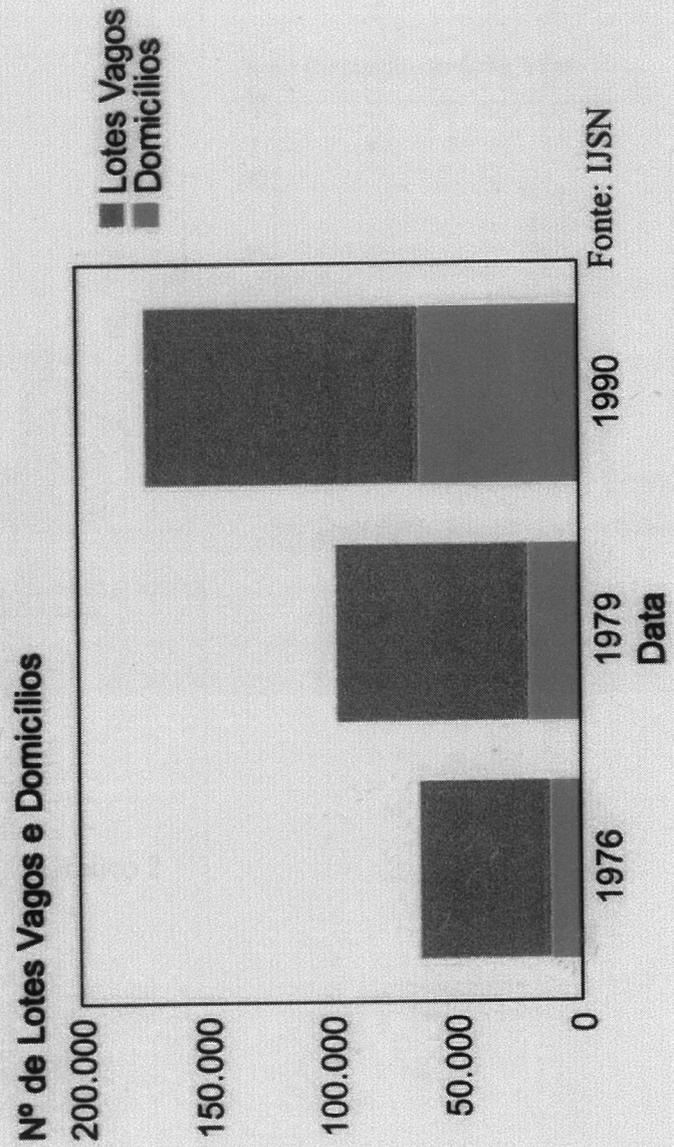


Gráfico 1

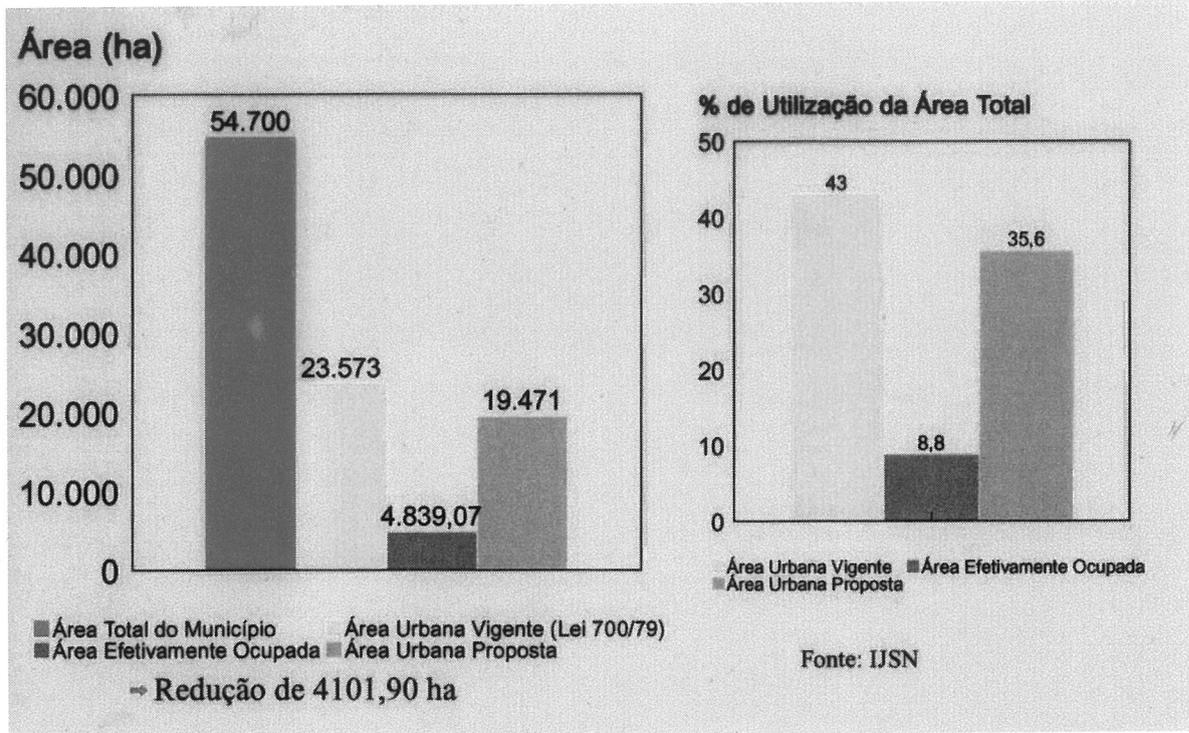


Gráfico 2